



UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**TRABALHO E ADOECIMENTO DOCENTE NA PÓS-GRADUAÇÃO
BRASILEIRA: UM DEBATE NECESSÁRIO**

JONATAN FERNANDO DA SILVA REIS

Sob a orientação da Professora
Aline de Carvalho Moura

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ.

**Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Dezembro de 2025**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R375t

Reis, Jonatan Fernando da Silva, 1998-
Trabalho e adoecimento docente na pós-graduação
brasileira: um debate necessário / Jonatan Fernando
da Silva Reis. - Seropédica; Nova Iguaçu, 2025.
93 f.: il.

Orientadora: Aline de Carvalho Moura.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares, 2025.

1. Neoliberalismo. 2. Trabalho docente. 3. Pós
graduação. 4. Adoecimento. I. Moura, Aline de
Carvalho, 1984-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 1200 / 2025 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.073044/2025-48

Seropédica-RJ, 15 de dezembro de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

JONATAN FERNANDO DA SILVA REIS

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 03/12/2025

Membros da banca:

ALINE DE CARVALHO MOURA. Dra. UFRRJ (Orientadora/Presidente da Banca).

RODRIGO DE AZEVEDO CRUZ LAMOSA. Dr. UFRRJ (Examinador Interno).

LUCIANE DA SILVA NASCIMENTO. Dra. UERJ (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 16/12/2025 07:37)
ALINE DE CARVALHO MOURA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 3055652

(Assinado digitalmente em 20/12/2025 12:49)
RODRIGO DE AZEVEDO CRUZ LAMOSA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1941477

(Assinado digitalmente em 17/12/2025 13:46)

LUCIANE DA SILVA NASCIMENTO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 083.859.887-00

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **1200**, ano: **2025**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **15/12/2025** e o
código de verificação: **3c6ffd87bf**

Dedico esta dissertação a todas as professoras e professores brasileiros que, a despeito das diversas formas de desvalorização da categoria e da precarização do trabalho docente, insistem na profissão e resistem. Que as questões sobre o adoecimento docente aqui discutidas possam servir no debate e reflexão necessários em relação às condições de trabalho nas escolas e universidades brasileiras.

AGRADECIMENTOS

À toda a minha rede afetiva, em nome da minha mãe, Mônica, e do meu pai, Jonas, por compreender minhas ausências e dedicação aos estudos e à pesquisa, especialmente aos fins de semana, o meu muito obrigado. Sem vocês, nada disso seria possível ou faria sentido.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que desde o Ensino Médio, no Colégio Técnico da Universidade Rural (CTUR), tem me oportunizado a formação acadêmica, humana e pessoal, eu agradeço a conclusão de mais essa etapa.

Ao Colegiado e à Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação Especial da UFRRJ, que me possibilitou a flexibilização no trabalho para que eu pudesse cursar as disciplinas e desenvolver as atividades de pesquisa nesses dois anos tão intensos, minha gratidão.

À banca examinadora desta dissertação, nas figuras do Prof. Dr. Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa (UFRRJ) e da Prof^a. Dr^a. Luciane da Silva Nascimento (UERJ), agradeço as colocações e contribuições, que foram fundamentais desde o momento da qualificação. Toda a minha admiração e respeito.

Agradeço, em especial, à minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Aline de Carvalho Moura, que tem me orientado desde a graduação em Pedagogia no Instituto Multidisciplinar da UFRRJ. Por todas as vezes que me orientou com tanta paciência, consistência teórica e profissionalismo, sem perder o afeto e cuidado com uma pessoa e um pesquisador em formação. A você, Aline, o meu mais sincero agradecimento pela parceria criada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

“Mas estou envergonhado
Com as coisas que eu vi
Mas não vou ficar calado
No conforto, acomodado
Como tantos por aí

É preciso dar um jeito, meu amigo
É preciso dar um jeito, meu amigo
Descansar não adianta
Quando a gente se levanta
Quanta coisa aconteceu”

(Trecho da música intitulada ‘É preciso dar um
jeito, meu amigo’, interpretada pelo cantor
Erasmu Carlos)

“[...] ficamos prisioneiros do sistema que
criticamos, participamos da concorrência que
condenamos, aprimoramos a avaliação que nos
subjuga. Excedemo-nos nas horas de vida
dedicada ao trabalho – vida morta”.

(Trein e Rodrigues, 2011, p. 785)

RESUMO

REIS, Jonatan Fernando da Silva. **Trabalho e adoecimento docente na pós-graduação brasileira**: um debate necessário. 2025. 93 p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2025.

O objeto de discussão desta dissertação é o trabalho docente na pós-graduação brasileira, pensando as relações possíveis entre as condições de trabalho e o adoecimento desses profissionais, partindo do contexto maior do neoliberalismo. Compreendemos a pressão pela produção acadêmica e pela publicação, induzida pelo modelo avaliativo da CAPES, que se desdobra no produtivismo, como uma forma específica de precarização nesse contexto. Para tratar do objeto de análise proposto, problematizamos como o contexto neoliberal impacta a saúde dos docentes na pós-graduação, pensando, inclusive, as doenças que vão além do físico, relacionando-se diretamente com a formação de subjetividades e as relações possíveis com a saúde desses profissionais. A partir desses condicionantes, nosso objetivo é apresentar, por meio das políticas públicas correspondentes, as reconfigurações do trabalho docente, com recorte para a pós-graduação brasileira, frente às novas exigências do mundo do trabalho, e os impactos na saúde do professor. Partindo de uma pesquisa bibliográfica de aporte teórico-metodológico com base em uma perspectiva histórico-social do método marxista, compreendemos que o adoecimento docente não é um elemento já dado em nossa sociedade, mas fruto das contradições do sistema capitalista, o que justifica sua reflexão e relevância, especialmente em um locus social no qual questões ligadas ao adoecimento são naturalizadas, como é o caso da pós-graduação brasileira. Além do caráter bibliográfico da pesquisa, nos propomos a realizar um estudo empírico, a partir do levantamento de dissertações e teses publicadas por pesquisadores vinculados a Programas de Pós-graduação em Educação no Brasil, utilizando, para tal, o Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, através da definição dos seguintes descritores: neoliberalismo; trabalho docente; pós-graduação; adoecimento. Diante da escassez do debate evidenciada a partir desse levantamento, como considerações finais, compreendemos que existe uma lacuna de pesquisa e, por isso, temos um ponto de atenção quando tratamos da precarização do trabalho docente na pós-graduação e do adoecimento desses profissionais. Dessa forma, entendemos que é necessário questionar o porquê desse apagamento ou de uma suposta ‘falta de interesse’ em uma temática tão cara, necessária e urgente para o cenário, tanto da Universidade como instituição, como para o próprio funcionamento acadêmico-científico do campo da educação.

Palavras-chave: neoliberalismo; trabalho docente; pós-graduação; adoecimento.

ABSTRACT

REIS, Jonatan Fernando da Silva. **Work and illness of professors in Brazilian graduate studies: a necessary debate.** 2025. 93 p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2025.

The subject of this dissertation is the work of professors in Brazilian postgraduate programs, considering the possible relationships between working conditions and the illness of these professionals, starting from the broader context of neoliberalism. We understand the pressure for academic production and publication, induced by the CAPES evaluation model, which unfolds into productivism, as a specific form of precarization in this context. To address the proposed object of analysis, we problematize how the neoliberal context impacts the health of professors in postgraduate programs, considering, among other things, illnesses that go beyond the physical, relating directly to the formation of subjectivities and the possible relationships with the health of these professionals. Based on these conditioning factors, our objective is to present, through the corresponding public policies, the reconfigurations of teaching work, focusing on Brazilian postgraduate programs, in the face of the new demands of the world of work, and the impacts on professor health. Based on a bibliographic research with a theoretical-methodological contribution grounded in a historical-social perspective of the Marxist method, we understand that teacher illness is not a given element in our society, but rather a result of the contradictions of the capitalist system. This justifies its reflection and relevance, especially in a social context where issues related to illness are naturalized, as is the case in Brazilian postgraduate studies. In addition to the bibliographic nature of the research, we propose to conduct an empirical study, based on a survey of dissertations and theses published by researchers affiliated with Postgraduate Programs in Education in Brazil, using the CAPES Catalog of Theses & Dissertations, through the definition of the following descriptors: neoliberalism; teaching work; postgraduate studies; illness. Given the scarcity of debate evidenced by this survey, in conclusion, we understand that there is a research gap and, therefore, we have a point of attention when dealing with the precariousness of teaching work in postgraduate studies and the illness of these professionals. Therefore, we understand that it is necessary to question why this erasure or supposed 'lack of interest' exists in a topic so important, necessary, and urgent for the scenario, both for the University as an institution and for the academic and scientific functioning of the field of education itself.

Keywords: neoliberalism; teaching work; postgraduate studies; illness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – NEOLIBERALISMO À BRASILEIRA, CAPITALISMO DEPENDENTE E EDUCAÇÃO: ESPECIFICANDO NOSSA DISCUSSÃO.....	23
1.1 Alguns apontamentos sobre o neoliberalismo e sua especificidade.....	23
1.2 Especificando a discussão: capitalismo dependente e neoliberalismo no Brasil.....	27
1.3 O papel da educação em um contexto neoliberal: o caso brasileiro.....	31
1.4 A pós-graduação brasileira: enxuta, produtiva e imparável.....	36
CAPÍTULO 2 – TRABALHO DOCENTE NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: A PRESSÃO PRODUTIVA COMO NORMA E O ‘PUBLICAR E PERECER’.....	46
2.1 Publicar ou perecer: refletindo sobre a dinâmica produtiva na pós-graduação e sua relação com a saúde docente.....	48
2.2 O trabalho como categoria teórica e o adoecimento docente como consequência prática.	56
CAPÍTULO 3 – TRABALHO DOCENTE E ADOECIMENTO NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: UM LEVANTAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE A TEMÁTICA.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	87

INTRODUÇÃO

O objeto de análise desta dissertação é o trabalho docente na pós-graduação brasileira, com ênfase na relação entre esse trabalho e a saúde desses profissionais. Para desenvolver a análise deste objeto, partimos do contexto neoliberal, entendendo o mesmo como uma racionalidade que, conforme Dardot e Laval (2016), possui uma especificidade própria, não se resumindo a simplesmente mais uma etapa do capitalismo. Para isso, levamos em consideração, como pergunta de pesquisa, como esse contexto impacta a saúde dos docentes no Ensino Superior, pensando, inclusive, as doenças que vão além do físico, relacionando-se diretamente com a formação de subjetividades.

Compreendemos, porém, que a relação entre trabalho e saúde docente, sobretudo se pensamos a questão do adoecimento mental, não é direta, como se isso fosse um elemento já dado. Partimos da perspectiva de que, se o capitalismo, expresso hoje no neoliberalismo, define o Estado¹, ou seja, se temos um Estado capitalista, ele impacta as instituições, moldando-as à sua forma. Elas, por sua vez, influirão sobre os sujeitos, tendo reflexos sobre os mesmos. De acordo com essa linha de raciocínio, compreendemos que a formação desse sujeito está em jogo, de maneiras objetivas e subjetivas.

Nesse sentido, partimos, neste trabalho, da premissa de Dardot e Laval (2016), que entendem que o neoliberalismo, para além de destruir regras, instituições e direitos, “também *produz* certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. [...] o que está em jogo é nada mais nada menos que *a forma de nossa existência*” (Dardot e Laval, 2016, p. 15, destaque dos autores). Tais autores compreendem que o neoliberalismo não se restringe, como expressão do capitalismo, a um mero sistema econômico, mas se materializa como uma forma de organização social que implica determinada forma de existência e certa subjetividade, de acordo com a métrica do capital².

¹ Neste trabalho, partimos do conceito de Estado a partir de Florestan Fernandes, especialmente no contexto do capitalismo dependente. Para tal autor, o Estado não é neutro e funciona como um instrumento de dominação de classe, a serviço das classes dominantes. Dessa maneira, partindo de Fernandes (1975), ele atua na mediação e garantia da ordem burguesa, a qual é imposta pelos países de capitalismo central em articulação com a burguesia local. Nesse sentido, temos uma autocracia burguesa, característica constitutiva da formação do Estado brasileiro, tendo em vista o caráter conservador da revolução burguesa no país, responsável por manter a estrutura social vigente.

² É importante destacar que compreendemos que o neoliberalismo não é sujeito, de acordo com a perspectiva teórica marxista, que nós adotamos. Trata-se de um debate centrado nas classes sociais. Contudo, entendemos que Dardot e Laval (2016) nos trazem uma contribuição teórica importante e fundamental ao refletir a especificidade do neoliberalismo, de indução de determinado tipo de subjetividade.

É importante destacar que o conceito de subjetividade, originalmente, não é do campo da sociologia e da filosofia, área de produção científica dos autores que utilizamos como ponto de partida para nossa discussão. Trata-se de um elemento posto pela Psicologia. Contudo, partimos do pressuposto de que, com o neoliberalismo, as subjetividades dos sujeitos são afetadas de forma mais acentuada.

De acordo com uma das maiores expoentes do neoliberalismo no mundo, ex-primeira-ministra do Reino Unido na década de 1980 e conhecida como madame de ferro, Margareth Thatcher, a “Economia é o método; o objetivo é mudar o coração e a mente” (Thatcher, 1981, sem página, tradução nossa). Dessa forma, podemos entender, de maneira explícita, como a intenção de interferir e induzir uma mentalidade, conformação ideológica e subjetiva constitui um artifício do neoliberalismo, o que o diferencia do liberalismo clássico, pois envolve a formação de uma subjetividade específica, a do sujeito neoliberal.

Nesse sentido, entendemos que a subjetividade diz respeito à forma de ser e agir dos indivíduos, um elemento interno aos mesmos, podendo, inclusive, ser moldada pelo capitalismo, de acordo com a racionalidade neoliberal, no intuito de se fabricar “sujeitos neoliberais”, “neossujeitos”, “sujeitos empresariais” (Dardot e Laval, 2016, p. 327), ou seja, sujeitos que sejam funcionais ao capital. Nesse contexto, as instituições de ensino ocupam um lugar central, pois são responsáveis pela formação humana dos sujeitos, como discorreremos mais adiante.

Diante do exposto, nosso objetivo é apresentar as reconfigurações do trabalho docente, com recorte para a pós-graduação brasileira, frente, principalmente, à pressão pela produção e publicação acadêmica, impulsionada pela avaliação da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Entendemos que esse movimento impacta a saúde de professoras e professores e se materializa no que entendemos como uma forma específica de precarização do trabalho desses profissionais, o que se expressa no produtivismo acadêmico. Tais reconfigurações são apresentadas a partir das políticas públicas para a pós-graduação no Brasil, articuladas ao contexto maior, da sociedade de mercado.

O caminho empreendido neste trabalho, a fim de alcançar o objetivo proposto, é discutir como o neoliberalismo se constitui no território brasileiro e seus contextos; discutir a categoria de trabalho, partindo de Marx, bem como as mudanças no mundo do trabalho e as consequências disso no processo de adoecimento docente na pós-graduação brasileira; e identificar como a discussão entre as condições de trabalho docente nessa etapa de ensino e a relação disso com a saúde desses profissionais vem sendo feita no contexto dos Programas de Pós-graduação (PPGs) em Educação brasileiros, dada a sua urgência e centralidade.

Para dar conta das proposições apresentadas aqui, cabe apontar que trataremos do trabalho docente no Ensino Superior diante do contexto neoliberal, delineando quais são as exigências requeridas para esse docente, a fim de apresentar os imbricamentos na saúde desse trabalhador a partir dessa configuração, discutindo as relações possíveis entre precarização do trabalho e adoecimento docente.

Trata-se de um trabalho de natureza bibliográfica, que se utiliza de uma perspectiva histórico-social, partindo do método marxista. Considerando as proposições referentes aos tipos de pesquisa tratados por Severino (2016), utilizamo-nos da pesquisa bibliográfica com o intuito de, ao apresentar dados e categorias teóricas em nossa discussão, contribuir epistemologicamente com a temática que estamos debatendo. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 183), “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Nesse sentido, buscamos contribuir, a partir desta dissertação, com o necessário debate sobre trabalho e saúde docente na pós-graduação brasileira, pensando o contexto neoliberal.

Compreendemos que, apesar de a configuração atual do mundo do trabalho não ser nova, ela vem sendo reconfigurada ao longo da história. Segundo Marx (1986, p. 17), “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Então, com base no materialismo histórico-dialético, entendemos que, para a discussão sobre a reconfiguração do trabalho docente no Ensino Superior e sua relação com a saúde desse profissional, tal método constitui opção teórico-metodológica importante.

Nesse sentido, baseando-se no método marxista, procuramos delimitar que nossa perspectiva teórica parte do pressuposto de que a materialidade da vida em sociedade, dividida em classes sociais com interesses inconciliáveis – burguesia, detentora dos meios de produção, e proletariado, que vende sua força de trabalho para os detentores dos meios de produção –, é uma chave metodológica para compreender como o trabalho, a partir de um viés de exploração, se insere em nossa discussão. Para isso, não podemos deixar de compreender os contornos que a categoria de trabalho foi sofrendo ao longo da história, com as transformações do capitalismo.

Baseando-nos em Pires (1997), ratificamos que o trabalho é uma categoria que ocupa lugar central quando analisamos a materialidade histórica dos homens, pois expressa a forma mais objetiva e simples a qual nós, seres humanos, utilizamos para nos organizarmos em

sociedade. O capitalismo, ao retirar o caráter vital e central do trabalho de nossas vidas, causa consequências aos trabalhadores, uma vez que esses, através de um processo de alienação e de exploração, passam por um estranhamento em virtude do caráter dual do trabalho.

É preciso, nesse contexto, refletir sobre as relações existentes entre as demandas da sociedade capitalista e os consequentes impactos na educação, o que pode ser expresso no processo de intensificação e precarização do trabalho docente vivenciado nos últimos anos, no Brasil. Partindo de pressupostos materialistas sob a perspectiva histórico-social da corrente marxista, podemos compreender que a educação formal, materializada por meio das instituições do Estado, constitui uma importante engrenagem para a manutenção e funcionamento do sistema capitalista, expressando seus interesses, inclusive no que se refere à formação técnica e ideológica dos sujeitos, que devem ser funcionais às suas demandas.

Para a análise dos condicionantes históricos deste trabalho dissertativo, entendemos que a abordagem materialista-histórica é fundamental em nossa discussão, ao passo que permite a compreensão das relações entre educação e sociedade, da mesma forma que nos auxilia a compreender a relação entre trabalho e educação na sociedade neoliberal. Com isso, é possível partir de uma chave de análise da realidade social que permita refletir como os sujeitos históricos têm suas condições de vida marcadas pelo tempo e pelo espaço em que vivem, de acordo com determinados condicionantes de natureza econômica, política e social.

A forma de organização desses homens na sociedade implica o atravessamento da vida desses sujeitos pelas instituições, historicamente, o que coaduna com a nossa escolha teórico-metodológica para a discussão do trabalho docente no Ensino Superior no contexto neoliberal, pensando as relações possíveis entre trabalho e saúde nesse escopo.

Ao refletir sobre tais relações, considerando que a categoria de trabalho é entendida a partir dos marxismos, reafirmamos que nossa perspectiva não é da área da saúde, por mais que nos aproximemos dela como será visto adiante, mas parte de um viés sócio-histórico que se pauta na análise dos debates do campo da educação e suas articulações com o contexto atual de exploração, intensificação e precarização do trabalho docente.

Ainda assim, consideramos pertinente destacar que, especificamente quando tratamos do neoliberalismo, temos que o mesmo atua como gestor do sofrimento psíquico. Essa proposição parte de Safatle, Silva Junior e Dunker (2022), que indicam, na introdução do livro que organizam, ‘Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico’, que compreendem o neoliberalismo como uma engenharia social, a qual atua na configuração dos conflitos sociais e na estrutura psíquica dos sujeitos. A partir do sofrimento, o neoliberalismo potencializa a produtividade dos indivíduos, pois os mesmos são praticamente ‘programados’ a render o

máximo possível, de maneira que esforço algum seria suficiente para alcançar a performance máxima.

Para além de gerar o sofrimento nos sujeitos diante de suas contradições e de sua desumanização característica via estranhamento do trabalho, processo que ainda discutiremos, o neoliberalismo gere tal sofrimento para transformar os trabalhadores em agentes mais produtivos, ainda que adoecidos, em uma lógica de que haja o que houver, não se deve parar de produzir em hipótese alguma.

Assim, temos uma relação estabelecida entre o modo de organização social capitalista e a saúde dos trabalhadores, já que entendemos o adoecimento dos mesmos a partir de um contexto maior de organização da própria vida social, reflexo das contradições do neoliberalismo. Safatle (2022) entende o neoliberalismo como uma economia moral, nesse sentido, pois ele, ao longo do tempo, foi incorporando elementos discursivos morais e, até mesmo, psicológicos. Com isso, de acordo com Safatle (2022), há uma patologização de questões que seriam sociais, no que se refere à saúde mental, refletindo no aumento diagnóstico dos casos depressivos nos últimos anos, bem como o fenômeno de despolitização da vida, como se toda crítica ao neoliberalismo e suas contradições fossem ‘infantis’, deslegitimando-as.

Faz-se pertinente, ainda, justificar a escolha do objeto desta dissertação, bem como dos recortes adotados, tendo em vista a explicitação do percurso metodológico. Em momento anterior de pesquisa, o foco de debate foi pensar o contexto de organização do neoliberalismo na Educação Básica a partir de experiências formativas de licenciandos do Instituto Multidisciplinar (IM) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em momento anterior ao ingresso na universidade, tomando como base principal a questão da meritocracia e como a construção dessa problemática ajudou a formar certas subjetividades nesses indivíduos (Reis, 2023). A base principal para fundamentação teórico-conceitual deste primeiro movimento de pesquisa tomou como premissa que o neoliberalismo forja determinadas formas de existência, conforme Dardot e Laval (2016).

Partindo dos mesmos autores e pensando o impacto do modo de organização social atual sobre os sujeitos e suas subjetividades, trataremos, neste trabalho dissertativo, sobre o trabalho docente no Ensino Superior, especialmente na pós-graduação, pensando as relações possíveis entre trabalho e saúde desse profissional, no contexto neoliberal.

Se naquela ocasião interessava partir de um grupo de professores em formação, levando em consideração a maneira como a formação humana em disputa, que representa a educação formal, se constitui no projeto neoliberal, agora, cabe um olhar mais atento sobre o

trabalho docente, compreendendo o professor como um profissional que age direta e indiretamente como elemento central para a manutenção do capitalismo, uma vez que atua dentro do processo formativo de outros sujeitos.

Vale destacar que as articulações entre trabalho e educação, sejam diretas ou indiretas, serão melhor discutidas posteriormente, compreendendo-se que o tipo de sociedade influi sobre o tipo de educação que é ofertada na mesma. Se o trabalho no sistema capitalista é alienado e explorado, o projeto educacional hegemônico será pautado pelo mesmo, ainda que com eventuais resistências.

Compreendemos que, no atual contexto brasileiro, que consideramos de intensificação do neoliberalismo, especialmente a partir do golpe jurídico-parlamentar da presidente Dilma Rousseff em 2016 e posterior agenda intensificada de reformas (trabalhista, previdência, educacional, etc), o trabalho dos professores ocupa lugar central, pois são eles os responsáveis por formar os sujeitos e os futuros trabalhadores, os quais precisam ser formados a fim de atender às demandas e às necessidades de um modelo de sociedade regido pelo capital e que atua dentro de uma lógica de mercado.

Como já mencionado, trata-se de uma estrutura de funcionamento que precisa ser sistematizada antes de chegar ao professor e consequentemente aos seus alunos. Na sociedade capitalista, as instituições são e serão invariavelmente afetadas, pois são parte do maquinário do capital. Podemos pensar, dessa maneira, que os sujeitos dessas instituições são as engrenagens de tal maquinário, de maneira que ao mesmo tempo que fazem o mesmo funcionar, são produzidos e orientados a partir de seu funcionamento.

Mas por que tratar do Ensino Superior? A partir das discussões no Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino Superior e Pesquisa em Educação (ESPE), da UFRRJ, pensamos a universidade como um espaço de lutas político-institucionais, partindo de autores como Fernandes (2010). Dessa maneira, entendemos que as características do trabalho docente no Ensino Superior estão associadas a determinados imbricamentos econômicos, políticos, sociais e institucionais.

Tratar do trabalho docente no Ensino Superior, sobretudo a partir das reformas neoliberais implantadas no Brasil, principalmente a partir dos anos 1990, significa delimitar que essa etapa de ensino assume, cada vez mais, características próprias de uma empresa, afastando-se de um caráter social voltado à formação humana e de produção de conhecimento atenta às soluções das questões do país (Mancebo, 2010). Nesse aspecto, podemos entender que, caso as políticas públicas institucionais da Educação Superior no país priorizassem os interesses públicos, “outra seria a configuração da igualdade/desigualdade social no Brasil e

de suas políticas de educação superior”, o que não ocorre pelo atendimento às demandas do setor privado-mercantil pelo aparelho estatal (Sguissardi, 2017, p. 144).

Pensando as articulações entre a educação e os interesses econômico-político-sociais da sociedade, bem como os condicionantes postos e forjados no Ensino Superior, entendemos que a discussão entre trabalho e saúde docente se faz fundamental pelas características que essa etapa de ensino possui, em especial a pós-graduação, recorte adotado pela compreensão de que esse é um espaço privilegiado de produção de conhecimento, que carrega consigo políticas de avaliação e de controle orientadas pela produtividade, o que possui efeito sobre a saúde desses docentes, que optaram pelo lugar tido como de maior prestígio no contexto do Ensino Superior, a Academia³.

Diante disso, questionamos a naturalização de valores como a meritocracia e o produtivismo na pós-graduação brasileira, por entendermos que eles afetam negativamente as instituições e os sujeitos dessas instituições, de forma decisiva, sobretudo no que diz respeito à sua saúde, mesmo compreendendo que essas categorias são elementos próprios da lógica de mercado instituída nesse espaço de formação de pesquisadores e de produção de conhecimento. Optamos, nesta dissertação, por tratar do impacto na saúde docente a partir da pressão pela produção acadêmico-científica induzida e impulsionada pela CAPES, por meio da avaliação dos Programas de Pós-graduação (PPGs), o que se manifesta através do produtivismo acadêmico, ponto que será desenvolvido no capítulo 2.

Nesse aspecto, compreendemos que, muitas vezes, a discussão sobre a saúde, em especial a mental, constitui uma espécie de ‘não-assunto’ no espaço institucional do Ensino Superior. Dados preliminares de uma enquête nacional realizada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), com docentes que atuam em Universidades Públicas, Institutos Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs)⁴, no ano de 2023, apontam que 55% dos docentes entrevistados consideram que seu quadro de adoecimento possui relação com o seu trabalho, o qual foi ainda mais intensificado após a pandemia da covid-19 (ANDES-SN, 2023).

Apesar do exposto anteriormente, temos que boa parte das instituições participantes da pesquisa não oferecem iniciativas de promoção e prevenção à saúde. Os dados indicam que

³ Nesta dissertação, utilizamos o termo ‘Academia’ como sinônimo de Ensino Superior por entendermos que este é o espaço no qual a produção do conhecimento acadêmico-científico é privilegiada. A origem da palavra Academia remete à Grécia Antiga e faz referência à Platão, conforme informação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste (2011). A Academia de Platão foi construída nos jardins consagrados ao herói ateniense *Academos*, daí o nome Academia, e era um espaço no qual discussões filosóficas eram realizadas.

⁴ Compreendemos que a pesquisa não trata especificamente da pós-graduação brasileira, mas seus dados nos trazem um quadro importante do Ensino Superior, o que nos auxilia na discussão desta dissertação.

309 docentes (24%) responderam que em suas instituições existem tais iniciativas, ao passo que 516 respondentes (40%) relataram que não. Ainda, 462 pessoas (36%) não souberam responder (ANDES-SN, 2023). Dessa forma, ainda que a relação entre saúde e trabalho docente não esteja dada, é preciso pensar o contexto em que esse trabalho vem se configurando, de forma a refletir sobre a saúde desses profissionais.

A pesquisa desenvolvida pela ANDES-SN foi realizada em duas etapas, sendo que apenas a primeira estava disponível publicamente no momento desta escrita. A iniciativa foi conduzida pelo Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) do ANDES-SN, que produziu e divulgou um relatório de 21 páginas com a síntese dos dados obtidos⁵. A opção teórico-metodológica da 1ª fase da pesquisa foi inspirada na Enquete operária de Karl Marx, que, em 1880, utilizou um questionário para investigar as condições de vida e de trabalho de trabalhadores franceses, o que viria a contribuir para a politização e organização coletiva de tais trabalhadores (Alves e Filho, 2017). A pesquisa do ANDES-SN, igualmente, pode contribuir para reflexões acerca do atual contexto histórico-social laboral no que se refere às Universidades.

Vale destacar que, considerando o período de significativas transformações laborais na profissão docente, especialmente no contexto pós-pandemia da covid-19 e do desenvolvimento de atividades remotas de trabalho, temos que a enquete objetivou “[...] analisar as condições de trabalho e saúde docente nas universidades públicas federais, estaduais, municipais, institutos federais e CEFETs [...]” (ANDES-SN, 2023, p. 3). Na fase-piloto, a Enquete contou com a participação de 11 instituições – aquelas nas quais estão presentes os docentes que fazem parte da equipe de coordenação da pesquisa, entre Universidades e Institutos Federais de educação, e coletou respostas de 1.874 docentes.

A partir dos resultados preliminares de tal enquete, e de maneira a embasar esta escrita, destacamos alguns aspectos que consideramos importantes. Em relação à percepção do volume de trabalho realizado pelos docentes, comparando o último semestre de trabalho naquela ocasião, período no qual estávamos saindo da pandemia, ao segundo semestre de 2019, ou seja, período pré-pandemia, os respondentes indicaram, em sua maioria, que as atividades laborais docentes haviam aumentado, totalizando 1.023 respostas (65%). Uma parcela indicou que tais atividades permaneceram no mesmo patamar (410 respondentes, o que equivale a 26%), enquanto 3,5% avaliaram que as mesmas diminuiriam (56 respostas).

⁵ O relatório pode ser encontrado no site do ANDES-SN, disponível no link: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/Beregeno/PDF4/Relatório-%20EN-saúde-docente.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

Houve, ainda, aqueles que responderam que a pergunta não se aplicava, totalizando 5,8% (92 pessoas) (ANDES-SN, 2023).

Outro dado que consideramos importante destacar se relaciona com a sobrecarga de trabalho, ponto que pode ser relacionado, também, ao tópico anterior. Ao serem questionados sobre a frequência que se sentiam sobrecarregados no trabalho, 620 docentes (42%) responderam que sempre se sentiam dessa forma, 480 (33%) consideraram que isso ocorria com frequência, 302 (21%) responderam que apenas algumas vezes, 51 (3,5%) responderam que raramente e 18 pessoas (1,2%) indicaram que nunca se sentiram sobrecarregadas no trabalho (ANDES-SN, 2023). Diante disso, no contexto em questão, temos que o cenário de sobrecarga no trabalho docente é recorrente, o que nos leva a refletir sobre os impactos de tal sobrecarga sobre os sujeitos, especialmente no que se refere à sua saúde.

Em relação aos prazos e metas a cumprir, a maioria dos docentes respondeu que sempre (46%) ou frequentemente (33%) se sentia pressionada, o que totaliza 1.163 pessoas, 79% das respostas, ao passo que 16% das pessoas (237 respondentes) responderam que se sentia pressionada algumas vezes, 3,9% (58 respondentes) afirmaram que raramente se sentiam dessa maneira e somente 0,8% (12 pessoas) respondeu que nunca se sentia pressionado (ANDES-SN, 2023). Ou seja, de acordo com os dados preliminares da Enquete, temos que o cenário de pressão pelo cumprimento de metas e prazos, baseado em um modelo gerencial, de administração de empresas, é frequente no cenário desses docentes.

Entendemos que a pressão por prazos e metas a cumprir e a sobrecarga laboral, expressas acima, são decisivas quando tratamos da saúde docente, uma vez que deturpa o próprio ser e fazer de professores e professoras. Em uma sociedade neoliberal, o desempenho é um aspecto sobrevalorizado. Por isso, Han (2015) denomina esse tipo de sociedade de sociedade do desempenho que, por ser extremamente voltada para a máxima performance e para o excesso de positividade, não dando espaço para o erro ou qualquer outra possibilidade que não seja o maior rendimento possível. Nessa lógica, tem-se uma experiência humana cansativa, impactando a saúde dos sujeitos, o que tal autor denomina de “infartos psíquicos” (Han, 2015, p. 15). Assim, pensar a saúde docente em interface com o seu trabalho, torna-se urgente.

Além desses dados, outros aspectos levantados pela Enquete do ANDES-SN giraram em torno do aumento das tarefas laborais não específicas da docência realizadas por professores. Para além disso, pontos como endividamento docente, perdas salariais e ataques contra a carreira, plataformização do trabalho docente, assédio moral, entre outros, também foram destacados (ANDES-SN, 2023). Porém, nos interessa, neste trabalho, apenas os

aspectos referentes ao processo de prejuízo às condições e à intensificação do trabalho docente, pois esse é o nosso enfoque dissertativo, partindo do contexto da pós-graduação.

A partir de dados como os expressos acima, e partindo das discussões de dois componentes curriculares do Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc/UFRRJ), ‘Neoliberalismo como modo de gestão do sofrimento psíquico e a condição do trabalho docente no Brasil’ e ‘Trabalho e saúde docente no Brasil’, trataremos da relação entre as condições de trabalho docente no Ensino Superior, em específico na pós-graduação, bem como algumas determinações relacionadas, com a saúde desses profissionais, pensando o contexto neoliberal.

Dessa maneira, temos um desafio enquanto pesquisa, que revela a relevância social da construção desta escrita: discutimos uma temática que ainda é considerada um tabu no ambiente acadêmico, pois envolve a saúde, ainda mais se considerarmos a dificuldade de se avaliar elementos que podem, inclusive, ser de ordem mais subjetiva, no que se refere à saúde mental, pensando sua relação com as condições do trabalho docente. Dessa maneira, partiremos de uma discussão mais conceitual e construiremos um caminho teórico-metodológico que nos permita discutir com mais propriedade as possíveis relações entre trabalho docente e saúde no contexto neoliberal.

Para organização deste trabalho dissertativo, nos propomos a dividir nossa discussão em três capítulos. No primeiro, intitulado ‘Neoliberalismo à brasileira, capitalismo dependente e educação: especificando nossa discussão’, contextualizamos nossa escrita. Tal capítulo está dividido em quatro tópicos, nos quais discutimos sobre o neoliberalismo e sua especificidade; sobre como o capitalismo assume a forma dependente no Brasil e o que isso significa em termos de organização social; sobre o papel da educação no contexto neoliberal, em especial no caso brasileiro; e, por fim, como a pós-graduação brasileira, nosso enfoque, foi sendo (re)formulada a partir do projeto neoliberal para a educação no Brasil, discorrendo sobre as políticas públicas educacionais para essa etapa de ensino, expressas através dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs).

No segundo capítulo, intitulado ‘Trabalho docente na pós-graduação brasileira: a pressão produtiva como norma e o ‘publicar e perecer’, discutimos, mais especificamente, como as políticas de avaliação da CAPES atuam no processo de produtivismo acadêmico, em uma lógica mercadológica de produção acadêmica concorrencial, considerando o modo de organização neoliberal, incidindo sobre a forma de ser e fazer dos docentes nesse contexto. Ainda, discutimos a categoria de trabalho a partir de um autor fundamental, Marx (1988), e

focaremos nas metamorfoses no mundo do trabalho que dão a tônica na sociedade neoliberal, a partir de Antunes (2020).

No terceiro, de título ‘Trabalho docente e adoecimento na pós-graduação brasileira: um levantamento de teses e dissertações sobre a temática’, discutimos a relação entre a precarização do trabalho e o adoecimento docente a partir das reformulações político-institucionais impostas pela mercantilização da educação, realizando um levantamento sobre o que tratam os autores sobre essa relação entre trabalho docente no Ensino Superior e adoecimento a partir de teses e dissertações de Programas de Pós-graduação em Educação brasileiros, utilizando, para tal, o Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, através da definição das seguintes palavras-chave de busca: neoliberalismo; trabalho docente; pós-graduação; adoecimento. A partir disso, identificamos como vem sendo pensada a relação entre as condições de trabalho e o adoecimento mental dos docentes da pós-graduação brasileira, considerando a construção de subjetividades e de novas formas de existência, necessárias ao contexto neoliberal, a partir de Dardot e Laval (2016).

É importante apresentar o argumento sobre a escolha pelo material empírico – teses e dissertações publicados no âmbito de Programas de Pós-graduação brasileiros da área da educação. A opção por trabalharmos com esse tipo de texto deve-se ao fato de compreendermos que o mesmo representa a culminância da pós-graduação *stricto sensu*, sendo fruto de um tempo de dedicação teórico-metodológica e epistemológico maior. Assim, temos um material de análise importante em termos de produção científica, tendo em vista que o mesmo expressa a forma pela qual os atores envolvidos nessa etapa de ensino vêm pensando o trabalho docente no Ensino Superior e a sua relação com a saúde desse profissional. A partir de tal levantamento, realizaremos um debate entre as proposições teóricas dos autores que publicaram artigos no recorte aqui apresentado e os autores que fundamentam epistemologicamente esta dissertação.

Diante do exposto, ratificamos que, a partir de nossa discussão, compreendemos que, para se chegar ao trabalho docente e sua relação com o adoecimento, é preciso entender que o Estado impacta a educação formal, tendo em vista que a mesma é ofertada por meio das instituições que formam o sistema capitalista. Essa influência, por sua vez, atinge os sujeitos dessas instituições e sua forma de atuação e produção, promovendo um movimento de resignificação do trabalho docente, que vem impulsionando um adoecimento físico e mental desse trabalhador. Considerando-se que estamos tratando, neste trabalho, especificamente do Ensino Superior, com um olhar voltado à pós-graduação, é preciso apontar as transformações no mundo do trabalho para atender o ideário neoliberal e as mudanças nas políticas

institucionais e avaliativas dos últimos anos que nos fazem pensar no discurso produtivo, técnico e meritocrático próprio do sistema neoliberal.

CAPÍTULO 1 – NEOLIBERALISMO À BRASILEIRA, CAPITALISMO DEPENDENTE E EDUCAÇÃO: ESPECIFICANDO NOSSA DISCUSSÃO

Neste capítulo de contextualização, discutimos uma breve definição do neoliberalismo, bem como tratamos de como a sociedade neoliberal possui uma originalidade. Compreendemos que é primordial discorrer sobre a especificidade do neoliberalismo, pois, como apontamos na introdução, esse modo de organização está para além de ser apenas mais uma fase capitalista. Na verdade, conforme Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo atua na construção de determinada forma de existência, de certa subjetividade. É nesse sentido que nos utilizamos de tais autores para tratar do que estamos indicando como originalidade ou especificidade do neoliberalismo.

Em seguida, discorreremos sobre o neoliberalismo no contexto brasileiro, tratando de suas especificidades, com a discussão sobre a relação de dependência econômica do Brasil em relação a outros países, tidos como desenvolvidos. Se o neoliberalismo possui uma especificidade, procuramos pontuar que o capitalismo no contexto brasileiro possui, também, uma característica própria de subserviência aos países de capitalismo central. Para isso, utilizamo-nos de Fernandes (2008), Cardoso (1995, 2009) e Leher (2015), que nos auxiliam na reflexão do conceito de capitalismo dependente, construído e problematizado inicialmente por Florestan Fernandes, e que se apresenta como um conceito fundamental desta dissertação.

Por fim, discutimos o papel da educação no contexto neoliberal brasileiro e como, nesse contexto capitalista na sua forma dependente, a pós-graduação se faz enxuta, produtiva e imparável. Para isso, recorreremos aos Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPGs), compreendendo que, através das políticas públicas, a pós-graduação foi se ‘refinando’ de acordo com os interesses do capital, tornando-se mais aligeirada, inflexível e baseada na produtividade e no produtivismo.

1.1 Alguns apontamentos sobre o neoliberalismo e sua especificidade.

Antes de tratarmos da especificidade do neoliberalismo, é mister destacar que o mesmo “pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio da concorrência” (Dardot e Laval, 2016, p. 17) e que, além disso, o neoliberalismo “é precisamente o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado

até o mais íntimo da subjetividade” (Dardot e Laval, 2016, p. 34). Assim, o princípio da concorrência e a lógica de mercado como norma generalizada são chaves analíticas fundamentais para o entendimento da sociedade neoliberal. Nesse aspecto, é importante, também, indicar que não há oposição entre o Estado e o mercado, pois ambos se amparam.

Anderson (1995) afirma que o neoliberalismo surge não somente como uma reação teórica, mas também política, em contraposição ao Estado de bem-estar social, intervencionista, sobretudo no contexto europeu. De acordo com os teóricos que dão sustentação ao neoliberalismo, o Estado de bem-estar social era demasiadamente ‘pesado’ e, ao promover políticas de proteção social, gastava demais, contribuindo com uma inevitável crise econômica.

Já na década de 1990, era possível constatar que, do ponto de vista político e ideológico, o neoliberalismo havia alcançado “êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham [sonhariam], disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos [...] têm de adaptar-se a suas normas” (Anderson, 1995, p. 23). Ou seja, a sociedade neoliberal surge e se estabelece como se fosse inevitável, fruto de erros da fase do capitalismo imediatamente anterior. Contudo, quando tratamos do neoliberalismo, temos de levar em consideração que ele:

[...] tem uma história e uma coerência. Combatê-lo exige não se deixar iludir, fazer uma análise lúcida dele. [...] Assim, é errado dizer que estamos lidando com o “capitalismo”, sempre igual a ele mesmo, e com suas contradições, que inevitavelmente levariam à ruína final. [...] O capitalismo é indissociável da história de suas metamorfoses, de seus descarrilhamentos, das lutas que o transformam, das estratégias que o renovam. **O neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente as sociedades.** (Dardot e Laval, 2016, p. 7, destaque nosso)

Para nossa discussão, é importante realizar alguns apontamentos sobre a especificidade do neoliberalismo, entendendo-se que o mesmo está para além de ser pura e simplesmente mais uma fase do capitalismo. Para isso, partimos da compreensão de Dardot e Laval (2016, p. 7), que indicam que o neoliberalismo é “um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida”. Nesse sentido, é fundamental que, ao tratar das relações forjadas em sociedade, pensemos como o neoliberalismo se espalha e se amplia por todas as esferas da vida, inclusive incidindo sobre as subjetividades dos sujeitos, transformando as sociedades.

Dessa maneira, com o neoliberalismo, há uma profunda transformação do que compreendemos como capitalismo. Isso não significa que antes da sociedade em um contexto ‘neoliberalizante’, o sistema capitalista não impactasse a vida dos sujeitos e a transformasse.

Contudo, o neoliberalismo se mantém hoje, apesar das crises cíclicas do capital, fortalecendo-se por meio delas e justificando discursivamente a teoria que afirma que o Estado deve ser mínimo – notadamente, na prática, para os pobres.

Dardot e Laval (2016) apontam que, com a crise financeira internacional de 2008, poder-se-ia pensar que o neoliberalismo estava fadado ao fim. Contudo, tal modo de organização social, segundo tais intelectuais, possui uma “capacidade de autofortalecimento” e uma “trajetória de ilimitação” (Dardot e Laval, 2016, p. 8), de forma que as crises servem como uma maneira de intensificar e aprofundar seu funcionamento. Isso traduz as dificuldades em relação ao enfrentamento ao neoliberalismo, pois ao ceder espaço à concorrência constante e generalizada, enfraquece as condições de atuação coletiva.

Tais características do contexto neoliberal nos ajudam a compreender que a sociedade regida pela lógica de mercado possui uma especificidade, de maneira que o neoliberalismo não se resume a uma ideologia e a uma política econômica correspondente. Existe, nessa perspectiva, uma nova racionalidade, a qual organiza a vida social, desde a ação dos governantes até a conduta dos governados, remodelando subjetividades, ao passo que “muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa” (Dardot e Laval, 2016, p. 16). Essa é a nova razão do mundo que Dardot e Laval (2016) indicam em sua obra bibliográfica, na qual apontam que, para se pensar uma outra razão do mundo possível, é fundamental, em primeiro lugar, entender a especificidade do neoliberalismo.

Essa concepção de indivíduo que age como se fosse, ele próprio, uma empresa, é decisiva para nossa discussão, ao passo que, como indicou Margareth Thatcher nos anos 1980, mudar a ‘mente’ e o ‘coração’ das pessoas seria o objetivo do neoliberalismo, em consonância com os seus interesses, de forma que o mesmo se fortaleça e não tenha limites. Essa implicação, de ordem subjetiva, é uma marca da sociedade neoliberal, na qual a concorrência não se manifesta apenas contra os outros indivíduos, mas do sujeito com ele mesmo, tal qual uma empresa, sempre preparada a ‘bater a meta’. Nesse sentido, temos um discurso meritocrático, no qual as pessoas são única e exclusivamente responsabilizadas por seus fracassos, como se nossa sociedade não fosse desigual e fortemente marcada pelas contradições do sistema capitalista.

Nesse contexto meritocrático, destacamos o que Sandel (2021) denomina como tirania do mérito, contida na ideologia meritocrática, a qual divide o mundo, de maneira geral, entre os ‘perdedores’ e os ‘vencedores’. Ao fazer isso, desconsidera-se os condicionantes histórico-sociais, responsabilizando as pessoas por seus sucessos ou fracassos como se elas

não estivessem inseridas em determinados contextos. Essa perspectiva que individualiza os sujeitos, estimula a concorrência constante e generalizada e responsabiliza de forma desproporcional e desarticulada os indivíduos, é uma característica das sociedades neoliberais, expressando bem como o neoliberalismo possui uma originalidade.

Sobre esses aspectos, vale ressaltar que “a originalidade do neoliberalismo está no fato de criar um novo conjunto de regras que definem não apenas *outro* “regime de acumulação”, mas também, mais amplamente, *outra* sociedade” (Dardot e Laval, 2016, p. 24, destaque dos autores). Essa ‘outra’ sociedade faz com que a norma neoliberal se estenda por toda a vida social e por todos os países. Entendendo-se que todo momento histórico do capitalismo atua na produção de certo tipo de sujeito, com o neoliberalismo, vamos além: os sujeitos devem possuir as habilidades e as competências requeridas por esse tipo de sociedade. Com isso, temos o que Dardot e Laval (2016) denominam de sujeito neoliberal.

Nessa discussão, um conceito é fundamental no que se refere ao que Dardot e Laval (2016) nomeiam como subjetivação contábil e financeira, constituindo o refinamento da subjetivação capitalista. Esse tipo de subjetivação capitalista trata de:

[...] produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um “capital humano” que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais. (Dardot e Laval, 2016, p. 31, destaque do autor)

Dardot e Laval (2016) vão ao cerne da questão, ao trazer esse processo de subjetivação tão específico do neoliberalismo, o que denota sua originalidade. Na sociedade neoliberal, o sujeito se entende não apenas como se fosse uma empresa, na qual o princípio fundamental é a concorrência constante e generalizada, mas trata do entendimento de que ele próprio é um tipo de capital que, conseqüentemente, deve se valorizar indefinidamente. Isso possibilita o tom das características de ilimitação e autofortalecimento do neoliberalismo, de maneira que, através desse processo de subjetivação contábil e financeira, pode-se induzir a formação de sujeitos neoliberais.

Assim, podemos refletir sobre a especificidade do neoliberalismo, a partir da compreensão de Dardot e Laval (2016) acerca da sociedade neoliberal. Contudo, por conta do nosso recorte de pesquisa, torna-se necessário, também, que tratemos da especificidade do neoliberalismo no Brasil. Pontua-se que, diferente das experiências europeias do século passado, o Brasil não viveu um Estado de bem-estar social, com pleno emprego e garantias sociais na mesma medida que os países de capitalismo central. Isso não ocorreu ao acaso, mas

justamente em virtude da posição que nosso país ocupa no contexto do capitalismo mundial. Discutamos, então, o capitalismo dependente, outro conceito fundamental nessa pesquisa.

1.2 Especificando a discussão: capitalismo dependente e neoliberalismo no Brasil.

Para tratar sobre algumas das especificidades da forma de sistematização capitalista no Brasil, é importante pensar as configurações econômicas e político-culturais que esse sistema propõe e impõe para o bom funcionamento da organização social no país, tendo em vista que:

O capitalismo não é apenas uma realidade econômica. Ele é, também, e acima de tudo, uma complexa realidade sociocultural, em cuja formação e evolução histórica concorrem vários fatores extra-econômicos (do direito e do Estado nacional à filosofia, à religião, à ciência e à tecnologia). (Fernandes, 2008, p. 23)

Partindo, especialmente, do pensamento sociológico de Fernandes (2008), destacamos que, apesar de apontarmos a especificidade do neoliberalismo, quando tratamos do capitalismo, certamente não buscamos indicar que o mesmo se expressa de uma mesma forma no mundo inteiro. Podemos, em linhas gerais, indicar que capitalismo, como modo de organização social, é capitalismo em todos os lugares, partindo de aspectos gerais como a exploração intensa da mão de obra, expropriação do trabalho⁶ dos sujeitos, geração de mais-valia, entre outros aspectos. Contudo, as formas pelas quais o capitalismo se manifesta em diferentes lugares do mundo possuem, também, especificidades.

No Brasil, por exemplo, como citado anteriormente, não houve um Estado de bem-estar social como nos países europeus, no século passado. Na verdade, aqui, via de regra, a superexploração do trabalho⁷ e dos trabalhadores é a tônica capitalista. Dessa forma, é preciso retomar os contextos histórico-sociais do Brasil para se entender como, sobretudo a partir dos anos 1990 e com os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o neoliberalismo cria as estruturas que dão base ao seu desenvolvimento hoje, com frequentes

⁶ Em Marx (1988), o conceito de expropriação do trabalho refere-se ao processo de privação do produto integral do trabalho, uma vez que o capitalista se apropria da mais-valia do proletário, do seu trabalho que não é revertido em salário, e das condições materiais de produção do trabalho pelos trabalhadores, já que historicamente foram separados das terras e dos instrumentos de produção, que poderiam garantir sua subsistência. Ou seja, a expropriação do trabalho se traduz justamente na separação existente entre o trabalhador do produto de seu próprio trabalho e dos meios necessários para produzi-lo.

⁷ De acordo com Marini (2000), o conceito de superexploração do trabalho possui relação direta com as especificidades do capitalismo dependente na América Latina, distinguindo-o do capitalismo dos países centrais. Ela ocorre quando o trabalhador é remunerado abaixo do valor que efetivamente deveria, o que se expressa de três formas: pelo aumento da intensidade do trabalho; pelo aumento da jornada de trabalho; e pela própria redução do salário do trabalhador. Essa troca desigual implica em um maior esforço físico e mental do proletário, com mais horas de trabalho sem equivalente salarial e com salários inferiores, o que contribui para a reprodução da situação de dependência.

reformas estatais. Nesse aspecto, a análise da sociedade brasileira proposta por Florestan Fernandes e seus estudiosos se faz fundamental neste trabalho, entendendo-se sua relevância e consistência política e teórica.

Sobre a inclusão do Brasil na economia mundial, ao tratar do capitalismo, Fernandes (2008) destaca que:

[...] a inclusão da economia brasileira no mercado mundial representou um simples episódio dos ciclos de modificações dos laços coloniais, no quadro histórico criado pela elevação da Inglaterra à condição de grande potência colonial. **Os laços coloniais apenas mudaram de caráter e sofreram uma transferência: deixaram de ser jurídico-políticos, para se secularizarem e se tornarem puramente econômicos** [...] (Fernandes, 2008, p. 24, destaque nosso)

Diante do exposto, podemos pensar como os países que foram, historicamente, explorados como colônias, sobretudo da Europa, possuem características de subserviência aos países tidos como desenvolvidos, de capitalismo central, o que se materializa na colonialidade atualmente. Apesar de o Brasil não ser mais colônia de Portugal, apesar de o colonialismo em si não existir mais, alguns aspectos de dependência indicam que laços que eram de natureza jurídico-política, tornaram-se essencialmente relações econômicas. No caso, tais relações dependem de uma articulação entre a burguesia interna e a burguesia internacional, marcando essa relação de dependência econômica.

Nesse aspecto, interessa destacar que, pensando a partir desse contexto de colonialidade, é preciso refletir a estrutura econômica brasileira que, até hoje, possui, como uma das bases, a matriz agroexportadora. Do ponto de vista sócio-histórico, “é a estrutura agrária dessas Nações [incluindo o Brasil] que fornece, ao mesmo tempo, a base política e os fundamentos econômicos ou sociais para a absorção inicial do capitalismo [...] e sua implantação definitiva, como uma realidade histórica interna [...]” (Fernandes, 2008, p. 26). Assim, a análise sociológica da história brasileira permite algumas inferências acerca da condição capitalista na qual o Brasil se insere, marcadamente de dependência, o que nos leva, a partir das contribuições teóricas de Florestan Fernandes, ao conceito de capitalismo dependente.

Embora tal conceito esteja para muito além dos apontamentos apresentados nesse trabalho dissertativo, é preciso reconhecer que, pelo fato de nosso país ter sido colônia de exploração de Portugal, temos as características próprias desse contexto – histórico de uma sociedade baseada no trabalho forçado/escravizado e que funciona como exportadora de matérias-primas. Hoje, tal contexto de exploração historicamente imposto se materializa em diferentes desigualdades sociais, mas se expressa, principalmente, por meio da desigualdade

abissal entre as condições materiais de vida dos trabalhadores e daqueles que exploram o seu trabalho de forma profunda. No Brasil, há uma grande concentração de renda, como demonstram dados de um relatório do Ministério da Fazenda, baseados nas declarações de Imposto de Renda dos anos de 2021 e 2022, publicados em notícia da ‘Agência Brasil’⁸: a pesquisa indica que os 10% mais ricos concentram 51% da riqueza nacional.

Nesse contexto, podemos inferir que a forma que o neoliberalismo se manifesta no Brasil não é a mesma de outros países, em especial aqueles tidos como de capitalismo central, desenvolvidos. Apesar de a concentração de renda ser uma característica da sociedade neoliberal, outros aspectos dão o tom de subdesenvolvimento ao Brasil, como é o caso de sua economia se concentrar, ainda, a partir de uma matriz majoritariamente agroexportadora, exportando matéria-prima e importando bens de consumo. Isso se traduz na divisão internacional do trabalho, que diferencia o capitalismo dos países desenvolvidos e o nosso, tido como subdesenvolvido. Nesse sentido, partimos do conceito de capitalismo dependente em nossa discussão para especificar de que forma o capitalismo se desenvolve no Brasil e dá o tom ao neoliberalismo que estamos denominando de ‘à brasileira’.

De acordo com Leher (2015, sem página) “é possível coexistir tempos históricos desiguais numa mesma formação econômico-social”, expressando a problemática do capitalismo no Brasil, que podemos compreender a partir do conceito de capitalismo dependente de Florestan Fernandes. Segundo tal conceito, na análise de Leher (2015), devemos atentar para o seguinte: quando nos deparamos com o mesmo, é importante observar que o adjetivo ‘dependente’ especifica o capitalismo, mas o foco do conceito é o capitalismo, e não a relação de dependência expressa no mesmo. Dessa maneira, é possível refletir sobre a especificidade do neoliberalismo no Brasil, partindo do conceito de capitalismo dependente.

Para Leher (2015), parte da análise sociológica de Florestan Fernandes propõe dois elementos centrais no entendimento da particularidade do Brasil na economia capitalista mundial: 1) processos muito específicos de exploração do trabalho; 2) processos de expropriação dos trabalhadores. Em outras palavras, o Brasil experiencia o capitalismo através de um trabalho marcado pela superexploração e esse contexto é tido, muitas vezes, como inevitável, a partir da naturalização de que não há outra possibilidade de sobreviver a não ser por esse processo de exploração acentuada e desumanizadora da força de trabalho.

⁸ 10% mais ricos concentraram 51% da renda em 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2024-01/10-mais-ricos-concentraram-51-da-renda-em-2022>. Acesso em: 06 set. 2024.

Vale destacar que o conceito de capitalismo dependente não diz respeito à localização geográfica do nosso país, mas se trata de uma lógica econômica (Cardoso, 2009). Compreendemos que o capitalismo é, antes de mais nada, o capitalismo. Pode parecer redundante, mas trata-se de afirmar aqui que existem formas diferenciadas pelas quais esse capitalismo se faz, o que não o descaracteriza de ser capitalismo. Para Cardoso (2009), essa situação de dependência significa, ainda que em uma condição de capitalismo, uma situação específica, na qual uma burguesia local, responsável pela dominação interna, possibilita e viabiliza a atuação de uma burguesia internacional, responsável por uma dominação externa. A autora destaca como, ao tratar do conceito de capitalismo dependente, busca-se trazer à tona a generalidade (o capitalismo) e, ao mesmo tempo, delimitar a especificidade do capitalismo (o capitalismo dependente, propriamente).

Nesse contexto, temos uma superexploração do trabalho e uma expropriação exacerbada, como indicamos anteriormente, e é justamente esse ‘casamento’ que traduz o capitalismo dependente. Por isso, Cardoso (2009) indica que essa condição, que é estrutural do capitalismo – exploração e expropriação –, necessita de uma dominação maior por parte das classes burguesas, seja esta pela ideologia ou pela repressão. Vale destacar como, seguindo essa linha de raciocínio, o capitalismo dependente se insere na lógica do desenvolvimento desigual do capitalismo e para entendê-lo é preciso se atentar à centralidade das relações de classe. Assim, destacamos que:

[...] recolocando as relações de classe no centro da constituição dos mecanismos próprios do capitalismo, tanto no seu desenvolvimento clássico, quanto na sua especificidade dependente, Florestan aponta dois aspectos decisivos para o processo de funcionamento e de continuidade da dependência: 1) a importância da burguesia local, que é parceira, ainda que como sócia menor e subordinada; 2) a exasperação das relações de classe internamente, caracterizadas pela sobre exploração e pela sobre expropriação capitalistas do trabalho e da massa da população que não consegue nem mesmo acesso ao mercado ou sua permanência nele. (Cardoso, 1995, p. 4)

A partir do pensamento sociológico de Florestan Fernandes apresentado por Cardoso (1995), compreendemos que o Brasil possui uma especificidade dependente. Essa forma dependente se mantém justamente a partir dos aspectos indicados por Cardoso (1995), partindo da atuação da burguesia local, sempre articulada à burguesia internacional, e da exasperação das relações de classe, com processos intensos de exploração do trabalho e de expropriação do mesmo. A partir disso, podemos refletir como as características do capitalismo brasileiro se inserem no contexto do capitalismo mundial, com aspectos de

subordinação aos países de capitalismo central, mesmo que nossa economia seja uma das maiores do mundo.

É fundamental compreender as relações coloniais consistentes e permanentes às quais o Brasil está submetido no contexto de capitalismo dependente. O subdesenvolvimento, ou a heteronomia⁹, termo preferencialmente utilizado por Florestan Fernandes para se referir à falta de autonomia das sociedades capitalistas nas quais predomina a forma dependente, revela como tais relações de dominação outrora de metrópole e colônia se manifestam (Cardoso, 2009). Dessa maneira, desvela-se a ideia de que temos, no Brasil, um capitalismo atrasado, pois se trata de uma especificidade própria do sistema econômico capitalista, articulado mundialmente, no qual cada país, historicamente, desempenha um papel.

Partindo dos apontamentos das especificidades do Brasil frente à organização do sistema capitalista, pensamos ser fundamental apresentar que, para que um modelo de organização econômico-político-social se concretize em todas as suas nuances, precisa existir uma organização político-institucional das instituições que compõem esse sistema. Dentre as instituições que movimentam e estruturam o sistema regido pelo capital e pela lógica de mercado, entendemos que as instituições de ensino, por meio da educação formal, expressam um processo social importante para as proposições e os interesses do Estado, o que discutimos no tópico 1.3. Para a finalidade proposta nesta dissertação, no entanto, focaremos especificamente na pós-graduação brasileira, através das políticas públicas correspondentes, demonstrando como a mesma tem sido funcional aos interesses do Estado capitalista, conforme o tópico 1.4.

1.3 O papel da educação em um contexto neoliberal: o caso brasileiro.

[...] digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação.
(Mészáros, 2005, p. 17)

No prefácio de ‘A educação para além do capital’, de autoria de István Mészáros, Emir Sader indica a relação expressa acima: o projeto educacional de determinado tipo de sociedade está vinculado ao trabalho realizado na mesma. Ou seja, partindo da sociedade neoliberal, na qual o trabalho é explorado e expropriado de maneira intensa, sobretudo nos

⁹ A heteronomia, em Fernandes (2005), representa uma lógica de funcionamento interna de um país ditada por forças externas, ao passo que o sistema social, econômico, político e cultural é influenciado por outros países, materializando-se pela falta de autonomia característica de países nos quais a forma dependente do capitalismo se apresenta.

países de capitalismo dependente, como o Brasil, devemos refletir o tipo de educação que é ofertada nesse contexto. Partimos, dessa forma, da relação trabalho-educação, entendendo-a como uma relação primordial para o capital, ao passo que a educação é responsável, em grande medida, pela formação intelectual, ideológica e subjetiva dos estudantes e futuros trabalhadores.

Cabe, neste tópico, discorrer, então, sobre o projeto neoliberal para a educação, compreendendo-se as relações possíveis entre neoliberalismo e educação, tendo em vista que, à medida que esse modo de organização social impacta as instituições estatais, impacta, também e decisivamente, as instituições de ensino. Nesse sentido, é importante retomar a relação imbricada entre burguesia local e burguesia internacional, próprias do capitalismo dependente.

No Brasil, temos que organizações empresariais vêm ditando as políticas públicas em educação de maneira incisiva nos últimos anos. Esse movimento, próprio da burguesia local, articula-se a um contexto mundial, no qual Organismos Internacionais, como Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) influem sobre as políticas da educação no mundo e, principalmente, na América Latina.

No caso brasileiro, realizamos um pequeno aparte para pontuar como a influência neoliberal se faz no campo educacional como um todo, iniciando-se na Educação Básica, a partir do alcance que determinados grupos, capitaneados por empresários de diferentes setores da economia, possuem na área educacional e na formulação de políticas públicas correspondentes. Ao discutir como a Fundação Lemann teve um papel central na definição da maior política para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio que temos hoje, de caráter prescritivo e baseada em uma concepção tecnocrática e de treinamento/instrução de habilidades e competências, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), temos que a influência de setores empresariais, que nada teriam a ver com a educação em sua gênese, traduz-se na ideia de que:

[...] a influência filantrópica corporativa e privada na educação pública não é simplesmente um esquema neoliberal para maximizar lucros; em vez disso, é uma tentativa de líderes corporativos e fundações privadas de angariar poder e influência em diferentes escalas e refazer a educação pública à sua imagem e semelhança. (Tarlau e Moeller, 2020, p. 555, destaque nosso)

Essa tentativa de refazer a educação pública à imagem e semelhança dos empresários educacionais só poderia ser feita através do Estado, responsável pelas políticas públicas educacionais, no intuito de formar o sujeito neoliberal (Dardot e Laval, 2016). Por isso,

mencionamos o caso da BNCC, embora nosso enfoque não seja a Educação Básica, pois compreendemos que, para dar conta de um contexto mais geral, é preciso tratar da educação como um todo. Certamente, existem associações entre as diferentes etapas de ensino, no projeto neoliberal. Contudo, a Educação Básica, a princípio, passa a ser o enfoque, pois atende, através da educação de massas, a população em geral. No caso brasileiro, por exemplo, a educação é obrigatória, hoje, dos 4 aos 17 anos, perfazendo o período que vai da Educação Infantil até o Ensino Médio.

Nesse contexto, apontamos o que o autor francês Christian Laval trata sobre o sistema educacional brasileiro no prefácio à segunda edição brasileira do livro ‘A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público’ (2019). A primeira edição dessa obra foi lançada em 2003, na França, pensando o contexto daquele país e de outros de capitalismo central, mas articulado ao que já estava em curso no mundo naquelas últimas décadas: o que o autor denominaria de ‘neoliberalismo escolar’. Ele atribui:

[...] à introdução do *neoliberalismo* uma grande responsabilidade na degradação mundial das condições de vida e trabalho, mas também na deterioração das instituições educacionais, universitárias e científicas. “Tudo está interligado”: o que interessa acima de tudo compreender em sociologia é a lógica de transformação das sociedades, o que Pierre Dardot e eu, em *A nova razão do mundo*, chamamos de *lógica normativa de conjunto*. E essa norma neoliberal, quando se estende muito além do campo econômico *stricto sensu*, é acima de tudo a *racionalidade do capital* transformada em lei social geral. Se não temos isso em mente, simplesmente não compreendemos a transformação mundial das sociedades e suas instituições. (Laval, 2019, p. 9, destaque do autor)

Diante disso, é fundamental compreender que a racionalidade do capital transformada em lei social geral materializa os valores da sociedade de mercado nas instituições de ensino. Laval (2019) nos chama a atenção para o fato de que há uma ligação entre a degradação experienciada no mundo das condições não apenas de vida, mas também de trabalho, com o neoliberalismo. Isso ocorre em um contexto mais amplo, global, e é por isso que “[...] a lógica de conjunto do neoliberalismo só pode ser combatida em um terreno mundial.” (Laval, 2019, p. 14). Dessa maneira, após discutirmos a especificidade do neoliberalismo e as especificidades do capitalismo no Brasil, a partir do conceito de capitalismo dependente, apresentamos alguns pontos referentes à relação entre o neoliberalismo e a educação, pensando o caso do Brasil em específico. Assim, é mister destacar que:

Não há dúvida de que o sistema educacional brasileiro tem suas particularidades, e que não teria nenhum sentido querer transpor para o Brasil as análises do que vem acontecendo na Europa, no Japão ou nos Estados Unidos [conforme é feito na discussão de Christian Laval em ‘A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em

ataque ao ensino público’]. [...] Sob certos aspectos, o sistema educacional brasileiro já é muito mais “neoliberalizado” do que o sistema francês e muitos outros sistemas educacionais europeus². Podemos dizer até que o Brasil chegou antes do que outros países ao estágio do “capitalismo escolar e universitário”, caracterizado pela intervenção direta e maciça do capital no ensino. [...] De modo geral, o crescimento notável do ensino superior privado no Brasil nos últimos vinte anos, sob a dominação de grandes oligopólios cotados em bolsa (Kroton, Estácio, Anhanguera etc.), fez do país um caso único no mundo. (Laval, 2019, p. 12-13)

Laval (2019) aponta o Brasil no que ele denomina de “vanguarda da escola neoliberal” (p. 12). O autor discorre sobre como o neoliberalismo impacta a educação, discutindo a escola no contexto neoliberal, principalmente a partir do que entendemos como Educação Básica no Brasil. Contudo, ao comentar o caso brasileiro e sobre o nosso estágio de “capitalismo escolar e universitário” (Laval, 2019, p. 12), menciona especialmente o Ensino Superior privado, que foi favorecido pelo investimento público nas últimas décadas, traduzindo-se no surgimento de grandes oligopólios, os quais operam ações na bolsa de valores. Isso ocorreu principalmente por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), políticas de transferência de recursos públicos para instituições privadas muito incentivadas em governos petistas. É o caso da Kroton e de outras empresas educacionais citadas por Laval (2019). Este é um destaque importante: um autor francês reconhece que o Brasil é um caso bem específico quando se trata da relação entre neoliberalismo e educação em escala mundial, dado o seu sistema de ensino ‘neoliberalizado’.

Diante desse contexto de uma educação ‘neoliberalizada’, podemos pensar em outras categorias que nos auxiliam na discussão desta dissertação, como é o caso da categoria ‘mercadoria’. Na lógica de mercado instituída na sociedade do capital, Marx (1988) nos auxilia na análise da educação a partir do conceito de mercadoria, que, consequentemente, nos leva a pensar os processos de mercantilização da educação. Se na Educação Básica temos a forte influência dos grupos empresariais travestidos de sociedade civil, como o Todos Pela Educação (TPE), na construção das políticas educacionais, processo que ocorre em articulação com os ditames dos Organismos Internacionais para a educação (relação burguesia internacional-burguesia local), no Ensino Superior o processo de mercantilização se apresenta de outras formas.

Nesse sentido, vale destacar que:

O quadro de precarização que vem se desenhando na Educação Superior nos últimos anos é expressão de um projeto internacional de mercantilização desta atividade. A partir da implantação das políticas neoliberais, a Educação, assim como outras atividades de natureza social ou que envolvem direitos fundamentais, como a Saúde, passam a ser consideradas como atividades econômicas de “serviços”, tanto quanto as instituições financeiras e comerciais. Assim consideradas, devem subordinar-se à

mesma lógica de bancos ou redes de comércio varejista: corte de custos com vistas à ampliação da margem de lucros. (Santos, 2012, p. 163)

Assim, temos o contexto da Universidade micro-ondas, que forma de maneira rápida e precária, na lógica da redução da educação a um serviço, e não como um direito. Esse processo descrito por Santos (2012), de um contexto internacional de mercantilização da Educação Superior, faz parte do modo de organização da sociedade neoliberal, na qual há uma integração econômica mundial, em um sistema ‘sem barreiras’ e de acordo com a divisão internacional do trabalho. Como a forma capitalista brasileira é a dependente, conseguimos compreender como nosso sistema de ensino é tão ‘neoliberalizado’.

Ainda em relação ao Ensino Superior, temos que o Banco Mundial, no ano de 2000, em parceria com a UNESCO, publicou um documento voltado a essa etapa de ensino. Tal documento, intitulado ‘*La educación en los países en desarrollo: peligros y promesas*’, continha recomendações para que fosse fortalecido um modelo híbrido de Educação Superior, com universidades, com enfoque na pesquisa, bem como com Instituições de Ensino Superior (IES) não universitárias, que deveriam, dessa maneira, focar apenas nas atividades de ensino articuladas às necessidades do mundo do trabalho, com as devidas competências profissionais requeridas pelo mesmo (Costa e Silva, 2019).

Especificamente sobre a pós-graduação, que está contida no contexto do Ensino Superior, há diferenças significativas quando comparamos ela à graduação. Uma dessas diferenças reside no fato de que, na graduação, existe um grande mercado privado em atuação, concentrando boa parte das vagas oferecidas no âmbito da Educação Superior. De acordo com o último Censo da Educação Superior (INEP, 2023), que divulgou os resultados do ano de 2022, o número de vagas de graduação oferecidas por IES públicas foi de 870.659, enquanto tal número em IES privadas correspondeu a 21.959.144, o que equivale a pouco mais de 96% do total de vagas ofertadas.

Em relação à pós-graduação *stricto sensu*, recorte que adotamos nesta dissertação, a maior parte dos cursos está concentrada nas Universidades. Apesar disso, a forma como ela se configura, dotada de rigidez e baseada na produtividade, que impulsiona o produtivismo, coaduna com a Universidade mercantilizada, a serviço do capital, na qual a máxima performance, a meritocracia e a competitividade são valores cultivados nos PPGs. Para tratar dessa configuração da pós-graduação *stricto sensu*, é preciso recorrer àquilo que fez e que faz dela enxuta, produtiva e imparável – as políticas públicas pertinentes a ela, que a modelaram ao longo dos anos.

1.4 A pós-graduação brasileira: enxuta, produtiva e imparável.

O debate sobre a pós-graduação no Brasil, considerando-se as especificidades de um país colocado em condições de subalternidade às diretrizes que são alheias aos interesses próprios da educação como instituição, que deveria atentar-se aos interesses da sociedade e não do mercado, se faz fundamental para se pensar o lugar do trabalho e da identidade docente no contexto neoliberal. Partindo do período que indicamos como de intensificação da agenda neoliberal no Brasil, a partir do ano de 2016, um momento nos chama atenção para iniciarmos a discussão deste tópico: o período atravessado pela pandemia da covid-19, em virtude dos imbricamentos impostos à educação nesse momento, em seus mais diferentes segmentos de ensino e produção. Além disso, esse período é representativo quando tratamos da pós-graduação como sendo imparável, independente do que esteja acontecendo – no caso, mesmo com uma pandemia em curso.

No ano de 2020, o mundo parou por conta da pandemia da covid-19. Diante de um vírus que representava uma ameaça mortal, tendo em vista que causava uma doença ainda sem vacina e em um mundo globalizado, no qual não há fronteiras para que doenças respiratórias como aquela se espalhassem rapidamente, não havia muito o que se fazer na maior parte dos casos, a não ser se proteger ao máximo que se podia e tentar sobreviver. Contudo, naquela ocasião, havia um discurso de que a vida, em suas diferentes vertentes, não poderia ‘parar’, especialmente com o negacionismo da ciência impulsionado pelo então Presidente da República do Brasil.

Naquele momento, a pós-graduação, no entanto, representou uma experiência diferente das implementadas em outros segmentos da educação, até mesmo da graduação, ainda que sejam ofertadas pelas mesmas instituições. Ao contrário da graduação, que tem uma extensa matriz curricular, a pós-graduação *stricto sensu* é focada na atividade de pesquisa. Também baseando-se nisso, existe uma máxima de que a pós-graduação ‘não pode parar’. No período em questão, essa ideia fazia sentido, especialmente na área de saúde, em uma verdadeira corrida para que se desenvolvesse uma vacina contra o vírus SARS-CoV-2 ou se encontrasse um medicamento que combatesse a doença. Mas esse discurso foi repetido à exaustão nos espaços acadêmicos de forma geral. A própria CAPES divulgou, em dezembro de 2020, ao fim do primeiro ano de pandemia, que:

A pós-graduação manteve o funcionamento mesmo com as restrições impostas pelo novo coronavírus. Foram necessárias adaptações, mas as atividades seguiram. Benedito Aguiar, presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de

Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), fez essa observação nesta terça-feira, 8 de dezembro, na 201ª reunião do Conselho-Técnico e Científico da Educação Superior (CTC-ES). (Brasil, 2020b)

Cabe salientar que compreendemos que, ainda que pesquisas possam ser mantidas em condições de isolamento social, o que vivemos em 2020 foi totalmente adverso, com a desorganização da vida e a tentativa constante de sobrevivência. Ainda assim, no discurso da CAPES, tínhamos a ideia, quase que positiva, de que a pós-graduação havia mantido o seu funcionamento ‘apesar dos pesares’. Entendemos que, nessa ideia, está explícito o ideal produtivo dessa etapa de ensino, tida como ‘imparável’ – mesmo diante de uma doença mortal, altamente contagiosa e transmitida pelo ar. No final de 2020, o mundo estava virado de ponta cabeça, mas, de acordo com a CAPES, o importante era não parar de funcionar.

Moura e Cruz (2020), ao discutir a produtividade acadêmica no contexto da pandemia da covid-19, apontam para a necessidade de que a ciência e a pesquisa possuam tempo e um cuidado necessário no seu fazer. Naquela ocasião, pela gravidade da doença, no entanto, as universidades e centros de pesquisa se viram pressionados a dar uma resposta o mais rápido possível para a crise sanitária. Assim, ainda em 2020, tínhamos o seguinte quadro:

Se por um lado as universidades buscam [buscavam] encontrar soluções para a doença, por outro presencia-se [presenciava-se] uma intensificação do trabalho docente, uma vez que estes profissionais são [foram] compelidos a manterem suas atividades laborais pré-pandemia ou até são [foram] pressionados a oferecerem atividades de ensino e extensão a distância, em uma clara tentativa de aprofundar o produtivismo e intensificar o trabalho docente, no momento em que a preocupação é [era] a vida e a manutenção da saúde física e mental [...] (Moura e Cruz, 2020, p. 225)

Com a pandemia, houve um aprofundamento da intensificação do trabalho docente e das exigências produtivas, em prol da ideia de que a vida não poderia parar. O uso de plataformas, que viabilizou as atividades *online*, marcou a continuidade das atividades na pós-graduação ainda no início da pandemia, independentemente de qualquer elemento que se apresentasse, inclusive uma doença tão grave, que foi responsável por ceifar, no Brasil, mais de 700.000 vidas. Tal situação ocorreu, vale ratificar, diante de um governo que tinha como *slogan*, naquele momento, “O Brasil não pode parar”; “A educação não pode parar” (Moura e Cruz, 2020, p. 238).

Apesar de utilizarmos um momento tão dramático da nossa história recente para exemplificar como a pós-graduação se apresenta como imparável, com o intuito de explicitar como a organização dessa etapa de ensino é rígida e pautada pela produtividade e produtivismo ‘custe o que custar’, destacamos que tal configuração não é nova.

Shigunov Neto, Trevisol e Almeida (2021) apontam que a pós-graduação já estava presente na vida educacional brasileira desde os anos 1930, mas que somente na década de 1960, ela é considerada oficialmente como nível de ensino, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1961. Anos mais tarde, com a Lei 5.540, promulgada em novembro de 1968, no contexto da ditadura militar, temos o que ficou conhecido como Reforma Universitária. A Reforma, que foi imposta por aquele governo autoritário em prol da modernização do país, foi responsável pelo investimento e expansão das universidades brasileiras, em especial a pós-graduação. Com isso, pretendia-se um impulsionamento da economia e o desenvolvimento do país (Sanches, 2018).

Kuenzer e Moraes (2005) indicam que, de fato, já existiam algumas iniciativas de dimensões limitadas de estudos pós-graduados no Brasil, conduzidas por docentes estrangeiros em missões acadêmicas ou que fugiam da Segunda Guerra Mundial, antes da década de 1960. Com o Parecer Sucupira, no entanto, temos o formato institucional básico da pós-graduação, enfim, desenhado: um novo nível de ensino, formado por mestrado e doutorado, dotado de flexibilidade em sua organização curricular.

Tal Parecer foi aprovado em dezembro de 1965, por meio do Conselho Federal de Educação – Parecer CFE 977, cunhado Parecer Sucupira, o qual inaugura o Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG), da forma que o compreendemos atualmente, com as principais definições da pós-graduação brasileira. Naquela ocasião, a CAPES passou a ser uma Coordenação vinculada ao então Ministério da Educação e Cultura (MEC). Figuras como Alceu Amoroso Lima, Anísio Teixeira e Newton Sucupira, que compunham o Conselho de Ensino Superior da CAPES, regulamentaram, então, os 38 cursos de mestrado e doutorado que inauguraram o SNPG (Brasil, 2021a).

Como nossa perspectiva é sócio-histórica, vale ressaltar que o ano de institucionalização da pós-graduação no Brasil não foi casual. 1965 foi justamente o segundo ano da ditadura militar brasileira. Conforme apontam Kuenzer e Moraes (2005), como o projeto daqueles militares que tomaram o poder envolvia um Estado nacional forte, que seria impulsionado pelo desenvolvimento de projetos científicos e tecnológicos de grande porte, era preciso formar recursos humanos, no Brasil, para alcançar o objetivo desejado, daí a necessidade de se investir na pós-graduação.

Destaca-se ainda que, a partir de 1970, nesse contexto, houve uma explosão no número de cursos de pós-graduação, o que “[...] pode ser constatado pela indução financeira e pela normatização das políticas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico efetivados pelo regime nesse campo, sobretudo na fase do chamado “milagre econômico”, no

início da década de 1970” (Kuenzer e Moraes, 2005, p. 1344). Como, naquela ocasião, a pós-graduação era funcional aos interesses dos militares e do capital, ela foi impulsionada por um aparato burocrático-estatal, por meio da sua institucionalização, e com recursos financeiros impulsionando o seu desenvolvimento.

Ainda no contexto de situar sócio-historicamente a pós-graduação no Brasil, temos os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs), responsáveis por traçar diretrizes, objetivos e metas dessa etapa de ensino em determinado recorte temporal. O I Plano Nacional de Pós-graduação compreendia o período de 1975 a 1979. Nele, tivemos a instituição da pós-graduação como uma questão de Estado, entendendo-a como parte do sistema universitário. Naquela ocasião, a principal meta a ser cumprida pelo MEC era a formação docente e profissional para atuarem no Ensino Superior. Havia uma ênfase na pós-graduação como um meio de formar docentes (Kuenzer e Moraes, 2005).

A ação da CAPES estava voltada, no contexto do I PNPG, para a efetiva expansão e institucionalização da pós-graduação, através do financiamento de pós-graduandos por meio de bolsas de estudos. Diferente do cenário atual, que estamos considerando de uma pós-graduação enxuta, o modelo da época contava com uma extensa matriz curricular a cumprir. A pesquisa em si só era melhor desenvolvida após o pós-graduando cursar muitos créditos, o que tornava as dissertações mais extensas justamente pelo maior tempo do pesquisador no mestrado (Kuenzer e Moraes, 2005), o que, no modelo atual de pós-graduação parece ser inaceitável.

No documento do Parecer Sucupira, há a indicação do tempo mínimo para o mestrado, de 1 ano letivo, bem como para o doutorado, de 2 anos letivos (Brasil, 1965). Porém, não havia, como há hoje, a previsão de tempo máximo de conclusão. Ainda assim, o documento, que indica a pós-graduação estadunidense como exemplo externo a ser seguido, menciona que, na Universidade de Columbia, o doutorando deveria submeter sua tese à avaliação em até 7 anos (Brasil, 1965). Ou seja, o tempo máximo no mestrado e doutorado naquela ocasião não era uma preocupação tão sistematizada pela CAPES de então.

No que se refere ao II Plano Nacional de Pós-graduação (1982-1985), Kuenzer e Moraes (2005) destacam que ele possuía os mesmos objetivos do PNPG anterior, mas com ênfase na qualidade de ensino de graduação e pós-graduação. Nesse Plano, havia a preocupação com o aperfeiçoamento e consolidação da avaliação da pós-graduação brasileira, através da CAPES. Assim, temos que:

[...] ao longo dos anos de 1980 a sistemática de avaliação da pós-graduação brasileira consolidou-se: por um lado, a CAPES introduziu aprimoramentos nos formulários de obtenção de dados, bem como buscou sua progressiva informatização; criou as comissões de especialistas, uma para cada área de conhecimento e implementou a prática de visitas *in loco* aos Programas. Ademais, a agência passou a consultar as áreas de conhecimento (normalmente por intermédio das respectivas Associações Nacionais de Pós-graduação) para obter indicações de nomes para compor seus vários níveis de avaliação: a comissão de avaliação dos cursos de pós-graduação e demais comissões de consultores para seleção de bolsas para o exterior, reconhecimento de cursos novos, apoio a cursos *lato sensu*, acordos internacionais etc. Esse movimento significou o envolvimento direto da comunidade acadêmica no processo avaliativo, “a avaliação por pares” [...] (Kuenzer e Moraes, 2005, p. 1346, destaque das autoras)

Diante disso, temos que a pós-graduação, na década de 1980, já tomava os contornos que possui hoje, especialmente no que se refere à avaliação realizada pela CAPES. Compreendemos que essa avaliação é decisiva quando tratamos das condições de trabalho docente na pós-graduação e sua relação com a saúde desses profissionais, como discorreremos mais adiante. Mas ainda nessa década, tivemos outros marcos importantes para a nossa discussão.

Foi somente no III Plano Nacional de Pós-graduação (1986-1989) que a pesquisa passou a ter maior relevância no contexto da pós-graduação, resultado de sua vinculação ao I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República. Essa vinculação expressava o desejo de autonomia nacional, de maneira que a pós-graduação deveria formar um quantitativo de cientistas necessário para atingir plena capacitação científica e tecnológica, o que auxiliaria, supostamente, na conquista de autonomia econômica.

É no período que compreende os anos 1990 que tivemos um ponto de inflexão na pós-graduação brasileira. Naquele momento, viu-se a necessidade de se criar um novo modelo avaliativo. Apesar de o IV Plano Nacional de Pós-graduação não ter se viabilizado por conta de questões como as restrições orçamentárias, Kuenzer e Moraes (2005) destacam que, ainda assim, a CAPES formulou seu novo paradigma de avaliação naquela ocasião, que começou a valer para o biênio 1996/1997. Para as autoras, aquele:

[...] novo modelo de avaliação, uma vez que valoriza prioritariamente a produção científica e, portanto, a pesquisa, provocará a inversão proposta anos antes pelo III PNPG: **o deslocamento da centralidade na docência para a centralidade na pesquisa**. Em que pesem as justificadas críticas à sistemática de avaliação, pode-se identificar uma vez mais o **papel indutor do Estado no redirecionamento da pós-graduação**. A partir do novo instrumento e, portanto, do enfoque central na pesquisa, evidenciaram-se alguns indicadores desta nova concepção. Introduziu-se a **idéia de Programa**, e não mais de cursos de mestrado e doutorado avaliados isoladamente; **atenção especial voltou-se às linhas de pesquisa** e à sua organicidade com as disciplinas, projetos e produtos de pesquisa, teses e dissertações; as linhas, e não mais as preferências docentes, passaram a definir: a) os percursos curriculares, organizados a partir da pesquisa, e não mais das disciplinas;

b) os seminários de pesquisa e de dissertação; c) a definição dos orientadores já no início dos cursos; d) os objetos de investigação como determinantes do percurso curricular, agora flexibilizado. (Kuenzer e Moraes, 2005, p. 1347, destaque nosso)

Com esse novo paradigma avaliativo, tivemos algumas novidades importantes: o enfoque na pesquisa, superando um curso que possuía tantos créditos a cumprir; a ideia de Programa de Pós-graduação (PPG); atenção especial às linhas de pesquisa, que deveriam ser ocupadas por diferentes docentes, de acordo com as temáticas pesquisadas. O enfoque na pesquisa, articulado a esse novo paradigma avaliativo trouxe uma consequência válida de nota: a partir disso, as exigências relativas à produção acadêmica passaram a ter uma ênfase quantitativista, tendo em vista a inspiração em um modelo econométrico. Kuenzer e Moraes (2005) avaliam que isso gerou um surto produtivista, pois a quantidade do que era publicado se instituiu como meta, de maneira que o que importava era justamente publicar.

Além disso, Kuenzer e Moraes (2005) descrevem que houve, nesse contexto, um aligeiramento do mestrado, que passou a se tornar a formação inicial em pesquisa a ser complementada no doutorado. Assim, segundo as autoras, tivemos o comprometimento da qualidade de formação dos estudantes, os quais tiveram suas condições reais de trabalho postas em segundo plano. Se há esse aligeiramento da formação, aliado à política de concessão de bolsas, supõe-se que o estudante que chega ao mestrado já é um pesquisador, o qual teve um primeiro contato com a Iniciação Científica na graduação. Na época, como nos dias atuais, isso não era regra.

Diante desse contexto, Kuenzer e Moraes (2005) entendem que houve um processo que fragilizou a formação de pesquisadores na pós-graduação, induzida pelo novo modelo avaliativo da CAPES. Vale destacar que essa mudança ocorre justamente na década de 1990, durante o governo FHC e em um contexto em que o neoliberalismo começa a adentrar mais fortemente o aparelho estatal brasileiro. Nesse contexto, temos uma pós-graduação moldada a partir da produtividade e mais aligeirada – enxuta e produtiva.

Segundo informações da própria CAPES¹⁰, o IV PNPG, que compreenderia o período de 1996 a 2004, não foi publicado. Assim, só teríamos o V Plano Nacional de Pós-graduação em 2005, o qual se estendeu até 2010, ou seja, bem depois do III PNPG. Na década de 1990, tivemos um período de instabilidade política e econômica. O Brasil havia saído há pouco tempo da ditadura militar e, já no início do período de redemocratização, o turbulento governo de Fernando Collor de Mello teve um fim dramático, com a cassação do então presidente.

¹⁰ Plano Nacional de Pós-Graduação 2024-2028 (versão preliminar). Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/19122023_pnpg_2024_2028.pdf. Acesso em: 02 set. 2025.

Itamar Franco, vice de Collor, assume o restante do mandato e governa até a eleição do seu então Ministro da Fazenda, que havia sido responsável pelo Plano Real.

Em um cenário de instabilidade política e econômica, em 1995, Fernando Henrique Cardoso (FHC) assumiu a presidência da República do Brasil. Nesse contexto, o IV PNPG não é efetivado. Apesar disso, como já apontamos, a mudança de paradigma na avaliação ocorre, muito alinhada à mentalidade neoliberal da época, que se estruturou fortemente na reforma estatal ocorrida nos governos FHC.

Então, temos que o V PNPG é lançado já no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Nesses mais de 10 anos entre um Plano e outro, parece razoável indicar que, apesar de não haver um documento formal divulgado na forma do IV PNPG, “[...] nesse ínterim, várias redações preliminares foram elaboradas, todas com circulação restrita aos membros da diretoria da CAPES [...]” (Silva e Trindade, 2010, p. 190). O SNPG, no contexto do V PNPG, expandiu-se, houve diversificação no modelo da pós-graduação e mudanças referentes à avaliação, bem como o processo de internacionalização, tão mencionado e almejado hoje nos PPGs, conforme Silva e Trindade (2010).

Shigunov Neto, Trevisol e Almeida (2021, p. 2001) indicam que o V PNPG, aprovado em dezembro de 2004, “[...] faz um panorama geral da pós-graduação e da repercussão dos planos anteriores e propõe encaminhamentos para o desenvolvimento e expansão da pós-graduação brasileira [...]” e que cabia à pós-graduação “[...] a função de formar profissionais capacitados a atuarem nos diversos setores da economia e contribuir para o processo de modernização nacional [...]”. Depois de alguns anos sem um PNPG, o V PNPG se propõe a fazer um balanço dos planos anteriores, reafirmar a importância da pós-graduação no contexto educacional brasileiro, apresentando resultados tidos como bons, e projetando o futuro da pós-graduação no Brasil.

O V PNPG foi construído por um grupo restrito de especialistas, vindos da CAPES, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Fórum de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (Foprop), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da Associação Nacional dos Pós-graduandos (ANPG), conforme Silva e Trindade (2010). Assim, representou um documento construído a pouquíssimas mãos. Tal documento traz elementos já bem conhecidos da pós-graduação de hoje, sobretudo referentes ao processo de avaliação, tais como: a periodicidade das avaliações; a avaliação da produção científica expressa por seu índice de impacto e de citação; avaliação da produção tecnológica e seu impacto em diferentes setores da sociedade, como o econômico; o incentivo à inovação; entre outros (Silva e Trindade, 2010).

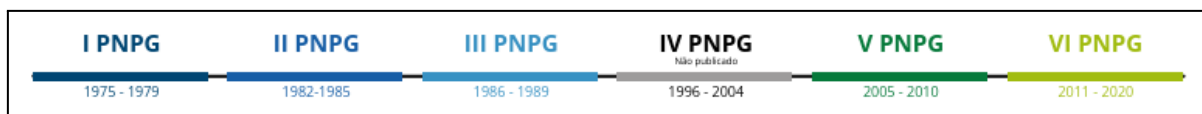
Um outro aspecto importante, sobretudo para esta dissertação, está associado ao papel do docente nesse contexto, tendo em vista que ele é:

[...] estimulado a dar “visibilidade” a sua produção científica e a produzir tecnologia que tenha “impacto e relevância para o setor econômico, industrial e social”, conforme expresso no plano. Para isso, conta a proposta do PNPG, é preciso diversificar a pós-graduação, valorizando cursos mais rápidos e de teor instrumental, como o mestrado profissional² e os cursos a distância³. Pode-se evidenciar, nesses termos, um paradoxo: ao mesmo tempo em que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB) de 1996 (Art. 66) aponta a pós-graduação como espaço de formação de professores da educação superior, impele-se à formação de pesquisadores em sentido estrito e pragmático, o que tende a criar uma lacuna para o desenvolvimento do campo pedagógico (ou de formação na perspectiva educacional). Sendo assim, é possível supor que a ênfase atribuída a resultados palpáveis e mensuráveis signifique o descarte ou menosprezo ao que a isso não se enquadrar, pondo em risco aspectos do processo educacional, como o tempo de maturação do conhecimento e a produção do conhecimento crítico-humanístico. Vale dizer que isso se refere à produção científica nas áreas humanas e aplicadas, que não escapam a questionamentos valorativos (Para que serve? A quem se destina? Que consequências sociais estão em jogo?). (Silva e Trindade, 2010, p. 193)

Temos, então, no V PNPG, a continuação de um processo que visava aligeirar o tempo de formação na pós-graduação *stricto sensu*, buscando formas de diversificação para a mesma. O docente, nesse âmbito, deveria apresentar-se como um pesquisador ‘inovador’ e produtivo, que entrega resultado e que é visto por isso. Contudo, a partir desse ideário, temos um conhecimento produzido cada vez mais rapidamente e, em um contexto de sociedade de mercado, mercantilizado, sendo útil no sentido cada vez mais estrito. A área de Ciências Humanas e Sociais, nesse sentido, será alvo de questionamentos cada vez maiores, pois produz um tipo de conhecimento que nem sempre coaduna com os interesses do capital.

O VI Plano Nacional de Pós-graduação foi o primeiro PNPG decenal, abrangendo o período de 2011 a 2020. Nesse período, tivemos um enfoque no processo de internacionalização da pós-graduação, um pretense objetivo na redução de assimetrias entre PPGs nas diferentes regiões do Brasil e a busca de uma maior interação com a Educação Básica e, novamente, com a inovação. Tivemos, ao longo desse PNPG, uma expansão acelerada (2011–2014). O lançamento do Programa Ciência sem Fronteiras, ocorrido no governo Dilma Rousseff, mesmo lançado fora do Plano, o impactou, em especial no processo de internacionalização (Brasil, 2021b). Em 2020, como já apontado anteriormente, ainda tivemos a pandemia da covid-19, que certamente impactou até mesmo a pós-graduação, tida como imparável. Naquela ocasião, a avaliação da CAPES passou a ser quadrienal, como é hoje, e começou a ser sistematizada pela Plataforma Sucupira (Brasil, 2021a).

Figura 1 – Linha do tempo com a sistematização dos Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPGs), do I ao VI.



Fonte: CAPES (2024).

Dessa maneira, em linhas gerais, não tivemos um rompimento com o ideário que vinha sendo proposto nessa etapa de ensino, a despeito da mudança de governo. Por mais que o governo FHC tenha sido responsável por introduzir uma reforma estatal de acordo com os preceitos neoliberais, os governos petistas, sob os quais estiveram o V e VI PNPGs, não romperam com a lógica do capital, apesar de suas diferenças. Do ponto de vista educacional como um todo, a lógica capitalista tem avançado, da Educação Básica à pós-graduação, muitas vezes sem questionamento de seus atores e a despeito de governos mais à direita ou à esquerda.

O VII Plano Nacional de Pós-graduação (2025-2029) foi promulgado em maio de 2025 e, por isso, ainda carece de uma análise mais cuidadosa. Para fins deste trabalho, por isso, ele não será analisado. Contudo, ao perpassar, ainda que de forma breve, pelos PNPGs, buscou-se discutir como esses Planos, no contexto das políticas públicas, expressam o ideário político-econômico-social do neoliberalismo, pensando a pós-graduação de acordo com o momento sócio-histórico em questão.

O I PNPG ocorreu ainda no contexto da ditadura. Hoje, em 2025, já estamos no VII PNPG, no governo Lula 3, e o que se pensava para a pós-graduação, como uma forma de alavanca para o desenvolvimento econômico, em consonância com os interesses do capital, ainda se faz muito presente, ainda que de formas mais refinadas, como por meio da inovação, da internacionalização e da produtividade. Existe uma lógica de mercado que pensa a pós-graduação a partir de uma lógica empresarial. Assim, sobretudo por meio da avaliação da CAPES, como discorreremos melhor no próximo tópico, temos que:

É possível dizer que o atual sistema de avaliação, focado, sobretudo, em resultados – com as suas enormes exigências de produção e de comprovação de produções – mimetiza tanto a lógica dos órgãos de controle quanto a lógica capitalista. O atual sistema de avaliação termina por contribuir para empurrar toda a comunidade acadêmica para um precipício. (Andrade, 2025, sem página)

De fato, a pós-graduação, sobretudo desde a mudança de paradigma avaliativo em 1996/1997, parece levar a comunidade acadêmica para um precipício, em especial em termos de prejuízo à produção de conhecimento e à saúde docente. Um trabalho acadêmico tão marcado pela pressão por produção, em um contexto de produtivismo acadêmico, desconfigura a atividade docente. Se a pós-graduação é enxuta, produtiva e imparável, o que isso diz sobre o trabalho dos seus professores? Afinal, pensando a categoria de trabalho, como chegamos até aqui?

Nesse sentido, cabe questionar e refletir sobre onde está o trabalho em nossa sociedade. Ao longo do tempo, o trabalho foi sendo modificado. Podemos pensar a categoria de trabalho a partir dos marxismos, mas hoje, na sociedade neoliberal, é fundamental refletir os contextos sócio-históricos envolvidos nessa questão. Mais que isso, no caso do Brasil, este país que, como discurremos, assume uma forma dependente do capitalismo, como o trabalho tem sido entendido e de que forma nosso enfoque, o trabalho docente na pós-graduação brasileira, é impactado por esse contexto? Antes de nos debruçarmos sobre essas questões, faz-se mister discorrer e problematizar, diante do exposto até aqui, uma forma específica de precarização do trabalho docente na pós-graduação: a pressão produtiva como norma.

CAPÍTULO 2 – TRABALHO DOCENTE NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: A PRESSÃO PRODUTIVA COMO NORMA E O ‘PUBLICAR E PERECER’

Neste capítulo, faremos um recorte para o trabalho intensificado de docentes da pós-graduação, em um contexto de produtivismo acadêmico. Compreendemos que esse trabalho e esse trabalhador são impactados de forma decisiva pelas políticas institucionais e de avaliação presentes nessa etapa de ensino, sobretudo as da CAPES. Cabe, ainda, discutir quais as expectativas e as exigências para esse docente, refletindo como a ideia de produtividade, que alimenta o sistema, forja o trabalho docente e como pode precarizar e adoecer os professores desse segmento da educação.

A partir de dois componentes curriculares do PPGEduc/UFRRJ, ‘Neoliberalismo como modo de gestão do sofrimento psíquico e a condição do trabalho docente no Brasil’ e ‘Trabalho e saúde docente no Brasil’, iniciamos as reflexões a respeito do ‘ser’ docente na sociedade neoliberal. Apesar das referidas discussões terem um enfoque na Educação Básica, que, de fato, engloba a maior parte de professoras e professores do país, tendo em vista sua obrigatoriedade e, portanto, alcance, compreendemos que a atuação docente na pós-graduação deve ser pesquisada sob esse prisma, considerando que, por conta do modo de organização e avaliação da mesma, a competitividade e a meritocracia se tornam latentes.

Dessa maneira, por mais que se costume naturalizar a pressão pela produção acadêmica, a competitividade entre colegas e até mesmo o adoecimento docente, na pós-graduação, esta pesquisa pode contribuir com esse debate necessário, que nem sempre ocorre na Academia. Para essa discussão inicial, cabe pontuar, também neste capítulo, as formas de sistematização da pós-graduação brasileira frente às agências de fomento que estão diretamente vinculadas a ela, como é o caso da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A CAPES realiza uma avaliação quadrienal dos cursos *stricto sensu* de pós-graduação – mestrado e doutorado. Tal avaliação:

[...] é parte do processo de permanência dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no SNPG [Sistema Nacional de Pós-Graduação] e é realizada pelas 50 áreas de avaliação. Os resultados da Avaliação Quadrienal são expressos em notas, numa escala de 1 a 7, que são atribuídas aos mestrados e doutorados após análise dos indicadores referentes ao período avaliado e determinam a manutenção ou não desses cursos no SNPG. (Brasil, 2020a, sem página)

Dessa maneira, cabe refletir como os docentes da pós-graduação brasileira atuam para que os Programas de Pós-graduação (PPGs) a que estão vinculados atinjam uma nota maior, pois quanto mais próxima de 7 for tal nota, maior possibilidade de verbas, projetos, bolsas para os pesquisadores e mais prestígio acadêmico o mesmo obtém. Certamente, um modelo baseado na hierarquização e ‘premiação’ de alguns PPGs em detrimento de outros, gera um estado de competição e, conseqüentemente, pode impactar não somente as pesquisas, mas o próprio pesquisador, moldando essa subjetividade.

Nesse contexto, temos um docente e um pesquisador forjados de forma específica. Se ele não reflete sua atuação, limitando-se ao aumento do capital curricular e agindo como um indivíduo e pesquisador empreendedor, excessivamente em busca de financiamento via editais, pode simplesmente reforçar o ideário neoliberal de mercantilização da educação, na ótica do sujeito neoliberal (Dardot e Laval, 2016). Sobre esse processo de mercantilização da educação, no contexto do Ensino Superior, temos que:

[...] na cultura acadêmica mercantilizada, entre os novos atributos valorizados, destacam-se "o empreendedorismo, a gana de captar recursos custe-o-que-custar, inclusive em detrimento da própria capacidade crítica"! (Leher & Lopes, 2008: 87). Ao fim e ao cabo, o docente que consegue agregar ao seu salário e à própria instituição maior montante de recursos é o mais produtivo, competitivo e valorizado. (Mancebo, 2010, p. 83)

Essa cultura acadêmica mercantilizada, que nos parece ser latente na pós-graduação, baseada em uma espécie de empreendedorismo acadêmico, faz com que haja não somente uma hierarquização entre pesquisadores, mas também uma privatização da própria Universidade (Mancebo, 2010). A lógica da competição e dos recursos apenas para uma parte dos pesquisadores, aqueles que são ‘eleitos’ no processo concorrencial, é acompanhada de um processo de desinvestimento público da Educação Superior, e transforma o processo de atividade de pesquisa, muitas vezes, em um grande ‘cada um por si’ em busca de recursos e reconhecimento acadêmico, refletido no currículo *Lattes* mais robusto.

Assim, discutimos, neste capítulo, mais especificamente, como as políticas de avaliação da CAPES coadunam com o que foi construído teoricamente no capítulo 1, considerando o modo de organização neoliberal, com sua lógica concorrencial desmedida, que se espraia por todas as relações sociais e incide sobre a forma de ser dos sujeitos, bem como altera o trabalho docente, requerendo um profissional que esteja nos moldes da subjetividade contábil e financeira (Dardot e Laval, 2016).

Cabe, ainda, discutir quais as expectativas e as exigências para esse docente, refletindo como a ideia de produtividade, que alimenta o sistema, forja o trabalho docente e como pode

precarizar e adoecer os professores desse segmento na educação. Nesse sentido, discutiremos a categoria de trabalho a partir de um autor que nos é fundamental, Marx (1988), e trataremos das metamorfoses no mundo do trabalho que dão a tônica na sociedade neoliberal, a partir de Antunes (2020).

2.1 Publicar ou perecer: refletindo sobre a dinâmica produtiva na pós-graduação e sua relação com a saúde docente.

De acordo com Moskovkin (2024), a origem da frase ‘publicar ou perecer’, um termo quase autoexplicativo, é incerta. Porém, ao pesquisar na bibliografia os seus usos ao longo dos tempos, Moskovkin (2024) indica que um marco do uso de tal expressão com conotação negativa pode ser atribuído a um ex-diretor da Universidade de Harvard, James Bryant Conant, que presidiu tal instituição de 1933 a 1953. Em sua gestão, ele tornou ‘publicar ou perecer’ um slogan, fazendo referência ao fato de que um docente poderia ser demitido caso não publicasse a quantidade exigida, ‘perecendo’, literalmente.

De toda forma, podemos entender que tal expressão carrega consigo a pressão pela publicação acadêmica. Caso a mesma não ocorra nos parâmetros exigidos pelo Estado, no caso em que estamos tratando, os docentes de PPGs podem perecer de alguma maneira, seja com desprestígio acadêmico ou descredenciamento de Programas, por exemplo. Parece-nos que existe uma linha tênue entre produzir acadêmico-cientificamente textos a serem publicados em revistas da área como consequência da própria pesquisa, e assumir e naturalizar uma posição produtivista e mercantilizada. Associado a esse contexto de pressão pela produção, característico da ofensiva neoliberal, que reconfigura o Estado, temos que:

[...] a subjetividade dos trabalhadores precisa ser capturada e reconfigurada a partir de um padrão de individualismo no qual a luta de classes deve ser obscurecida, dando lugar a um estranhamento de classe. Para tanto, um dos caminhos mais eficazes é a reconfiguração do mundo do trabalho por meio de reformas no sistema de educação. [...] [que] afetam também aqueles que trabalham na área da educação, causando-lhes transtornos físicos e mentais. (Leite, 2017, p. 208)

Conforme Leite (2017), temos que o individualismo, na reconfiguração do Estado no contexto neoliberal, é um padrão, o qual promove o apagamento de tudo aquilo que se pretende coletivo, como a luta de classes. Dessa maneira, os valores cultivados em sociedade possuem, notadamente, um impacto subjetivo sobre os sujeitos, que perdem de vista a dimensão social e coletiva da vida, como se fossem um agrupamento de indivíduos, e não pessoas que vivem em sociedade. Na pós-graduação brasileira, o individualismo, que

invariavelmente está associado ao espírito da competição, se faz muito presente por conta da maneira como essa etapa de ensino se organiza, como tratamos ao fim do capítulo 1.

Nesse sentido, cabe aqui delimitar que na pós-graduação o ser e o fazer docente no Ensino Superior são atingidos de forma mais incisiva, pois entendemos que o sistema avaliativo da CAPES estimula o produtivismo acadêmico. Em especial, compreendemos que a pressão pela produção e o produtivismo acadêmico ‘cercam’ a pós-graduação e o trabalho dos docentes que nela atuam, orientando-a a partir de parâmetros econométricos, o que pode impactar a saúde desses profissionais. É justamente a partir do instrumento avaliativo, que o Estado neoliberal influi sobre a subjetividade dos sujeitos da pós-graduação. Sobre essa questão, focaremos, especificamente, nos docentes.

Ao tratarmos da avaliação da CAPES no contexto do trabalho docente na pós-graduação brasileira, podemos pensar a relação e a associação produtivismo acadêmico – intensificação do trabalho docente – adoecimento docente. Nesse sentido, consideramos pertinente conceituar o produtivismo acadêmico, que pode ser caracterizado como um “Fenômeno em geral derivado dos processos oficiais ou não de regulação e controle, supostamente de avaliação, que se caracteriza pela excessiva valorização da quantidade da produção científico-acadêmica, tendendo a desconsiderar a sua qualidade.” (Sguissardi, 2010, sem página).

É justamente o modelo de avaliação da CAPES, no caso brasileiro, que Sguissardi (2010) aponta como sendo uma espécie de combustível do produtivismo:

A adoção, no Brasil, de parâmetros baseados em critérios quantitativos de produção acadêmica dá-se de forma mais intensa a partir dos anos 1996/1997, quando se implanta o atual modelo Capes de avaliação da pós-graduação stricto sensu, pela agência estatal de financiamento, regulação e controle, CAPES, que tem nesses parâmetros a base de sua notação e classificação dos cursos de mestrado e doutorado em todas as áreas. Esse modelo é visto pela crítica como um processo que considera muito mais o quanto um docente/pesquisador publica do que a qualidade ou o benefício científico, público e social do que é publicado. (Sguissardi, 2010, sem página).

O enfoque desse movimento denominado produtivismo acadêmico está relacionado ao quantitativo do que se produz, numa lógica de produção capitalista, a qual é expressa, por sua vez, a partir do modelo de avaliação preconizado pela CAPES. Para além disso, entendemos que as más práticas de pesquisa, que envolvem o plágio e o fatiamento de resultados de pesquisa para que isso se desdobre em maior produção acadêmica, contando mais pontos para os pesquisadores no processo avaliativo da CAPES, estão inteiramente

associados ao produtivismo acadêmico, pois o objetivo final é justamente uma maior quantidade de produtos.

É nessa lógica de mercantilização de todos os espaços da vida social e tudo que os envolve, que a produção acadêmico-científica se localiza, pois precisa ser mensurável para que seja passível de quantificação. Apesar disso, compreendemos que “A produção de conhecimento não deve estar atrelada a necessidade de acumulação numérica, de lucros ou de vantagens. O ensino superior, locus de formação, de pesquisa e de desenvolvimento científico e tecnológico, precisa estar aliado as necessidades da sociedade.” (Moura e Cruz, 2020, p. 240).

Ainda se tratando sobre o produtivismo acadêmico, Sguissardi e Silva Júnior (2009) compreendem que se trata de uma ideologia, que, por sua vez:

[...] origina-se do Estado, com mediação da Capes e do CNPq, acrescidos da FINEP e do BNDES, entre outros. O *produtivismo acadêmico* assume sua forma mais acabada e objetivada no *Currículo Lattes* (CV-Lattes). O *Currículo Lattes* consiste no *portfólio* de muitos doutores, formados depois de implantado o *novo modelo Capes de avaliação*, em 1996/1997, a correrem atrás de pós-doutoramentos, de publicações, de bolsas de produtividade, de participação em congressos bem classificados academicamente, isto no objetivo de fazer caminhar a *nova universidade*, sem saber bem para onde ela caminha. (Sguissardi e Silva Júnior, 2009, p. 41-42, destaque dos autores)

É através das agências reguladoras e de fomento do Estado brasileiro que o produtivismo acadêmico se realiza, conforme os autores supracitados, o que se materializa através da avaliação. Sguissardi e Silva Júnior (2009) citam nominalmente a CAPES, a qual focaremos nesta escrita, por entendermos que esta Coordenação é quem avalia os PPGs diretamente, além do CNPq, da FINEP e do BNDES – esses, atuam mais diretamente na questão do fomento financeiro, como bolsas e outros recursos dessa natureza.

Nesse contexto, o Currículo Lattes surge como uma espécie de portfólio, pois é nele que toda a atuação e produção intelectual dos pesquisadores deve constar. Os editais, que historicamente foram utilizados no aparato estatal público para concessão de estradas à iniciativa privada, por exemplo, são incorporados à pós-graduação de forma intensa e extensa, seja para concessão de bolsas, recursos financeiros, entre outros. O Currículo *Lattes* é decisivo na concorrência frequente da pós-graduação, viabilizada pelos editais.

Sguissardi e Silva Júnior (2009) ainda apontam que existe uma corrida comum no contexto da pós-graduação, no que denominam de “nova universidade”, fruto do “novo modelo Capes de avaliação” (p. 42), de 1996/1997. Isso gera, conseqüentemente, um sentimento de individualismo e concorrência generalizada. Sobre essas mudanças na forma de

avaliação da CAPES, destacamos os aspectos que julgamos pertinentes ao discutir sobre os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPGs) anteriormente.

Há, quando se trata desse contexto de produtivismo acadêmico, a naturalização da pressão pela produção e dos seus impactos, como a intensificação do trabalho, que toma conta do tempo que deveria ser de lazer, por exemplo. Assim, o trabalho se torna uma espécie de droga, como afirmam Sguissardi e Silva Júnior (2009), pois a ideologia do produtivismo acadêmico, que é produzida pela burocracia estatal, torna-se:

[...] hoje, um dos pilares centrais da cultura da instituição universitária. O professor pesquisador já a incorporou de tal forma que, para ele, tornou-se natural não ter tempo para o lazer, para a família, para o legítimo, necessário e humano descanso do final de semana. Seu trabalho converteu-se em sua droga cotidiana, sua paixão. **Muitos trabalhos ou “obrigações” de ofício, tomados messianicamente como missão, têm-nos levado à exaustão**, isolando-os inclusive de sua própria família.

Muitas vezes [...] **o adoecer torna-se, para muitos professores, a única forma de resistência às suas novas funções na universidade**. Seu individualismo o impede de ter um sentimento de pertença ao coletivo institucional, sua competitividade o impede de espelhar-se no âmbito da alteridade. Isto provoca o esgarçamento do pacto institucional de uma determinada IFES, torna frágil o tecido articulador do coletivo da instituição.

Na universidade mercantilizada adoecer significa ser estigmatizado. Como se verá, mesmo em IFES especializadas na área da saúde, **não há um serviço que tenha um banco de dados sobre afastamento de servidores em geral, por razões de doença**. (Sguissardi e Silva Júnior, 2009, p. 41-42, destaque nosso).

Sguissardi e Silva Júnior (2009) nos trazem reflexões fundamentais, baseadas em estudos que desenvolveram sobre as Universidades já naquela década. Uma delas diz respeito à dificuldade de se romper com o sobretrabalho da profissão docente, pois, muitas vezes, no senso comum, ela é entendida como uma missão, um dom e uma vocação. Isso contribui com a naturalização do trabalho não-remunerado e, certamente, com o processo de exaustão e adoecimento ligado às questões do trabalho.

Nesse sentido, adoecer se torna uma forma de resistência a esse cenário de desagrado e degradação do trabalho docente, pois é uma forma de negação de um *modus operandi* institucional, que reflete o contexto maior do neoliberalismo, ainda que seja uma forma de resistência despolitizada. Se existe o adoecimento em virtude do exercício do trabalho, existe alguma recusa à naturalização de condições desfavoráveis à prática laboral. Adicionado a isso, existe o sentimento cultivado na sociedade neoliberal e, conseqüentemente, na Universidade, de individualismo, que contribui para o entendimento de que o adoecimento em virtude da intensificação do trabalho se trata de uma questão individual

e não coletiva, como deveria ser entendida. Isso afasta a possibilidade de formas coletivas de combate à questão do adoecimento docente no contexto universitário.

Além disso, Sguissardi e Silva Júnior (2009) apontam que, em suas pesquisas, não localizaram dados sobre a saúde docente nos setores de saúde das Universidades. Entre outras questões que poderiam ser mencionadas, há a constatação de que nessa “nova universidade” (Sguissardi e Silva Júnior, 2009, p. 42), aqueles que adoecem, são estigmatizados. Isso leva à naturalização desse tipo de adoecimento, normalmente de ordem subjetiva, como se o mesmo fosse uma consequência comum do trabalho docente e algo do indivíduo, quando definitivamente não o é.

Retornando à questão da avaliação, que possui total relação com esse processo, vale destacar que, quando tratamos de qualquer avaliação no contexto das instituições de ensino, de forma mais ampla, é preciso reconhecer que “como todo ato pedagógico, a avaliação é um ato político. Reconhecê-la deste modo implica na afirmação dos vínculos entre avaliação que praticamos e o projeto de educação a que nos filiamos, relacionado a nossos modos de ser, compreender e estar no mundo.” (Esteban e Pina, 2021, p. 421). Esteban e Pina (2021) partem de um pressuposto freireano e discutem a avaliação do processo de ensino e aprendizagem, especificamente. Contudo, compreendemos que, independentemente do tipo e do alcance da avaliação, quando se avalia, tem-se um projeto de educação que embasa esse processo.

Nesse aspecto, tratamos, no tópico 4 do capítulo 1, de forma mais cuidadosa, sobre como a pós-graduação brasileira foi se alterando até chegar ao cenário atual, o que exigiu, também, mudanças na forma de avaliação. Destacamos ainda, que não objetivamos negar a importância dos processos avaliativos, mas nitidificar que, na sociedade neoliberal, tudo tende à mercantilização. Nesse sentido, entendemos que a avaliação da pós-graduação realizada da forma como tem sido aplicada hoje assume contornos outros para além daqueles que deveria assumir, pois é influenciada pela sociedade de mercado. Por isso, compreendemos que a saúde docente, em um contexto de produtivismo acadêmico impulsionado pela forma de se avaliar a pós-graduação, é irremediavelmente impactada.

A avaliação dos PPGs realizada pela CAPES é feita, atualmente, de forma quadrienal. Para que os Programas continuem a existir, precisam possuir, no mínimo, a nota 3, em uma escala que vai até o 7 (Brasil, 2020a). Aqueles com maior nota, recebem maior reconhecimento subjetivo e objetivo, ou seja, são tidos como melhores e recebem mais recursos das agências de fomento. Os avaliadores dos cursos de pós-graduação são divididos por ‘Colégios’, subdivididos da seguinte forma: 1 – Humanidades, 2 – Ciências da Vida e 3 – Ciências Exatas e da Terra e Multidisciplinar (Brasil, 2014). Cada uma dessas áreas possui um

Coordenador, que é professor da pós-graduação, bem como outros integrantes, os quais avaliam os PPGs de acordo com uma ficha de avaliação, que possui 3 itens atualmente, a saber: 1 – Programa, 2 – Formação e Produção Intelectual e 3 – Impacto, os quais são divididos em subitens e possuem diferentes pesos na composição da nota da avaliação (Brasil, 2024). Tal avaliação é feita de acordo com os dados preenchidos pelas coordenações de cada Programa através da Plataforma Sucupira (Brasil, 2020a).

A título de exemplo, tratemos sobre a ficha de avaliação da área 38, referente à Educação, no quadriênio em curso, 2025-2028, disponível no site da CAPES. No item 2, referente ao quesito ‘formação e produção intelectual’, o subitem que possui o maior peso (35%) é o 2.4, que trata da “Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente do Programa”. Enquanto isso, a produção de discentes e egressos tem peso 25%, enquanto os outros dois subitens têm peso 20% cada (Brasil, 2024). No que se refere à produção intelectual dos docentes, o maior peso vai para produção em periódicos acadêmicos (70%). Os outros 30% englobam outros tipos de produção intelectual, tais como apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos e publicação de livros ou capítulos de livro (Brasil, 2024).

Nota-se que a produção intelectual dos docentes permanentes dos PPGs, portanto, é aquela que possui maior peso no processo avaliativo em termos de produção intelectual, sobretudo aquela que se desdobra em artigos acadêmicos publicados em periódicos. Além disso, empiricamente, é notória a atribuição de maior peso objetivo e subjetivo à produção intelectual traduzida em artigos publicados em periódicos acadêmicos nos Programas.

Partindo disso, embasa-nos a proposição de que:

Um mal-estar assombra a Academia: o mal-estar provocado pelo fetiche do conhecimento-mercadoria e o seu canto de sereia – o produtivismo. Professores, pesquisadores e estudantes universitários, e até mesmo os chamados “gestores de Ciência & Tecnologia”, enfim, a Academia parece estar desagrada e, em alguma medida, degradada pela direção e pelo ritmo do desenvolvimento das transformações em curso no chamado sistema brasileiro de ciência e tecnologia. (Trein e Rodrigues, 2011, p. 769)

Trein e Rodrigues (2011), já naquela ocasião, discorreram sobre o que chamam de ‘mal-estar’, o qual, segundo tais autores, assombra a Academia, a Universidade, especialmente a pós-graduação. À época, diante de questões que envolviam uma série de más condutas no processo de pesquisa, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) publicou um relatório de uma Comissão recém-criada – a Comissão de Ética e Integridade de Pesquisa. Nesse documento, o CNPq elencou e definiu o que eram as

fraudes ou más condutas nas publicações, na prática acadêmica da pós-graduação: a fabricação ou invenção de dados; a falsificação; o plágio; e o autoplágio. Além disso, recomendaram uma série de condutas e parâmetros, os quais deveriam balizar a prática científica, pretensamente afastando-se das fraudes supracitadas (Brasil, 2011).

Diante disso, é válido ressaltar que a forma de se avaliar os PPGs, que privilegia a publicação em periódicos acadêmicos, pode ter provocado o aumento do cometimento de más práticas científicas. Entendemos que isso ocorre porque, na lógica de mercado, impera uma mentalidade quantitativista, na qual, nesse caso, faz com que a quantidade do que se produz possa, inclusive, se sobrepor à qualidade desse produto.

Sguissardi (2010, sem página), aponta que, no capitalismo atual, “A proeminência a cada dia maior do produtivismo acadêmico segue a lógica do mercado ou da transformação de todos os bens materiais e simbólicos em mercadoria, e das universidades e institutos de pesquisa em empresas ou corporações”. Dessa maneira, essas instituições devem ser geridas por modelos gerenciais, impactando sua função social.

Nesse contexto, compreendemos que o que Trein e Rodrigues (2011) apontam como sendo uma Academia desagradada e degradada se relaciona com prejuízo à saúde de docentes, tão implicados nesse processo avaliativo. Destacamos que estar na pós-graduação não garante um aumento de salário aos professores ou qualquer outro tipo de reconhecimento material e objetivo. Existe uma maior carga de trabalho – e, muitas vezes, sobrecarga –, mas o que os leva a esse lugar são outros objetivos profissionais, seja para contribuir com a formação de novos pesquisadores, para realizar suas pesquisas com maior propriedade ou, ainda, por um *status* acadêmico, que não existe da mesma forma quando se leciona ‘somente’ na graduação, que é a etapa para o qual foram aprovados em concurso público.

A esse movimento de privilégio à publicação de artigos em periódicos pela CAPES, Vilaça e Palma (2013) denominam de *periodicocracia*. Em outras palavras, na pós-graduação, há um domínio da produção científica divulgada em periódicos acadêmicos, que governam, de certas maneiras, a Academia e seu funcionamento. Mais uma vez, não estamos desconsiderando a importância de tais meios de publicização da atividade científica, mas problematizando que, da forma como tem sido feita, privilegia mais a publicação (ênfase no quantitativo do que se produz) que a publicização (ênfase na divulgação do que se produz).

Partimos do pressuposto de que “É consenso que os resultados das pesquisas têm de ser tornados públicos. Mas, se a questão é dar o maior acesso possível, poder-se-ia fazê-lo em um site ou meio impresso de grande circulação, através de uma linguagem que incluísse os não cientistas” (Vilaça e Palma, 2013, p. 475). O que ocorre é que essa forma de publicizar a

ciência se torna um meio, muitas vezes, de mera publicação, que não chega à sociedade mais ampla pela forma como os periódicos se organizam. Entendemos que a publicação em periódicos é importante e tem seus objetivos mais ‘estritos’, como a leitura por outros pares acadêmicos e pesquisadores em formação. Contudo, a CAPES, por se organizar nesse contexto de periodicocracia, não se atém a outras formas de se compartilhar os resultados das pesquisas – um exemplo, são os cursos de extensão, que atingem grupos outros que não aqueles ‘encastelados’ na Universidade.

Ainda, é importante destacar que esse tipo de publicação em periódicos é balizado pelo sistema Qualis/CAPES, que divide as revistas acadêmicas por estratos, que vão da classificação A1, a mais desejada, até a C¹¹. Nessa lógica, quanto mais ‘qualificado’ (Vilaça e Palma, 2013) é o periódico, quanto maior for o conceito no sistema Qualis/CAPES, mais pontos ele conta para o pesquisador. A pretensa qualidade, mais uma vez, está atrelada a um parâmetro econométrico. Certamente, quando tratamos da ideia de qualidade, podemos ter diferentes perspectivas – esta, notadamente, deve ser mensurada para que seja rotulada de alguma forma, levando a uma hierarquização. Consequentemente, estimula um clima de competição entre pesquisadores e do próprio pesquisador consigo, tendo em vista a ampliar sua performance acadêmico-científica.

Estamos tratando, dessa forma, de um verdadeiro mercado acadêmico, no qual o gerenciamento de currículos – *Lattes*, vale destacar – é um ponto fundamental na periodicocracia se se deseja permanecer na pós-graduação. Muitas vezes, o currículo do pesquisador parece chegar nos espaços acadêmicos antes do mesmo. O reconhecimento subjetivo, o canto de sereia descrito por Trein e Rodrigues (2011), é sedutor, mas não permite que seus ‘encantados’ saiam ilesos do cenário de pressão por produção, sobretudo em termos de saúde.

Destacamos ainda que:

Partindo da premissa de que são os artigos publicados em periódicos a forma preconizada de publicar o conhecimento na atualidade, pode-se dizer que eles são a moeda vigente (Righetti, 2011). Há, segundo alguns, um verdadeiro mercado de publicações, ao qual a ideia de um mercado acadêmico-científico está atrelada diretamente. Vários autores constatarem o fato de que, como moeda, a publicação de

¹¹ No fim de 2024, o Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) da CAPES definiu que o processo avaliativo, a partir do Quadriênio 2025-2028, não seria mais focado na avaliação de periódicos acadêmicos, de A1 a C. Agora, tal processo avaliativo se dará, segundo a CAPES, na classificação dos artigos individualmente, e não dos periódicos, e levará em consideração fatores como o número de vezes em que os textos são citados, em um entendimento de que aqueles mais citados seriam o de maior relevância científica, baseando-se em índices bibliométricos (BRASIL, 2024). Como essa ‘nova’ forma de classificar os artigos ainda segue como proposição, e pelo fato da avaliação da produção intelectual continuar funcionando a partir de uma lógica quantitativista e produtivista, não nos ateremos especificamente a ela neste trabalho.

artigos determina o sucesso ou fracasso no mercado acadêmico-científico. (Vilaça e Palma, 2013, p. 476)

Em uma sociedade em que toda experiência negativa, como a de um suposto fracasso, é repelida, pois a sociedade neoliberal é excessivamente positiva (Han, 2015), um pesquisador com poucas ‘moedas’, com poucas publicações, não é bem-visto. Se estamos tratando de docentes, isso se intensifica mais. A pós-graduação é um espaço no qual esse tipo de naturalização, de um mercado acadêmico-científico, envolve a subjetividade dos pesquisadores de maneira decisiva. O que importa, muitas vezes, é publicar. Ainda assim, compreendemos que essa pressão pela publicação impacta a saúde dos sujeitos, de toda forma. Publicar e perecer, afinal.

Nesse contexto da pressão produtiva como norma na pós-graduação brasileira, entendemos que o trabalho docente é impactado. Assim, faz-se pertinente refletir sobre a categoria ‘trabalho’ e quais contornos ela assume no mundo contemporâneo. Partimos de uma categoria teórica para pensar as consequências práticas do neoliberalismo sobre a subjetividade das professoras e professores que atuam nessa etapa de ensino, especialmente sobre os processos de adoecimento relacionados às condições de trabalho desses profissionais.

2.2 O trabalho como categoria teórica e o adoecimento docente como consequência prática.

Diante da discussão que construímos até aqui, é preciso discorrer sobre uma categoria fundamental – o trabalho. Afinal, nosso objeto de investigação é esse, possuindo outras especificações, já que tratamos do trabalho docente na pós-graduação e a relação da saúde desses profissionais com tal atividade, diante dos processos de intensificação e precarização do trabalho. Para isso, iniciamos esta seção tratando do trabalho como categoria teórica, partindo de Marx (1988), autor que, já no século XIX, refletiu e teorizou sobre a sociedade capitalista. Hoje, temos outros contornos em relação ao trabalho, frutos do nosso momento sócio-histórico, que discutiremos adiante, mas compreendemos que, em um primeiro momento, é preciso trazer a definição clássica dessa categoria, pois ela nunca deixou de existir, independentemente do momento histórico.

Segundo a análise marxiana, “o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza” e “Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (Marx, 1988, p. 142). O trabalho se

constitui como uma atividade tipicamente humana, sendo central na vida dos sujeitos. Nesse sentido, temos, ainda, que:

O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma **aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias.** Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que **ele construiu o favo em sua cabeça**, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho, obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto, idealmente. **Ele não apenas efetua uma transformação da forma natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo**, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. (Marx, 1988, 142-143, destaque nosso)

Isto é, Marx (1988) aponta, em um primeiro momento, ao tratar da força de trabalho, que quando o trabalhador a vende ao capitalista, desfaz-se da primeira forma instintiva de agir sobre a natureza. Ele vai, na verdade, além: diferentemente de uma aranha que constrói teias extremamente complexas e cheias de detalhes ou de uma abelha que constrói uma colmeia que tem um tamanho muito superior ao seu, elas não o fazem de maneira planejada como são as construções humanas. Ou seja, tanto a teia de aranha quanto a colmeia da abelha não são consideradas produto de um trabalho, pois fazem parte de um mecanismo instintivo. O homem como pessoa, de forma contrária, efetua a transformação sobre a forma natural, sobre a natureza, modificando-a, com base em uma finalidade. Primeiro, o faz em pensamento, planeja, para depois realizar a atividade na prática. Realiza sobre essa matéria natural, portanto, o seu objetivo.

Como sujeito histórico, é preciso destacar que o homem realiza suas escolhas de/na vida influenciado por circunstâncias do passado que se fazem presentes em seu momento de vida atual, partindo de uma leitura de Marx (1986). Dessa maneira, quando tratamos do trabalho como categoria, compreendemos que é preciso ser radical como Marx, no sentido de tomar as coisas pela raiz, de ir ao cerne da questão. O trabalho, dessa forma, é uma condição especificamente humana, uma particularidade da humanidade, uma condição eterna do homem (Netto, 2002), como já destacamos, pois envolve uma modificação da natureza a partir de uma finalidade, já que seu produto possui um valor de uso (Marx, 1988), uma utilidade.

Segundo Netto (2002), um homem é, essencialmente, a partir da perspectiva marxista, antes de tudo, um ser prático e social, que possui uma constante contradição entre a sua

genericidade, a condição de ser genérico, e sua singularidade, aquilo que o torna uma pessoa única. Dessa forma, o ‘eu’ inclui o ser social, para além do indivíduo. O homem necessita, ainda, de algumas objetivações para se realizar.

De acordo com o dicionário Houaiss¹², no marxismo, “a objetivação é o processo por meio do qual o trabalho humano, transformando a natureza circundante, é materializado em objetos, o que pode ser empreendido conscientemente, no comunismo, ou de forma alienada, no capitalismo e nas sociedades pregressas”.

Conforme Netto (2002), a objetivação elementar do homem é, justamente, o trabalho que realiza. Por isso, consideramos que a categoria de trabalho é central em nossa discussão, tendo em vista que, independentemente das modalidades da forma de organização capitalista, “está sempre na base do capitalismo a exploração da força de trabalho” (Antunes, 2015, p. 23), como indica Octavio Ianni, em nota, no livro ‘Adeus ao trabalho?’.

Se, no início da humanidade, o trabalho era uma forma de criação, no capitalismo torna-se um meio para criar mercadorias. Diante disso, existe um processo de estranhamento dessa atividade tão fundamental para a existência humana. Vale destacar que:

Se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, **tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado**. Torna-se *estranhado*.¹⁴ O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social – a sua realização *no e pelo* trabalho – é pervertido e depauperado. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. **A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias**. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído. Esta é a radical constatação de Marx: **a precariedade e perversidade do trabalho na sociedade capitalista**. Desfigurado, o trabalho torna-se meio e não “primeira necessidade” de realização humana. Na formulação contida nos *Manuscritos*, “[...] o trabalhador decai a uma mercadoria e à mais miserável mercadoria”, torna-se “um ser *estranho* a ele, um *meio* da sua *existência individual*”.¹⁵ (Antunes, 2015, p. 171, destaque nosso)

Podemos considerar, assim, que o trabalho no sistema capitalista, de uma forma geral, diante de sua degradação característica, passa a ser estranhado pelo trabalhador. Como tudo no capitalismo torna-se mera mercadoria esvaziando-se de sentido. Conforme Antunes (2015), ao tratar do que denomina de “radical constatação de Marx” (p. 171), tem-se que o trabalho, nesse tipo de sociedade é envolvido, necessariamente, de uma precariedade e perversidade. Ora, ao se tornar mero meio de subsistência, não satisfaz o trabalhador. Pelo contrário, o desagrada. Ao trabalhar, esse trabalhador não mais se reconhecerá em sua capacidade criativa, mas negará o fruto de seu trabalho, bem como o próprio ato de trabalhar.

¹² Definição de objetivação de acordo com o dicionário online ‘Houaiss’. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/houaission/apps/uol_www/vopen/html/inicio.php/. Acesso em: 05 set. 2025.

Isso porque, conforme Antunes (2015), o trabalho no nosso modo de organização social não é voluntário, mas compulsório, um “trabalho forçado” (p. 173), um meio de satisfazer necessidades externas, do capital, e não as nossas próprias.

Assim, “[...] o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, [...] e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal.” (Marx, 2004, p. 83). Articulando essa ideia à proposição inicial de Marx (1988), aquela na qual ele, para explicar que o trabalho é atividade essencialmente humana, citando o exemplo da aranha que tece a teia e da abelha que constrói a colmeia, mas não realizam trabalho, pois envolvem atividades instintivas, que visam atender a uma demanda de subsistência, o homem, no sistema que precariza o trabalho dada a sua perversidade, aproxima-se da existência de um animal. Dessa forma, podemos interpretar que o trabalho no sistema capitalista desumaniza o homem, ao afastá-lo de sua fundamentalidade, a partir de um processo de estranhamento, de não reconhecimento.

Especificamente no momento atual do capitalismo, Antunes (2020) indica que existe uma nova morfologia do trabalho, fruto da crise do sistema capitalista e fundamentada nos fenômenos da precarização do trabalho e da superexploração dos trabalhadores. É mister destacar que, nesse cenário, “As mudanças ocorridas no mundo do trabalho, nas últimas décadas, resultaram na constituição de um exército de trabalhadores mutilados, lesionados, adoecidos física e mentalmente [...]” (Antunes, 2020, p. 155). Esse destaque é importante para nossa discussão, uma vez que a relação entre trabalho docente e saúde é um de nossos enfoques.

Nesse sentido, o que precede tais mudanças no mundo do trabalho é:

[...] a crise estrutural que se abateu nas economias capitalistas centrais a partir do início dos anos 1970 levou, entre tantas metamorfoses e mutações, a uma monumental reestruturação capitalista de amplitude global, com profundas mudanças no processo de produção e de trabalho. Germinou a denominada “empresa enxuta, flexível”, com seu receituário que, se não altera a forma de ser do capital, modifica em muitos aspectos as engrenagens e os mecanismos da acumulação, com **fortes consequências na subjetividade do ser social que trabalha**, adicionando novos elementos ao fenômeno social da alienação e do estranhamento, por meio da **identificação das *personificações* do trabalho como *personificações* do capital**. (Antunes, 2020, p. 107, destaque nosso)

É nesse contexto de crise estrutural do capitalismo que surge o neoliberalismo. Nos países de capitalismo central, isso ocorre a partir da década de 1970. No Brasil, periferia do capitalismo, ocorre mais fortemente a partir da década de 1990. Consideramos, nesse

contexto, um cenário de ‘refinamento’ do capitalismo, via neoliberalismo, no qual as fortes consequências na subjetividade do “ser social que trabalha” (Antunes, 2020, p. 107) é a máxima desse modo de organização social e racionalidade.

Assim, na atividade laboral dos trabalhadores, não é somente a empresa que é flexível, que está sempre em busca de sua performance máxima e naturaliza a competição generalizada, mas o próprio trabalhador tem incutido em si, na sua mentalidade, que deve fazer o mesmo, que deve assumir a personificação própria do capital. Isso ocorre, também, a partir de um mecanismo de individualização, já que os laços de solidariedade, na lógica da concorrência, são esfacelados, o que, segundo Antunes (2020), origina processos de adoecimento. É justamente “[...] essa quebra dos laços de solidariedade e, por conseguinte, da capacidade do acionamento das *estratégias coletivas de defesa* entre trabalhadores que se encontra na base do aumento dos processos de adoecimento psíquico [...]” (Antunes, 2020, p. 147, destaque do autor).

Vale destacar que essa discussão de Antunes (2020) não é especificamente sobre o trabalho docente. Contudo, o mesmo nos auxilia na discussão sobre a categoria ‘trabalho’, sobretudo nos contornos que tal categoria vem tomando. Tal autor, que também segue a linha marxista, aponta como o trabalho no mundo contemporâneo possui uma nova morfologia, dadas as transformações impulsionadas pelo neoliberalismo, de maneira que o mesmo tem se organizado e sido executado de novas formas, marcadas por processos de precarização, flexibilização, informalidade e ‘uberização’ (2020), os quais não discutiremos nesta dissertação, pois nosso enfoque é outro.

Conforme tratamos acerca do trabalho docente na pós-graduação, entendemos que a discussão do trabalho como categoria teórica é fundamental, partindo do pressuposto de que o trabalho docente está articulado às “relações sociais capitalistas e, embora possua especificidades, apresenta características comuns a outras atividades do mundo do trabalho” (Silva, 2018, p. 211). Dessa forma, seguimos a discussão tratando das implicações do atual mundo do trabalho e da sociedade neoliberal sobre a atividade laboral de professores e professoras na pós-graduação brasileira.

Assim, destacamos que:

[...] as transformações no mundo do trabalho, quando transportadas para o sistema de educação, ao mesmo tempo em que submetem este sistema aos interesses do capital, engendram, no seu traçado universitário, um fazer profissional cujas **características mais marcantes são o produtivismo, a competitividade exacerbada, a gestão por metas e a precarização do trabalho docente que provocam uma “despersonalização” nesses indivíduos, acarretando um total**

estranhamento quanto ao seu fazer profissional. O resultado mais visível é, de um lado, a transformação no papel da universidade e da formação de seus estudantes; de outro lado, a “implosão” do docente, advinda das pressões – diretas ou não – a que estão submetidos os professores cotidianamente para cumprir as exigências (sempre majoradas) resultantes da nova conformação profissional: produzir, produzir, produzir. (Leite, 2015, p. 74, destaque nosso)

O trabalho docente no contexto universitário é marcado pelo produtivismo, o qual, por sua vez, articula-se a uma competição exagerada e uma gestão por metas, tal como ocorre em uma empresa. Apesar da educação não ser uma mercadoria e das instituições de ensino não serem empresas propriamente, a tese de Dardot e Laval (2016), de que o neoliberalismo é uma racionalidade e, como tal, tem seu ideário espalhado a todas as esferas da vida social, coaduna-se com o que Leite (2015) destaca. Mais que isso, a autora indica que esse trabalho, que foi precarizado nos últimos anos, é acometido por um estranhamento. O trabalhador do Ensino Superior, então, de acordo com Leite (2015, p. 14), sente-se “despersonalizado”.

Leite (2015) continua a discussão destacando o duplo aspecto do trabalho: ao mesmo tempo em que possui uma centralidade ontológica, dada a sua fundamentalidade na vida humana, é explorado no/pelo capitalismo. É um trabalho multifacetado, que interfere no próprio perfil da classe trabalhadora. Não pretendemos, mais uma vez, adentrar a esfera da saúde, especialmente da Psicologia, mas compreendemos que existe uma alteração subjetiva dos trabalhadores no contexto neoliberal, o que denota a sua especificidade, conforme Dardot e Laval (2016).

É válido destacar que podemos hipotetizar se os docentes do Ensino Superior, dada a natureza de seu trabalho, que é intelectual, consideram-se ou não classe trabalhadora, especialmente na pós-graduação, pois a identidade desses profissionais pode se apresentar de forma conflituosa. Por exemplo, até mesmo a sindicalização, como expressão máxima do que podemos compreender como laços de solidariedade politicamente engajada no mundo do trabalho, vem sofrendo índices de queda significativos no sistema neoliberal. Por mais que existam trabalhos e categorias profissionais mais precarizadas, o trabalho docente, da Educação Básica ao Ensino Superior, continua exposto aos fenômenos descritos nesta dissertação, pois compreendemos que trabalho é trabalho, independentemente de sua natureza.

Leite (2015) destaca, ainda, que diante das mudanças ocorridas na carreira docente nos últimos anos, fruto das políticas públicas neoliberais que se intensificaram no governo FHC e tiveram continuidade nos governos petistas, houve uma intensificação desse tipo de trabalho, provocando o aumento das ocorrências de adoecimento físico e mental. Para ela, “O resultado [disso] é uma equação simples: o individualismo e a competição adquirem proeminência e tendem a ser naturalizados.” (Leite, 2015, p. 78). Como já destacamos anteriormente, a

competição e o individualismo, reforçados na pós-graduação brasileira pela avaliação da CAPES, são extremamente naturalizados na Academia.

Nesse sentido, Farias Júnior (2020), ao discutir o produtivismo acadêmico e o adoecimento docente no Ensino Superior, em especial na pós-graduação, enfatiza o papel do sistema de avaliação da CAPES nesse contexto, traduzindo-se em uma produção acadêmica exacerbada, especialmente em termos de artigos publicados em periódicos acadêmicos. O autor ainda destaca que:

Essa racionalidade se impõe aos professores, uma vez que esses são pressionados a atingir metas e obedecer aos critérios definidos pelo sistema de avaliação dos programas de Pós-Graduação. Não são obrigados, mas sofrem pressões para que a produção científica seja cada vez maior, ainda que alguns docentes direcionem profundas críticas ao modelo de avaliação implantado nos cursos de Pós-Graduação. De algum modo, **há um certo consentimento**, ainda que se mantenha a crítica a padrões de avaliação estabelecidos pelas agências de fomento. De alguma forma, **quem quiser seguir na Pós-Graduação, tem que se adaptar a essa lógica produtivista**. A preocupação maior não é com a qualidade da produção, nem mesmo com outras dimensões da existência humana, mas com o Lattes, que deve sempre ser sempre atualizado, nem que isso implique no vazio da vida. Abdica-se de viver em prol de um Lattes repleto de publicações e participações em eventos de relevância acadêmica. Ainda que se questione, aceita-se os critérios estabelecidos. Mesmo sabendo dos malefícios e de algumas consequências (dentre as quais o adoecimento), ser professor de um programa de Pós-Graduação traz consigo certa autoridade acadêmica. (Farias Júnior, 2020, p. 649-650, destaque nosso)

Como destacamos em seções anteriores, para se permanecer no âmbito de um PPG, há um certo consentimento com a lógica produtivista, que compreendemos como sendo uma lógica que reflete a sociedade de mercado. Cabe, nesse aspecto, pensar os impactos decisivos no ser e fazer docente na pós-graduação a partir desse contexto, o que tem consequências, inclusive, na saúde desses professores. A despeito disso, pelos motivos já apresentados, os docentes naturalizam o adoecimento, como se fosse algo trivial, inerente ao espaço da pós-graduação. Não se trata mais de ‘publicar ou perecer’, mas publicar e perecer, diante do contexto de produtivismo acadêmico, impulsionado pela avaliação da CAPES, nesse espaço.

Assim, ratifica-se que:

A imposição de metas abusivas, sem a garantia das condições mínimas de realização, associada a cobranças em ambientes competitivos, podem desencadear o desenvolvimento de determinadas patologias mentais e fazer o docente sucumbir. O produtivismo acadêmico ensina o desenvolvimento de relações sociais baseadas na competição e no individualismo, tornando o ambiente de trabalho em um espaço propício ao surgimento de estresse ocupacional. (Farias Júnior, 2020, p. 658)

Nesse contexto, no qual existe essa associação entre produtivismo acadêmico – intensificação do trabalho docente – adoecimento, destacamos, mais uma vez, que o

adoecimento na pós-graduação brasileira não é algo posto, mas faz parte de um contexto maior, que é o modo de organização social e a racionalidade neoliberais. Eles, por sua vez, influem sobre as políticas públicas educacionais, incluindo a pós-graduação brasileira, sobretudo desde o I PNPG, no período da ditadura militar, de forma mais sistematizada. Hoje, com um certo ‘refinamento’ do capitalismo, no qual temos a fase neoliberal, a subjetividade dos sujeitos está em jogo.

Diante do exposto, no próximo capítulo, propomo-nos a buscar produções bibliográficas específicas e refletir como, então, no contexto dos Programas de Pós-graduação em Educação, como é o nosso caso, tem sido pensado a relação das condições de trabalho docente na pós-graduação e o adoecimento desses profissionais? Essa formulação nos parece importante porque a educação é a área que pensa a formação e a atuação docente. Vale destacar ainda que nossa perspectiva não parte da área da saúde, pois temos pensado o adoecimento – uma consequência prática – justamente a partir do trabalho como categoria teórica, partindo de uma perspectiva sócio-histórica.

CAPÍTULO 3 – TRABALHO DOCENTE E ADOECIMENTO NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: UM LEVANTAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE A TEMÁTICA

Neste capítulo, pretendemos realizar um levantamento bibliográfico específico, diante da nossa discussão até aqui, para entender se e como têm sido realizado o debate necessário sobre a relação entre as condições do trabalho docente na pós-graduação brasileira e o adoecimento desses trabalhadores e trabalhadoras. Para isso, partiremos das unidades bibliográficas contidas no Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES¹³, no contexto dos Programas de Pós-graduação em Educação brasileiros.

É mister destacar que o trabalho com teses e dissertações é de suma importância, tendo em vista que constituem, via de regra, um material de análise mais robusto, considerando-se que são construídos ao longo da pós-graduação, espaço no qual a pesquisa e o tempo do fazer científico são minimamente privilegiados.

Ainda nesse sentido, para Gil (2021, p. 75), as teses e dissertações “[...] podem ser muito importantes para a pesquisa, pois muitas delas são constituídas por relatórios de investigações científicas originais ou acuradas revisões bibliográficas”. Dessa maneira, ao trabalhar com teses e dissertações como material empírico, buscamos discussões mais aprofundadas sobre as condições de trabalho docente na pós-graduação brasileira e suas relações com processos de adoecimento desses profissionais. Isso será realizado tomando o debate a partir dos pesquisadores vinculados a Programas de Pós-graduação em Educação, pensando o contexto maior do neoliberalismo.

Entendemos que, apesar dessa discussão certamente estar presente em outras áreas, como Saúde e Serviço Social, é importante focar nos pesquisadores da área educacional, uma vez que estão diretamente imbricados nesse contexto, considerando que são especialistas em educação. Reforçamos que nossa preocupação, como pesquisadores da área educacional, é com o docente da pós-graduação e com o seu trabalho, daí nossas escolhas teórico-metodológicas. Além disso, é preciso delimitar o recorte, tendo em vista os limites dessa pesquisa de mestrado. Com esse primeiro levantamento realizado, após a análise do material empírico de debate para essa pesquisa, buscaremos, em pesquisas futuras, ampliar o escopo de discussão, inclusive realizando um possível trabalho de campo, o que não foi viável neste momento de pesquisa em virtude do tempo mais curto de um curso de mestrado e do necessário amadurecimento teórico em um debate tão importante.

¹³ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

Para dar início a apresentação do processo de construção do levantamento empírico, trataremos do primeiro impasse referente às escolhas dos primeiros descritores que pensamos para o processo de busca: saúde, adoecimento e ambos. Destacamos que, nesta dissertação, utilizamos tanto a palavra saúde quanto a palavra adoecimento. No primeiro caso, o emprego de tal palavra, via de regra, foi acompanhado da palavra ‘impacto’ ou da associação à ideia de prejuízo à saúde, quando relacionado ao processo de intensificação e precarização do trabalho docente. Assim, quando escrevemos sobre esse impacto, referimo-nos à falta de saúde, na verdade, à não-saúde.

Essa foi uma percepção que construímos com o desenvolvimento e amadurecimento desta dissertação, a ponto de alterarmos a primeira proposta do seu título – ao invés de ‘saúde’ docente, empregamos o ‘adoecimento’ dessa categoria profissional, no contexto da pós-graduação brasileira. Dessa maneira, compreendemos que o uso da palavra ‘adoecimento’, como sinônimo de falta ou prejuízo da saúde, parece-nos mais adequada, daí a sua utilização. Do contrário, estaríamos obscurecendo a nossa real preocupação de pesquisa.

A esse respeito, destacamos ainda que a definição de adoecimento:

Diz respeito ao fato de adoecer, de apresentar uma perturbação, uma interrupção, sensação ou distúrbio de funções, sistemas ou órgãos do corpo. [...] **A exposição às condições de trabalho desfavoráveis está associada ao adoecimento dos docentes.** Fatores ambientais e fatores organizacionais são considerados riscos à saúde. No primeiro grupo, figuram as condições do espaço físico, as condições de iluminação, as condições sonoras e climáticas, e a segurança geral do ambiente. No segundo grupo, estão incluídos os seguintes fatores: (1) volume de trabalho que pode explicar modos operatórios ou escolhas visando a regular número de tarefas e tempo necessário para realizá-las; (2) pressão temporal que pode explicar aceleração do sujeito, a fim de cumprir as metas nos tempos estabelecidos com repercussões sobre o seu funcionamento nas esferas físicas e mentais; (3) exposição às situações conflituosas, agudas, por vezes perigosas e, frequentemente, convocando intervenções de proteção social que ultrapassariam intervenções individualizadas para convocar ações a longo prazo. **A doença pode ser vista como a resposta, provisória ou não, do organismo à pressão do ambiente.** Habitualmente, os indivíduos não se submetem a essas pressões de maneira passiva. No entanto, nas empresas, meio autoritário, a modelagem do ambiente e a decisão sobre a organização do trabalho, incluído conteúdo das tarefas e tempos alocados, são atribuições da gestão. **A não-apropriação do conteúdo do trabalho pelo trabalhador é vista como elemento determinante do processo de adoecimento.** As relações entre o organismo, as condições de trabalho e as doenças são ricas de significação ideológica. [...] a noção de adoecimento está atrelada à percepção do próprio indivíduo a respeito de suas indisposições e padecimentos, e não apenas aos sinais e sintomas que indicam um diagnóstico médico preciso e classificado internacionalmente no código de doenças, apesar da inarredável legitimidade da medicina. Fatores culturais determinam quais sinais e sintomas serão percebidos como anormais pelo sujeito. (Assunção, 2010, sem página, destaque nosso)

De acordo com essa definição, reforçamos a nossa tese de que condições que são desfavoráveis ao trabalho, como o que apontamos como a intensificação e a precarização do

trabalho docente na pós-graduação brasileira, estão associadas ao adoecimento de professores e professoras. Nesse sentido, esse processo de adoecimento surge em um contexto de resposta a essas condições tidas como desfavoráveis, sendo a “não-apropriação do conteúdo do trabalho pelo trabalhador” (Assunção, 2010, sem página) um ponto central em tal processo. Assim, como destacamos, existe a relação entre o estranhamento desse trabalho pelo trabalhador como elemento que adocece o mesmo, dada a fundamentalidade da categoria trabalho no que se refere à condição de humanidade. Assim, esse sujeito adocece como reação ao sistema capitalista, que desfigura a essencialidade do seu trabalho.

Para o desenvolvimento deste capítulo, como opção metodológica, adotamos uma abordagem de cunho qualitativo, com revisão da literatura, em termos de teses e dissertações, que tratam sobre nossa temática de discussão, explorando os trabalhos encontrados e descrevendo-os, o que traz também um caráter de pesquisa descritiva para essa dissertação. Para Gil (2021), a pesquisa descritiva objetiva descrever as características de determinado fenômeno e estabelecer relações entre variáveis. Ainda para o autor, tais pesquisas visam descobrir a existência de associações entre variáveis.

No entanto, “Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de variáveis, pretendendo determinar a natureza da relação” (Gil, 2021, p. 27). Ao ir além da determinação da relação de variáveis, caso que tentamos realizar nesta pesquisa dissertativa, ao pensar as relações entre adoecimento, trabalho docente e o contexto neoliberal, aproximamo-nos de uma pesquisa explicativa e ainda, uma pesquisa exploratória, visto que tais descrições acabam por proporcionar uma nova visão do problema (Gil, 2021).

No trato de nossas variáveis e suas correlações, nossa hipótese, como já delimitamos, é que o adoecimento docente é uma questão naturalizada no contexto dos Programas de Pós-graduação e que, além disso, não é uma temática tão pesquisada nessa etapa de ensino, quando tratamos das condições de trabalho docente e impactos na saúde desse profissional.

Em um primeiro exercício de busca no Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, testamos algumas possibilidades de descritores, a princípio sem um recorte temporal definido com o intuito de encontrar a maior parte de trabalhos o possível, combinando termos como ‘trabalho docente’, ‘saúde’, ‘neoliberalismo’, ‘Ensino Superior’, ‘pós-graduação’, junto do operador booleano ‘AND’ para encontrar trabalhos que contivessem simultaneamente todos os descritores da busca. Apesar de termos especificado, anteriormente, que consideramos o termo ‘adoecimento’ como mais adequado para a nossa discussão, pensamos em testar outras possibilidades com o termo ‘saúde’ pelo fato de ele ser mais abrangente, com o intuito de realizar uma análise comparativa e verificar a quantidade de trabalhos encontrados em termos

de teses e dissertações no contexto de Programas de Pós-graduação em Educação brasileiros. Sistematizamos os resultados obtidos na tabela abaixo.

Tabela 1 – síntese dos resultados encontrados na busca via Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES com diferentes descritores.

Descritores utilizados	Quantidade de unidades bibliográficas encontradas na busca
“trabalho docente” AND “saúde”	483 trabalhos encontrados em PPGs em Educação, sendo: • 336 de mestrado; • 141 de doutorado; • 6 de mestrado profissional.
“trabalho docente” AND “saúde” AND “neoliberalismo”	16 trabalhos encontrados em PPGs em Educação, sendo: • 12 de mestrado; • 4 de doutorado.
“trabalho docente” AND “saúde” AND “neoliberalismo” AND “ensino superior”	7 trabalhos encontrados em PPGs em Educação, sendo: • 5 de mestrado; • 2 de doutorado.
“trabalho docente” AND “saúde” AND “neoliberalismo” AND “pós-graduação”	5 trabalhos encontrados em PPGs em Educação, sendo: • 3 de mestrado; • 2 de doutorado.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Diante desse levantamento inicial no Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, podemos perceber que, ao associar o descritor ‘neoliberalismo’ à busca, quando utilizados os descritores ‘trabalho docente’ e ‘saúde’, a quantidade de trabalhos localizados no contexto de Programas de Pós-graduação decresce substancialmente, indo de 483 trabalhos para apenas

16. Vale destacar que, se a mesma busca fosse realizada de forma ampla, em PPGs outros, para além da educação, a quantidade de trabalhos aumentaria para 75, sendo 46 de mestrado, 23 de doutorado, 3 de mestrado profissional e 1 com a nomenclatura de curso ‘profissionalizante’. Ou seja, infere-se que a questão da saúde relacionada às condições de trabalho docente vem sendo pesquisada, nesse caso e de acordo com os dados da plataforma utilizada, por outras áreas do conhecimento.

Já quando restringimos um pouco mais a nossa busca, a partir dos descritores ‘trabalho docente’, ‘saúde’, ‘neoliberalismo’ e ‘pós-graduação’, encontramos apenas 5 trabalhos relacionados a PPGs em Educação, sendo 3 de mestrado e 2 de doutorado. Mesmo que o termo ‘saúde’ seja mais abrangente, o fato de relacioná-lo com os demais termos, nessa associação com o neoliberalismo como o contexto maior que dita determinados condicionantes na vida e saúde dos sujeitos, parece ter limitado a quantidade de trabalhos localizados. Ainda assim, compreendendo-se a importância do Catálogo da CAPES, que é abastecido pelos próprios PPGs periodicamente, optamos por realizar o levantamento mais fidedigno através da referida plataforma, tendo em vista nosso objetivo.

Então, no Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, para discussão desta dissertação, utilizamos os seguintes descritores, que são justamente as palavras-chave deste trabalho: neoliberalismo; trabalho docente; pós-graduação; adoecimento. Os descritores foram postos entre aspas duplas e utilizamos o operador booleano ‘AND’, de maneira que os trabalhos encontrados contivessem, simultaneamente, todos esses termos e de forma mais refinada.

Destacamos que nossa intenção foi justamente buscar trabalhos nos quais a discussão principal fosse estabelecida na relação entre condições de precarização do trabalho docente na pós-graduação brasileira e o adoecimento desses profissionais, em um contexto neoliberal. Daí, a ordem em que apresentamos os descritores: o neoliberalismo como o contexto maior; o trabalho docente como nosso objeto de discussão; a pós-graduação como o nosso lócus de investigação; e o adoecimento docente como uma consequência decorrente do trabalho docente intensificado e precarizado na sociedade neoliberal.

A princípio, buscamos as informações referentes a tal discussão no título dos trabalhos e, principalmente, nos resumos, tendo em vista que é nessa parte do texto que, conforme Severino (2016), temos uma síntese das ideias que um texto traz consigo, o que faz com que o mesmo seja uma parte fundamental de uma unidade bibliográfica. Além disso, consideramos, também, a leitura na íntegra da introdução e das considerações finais do trabalho, tendo em vista a viabilidade do tempo.

Ao pesquisar, no Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, pelas palavras-chave ‘neoliberalismo’, ‘trabalho docente’, ‘pós-graduação’ e ‘adoecimento’, nessa ordem, encontramos apenas 4 trabalhos, sendo 2 dissertações e 2 teses. Todos esses trabalhos foram produzidos em Programas de Pós-graduação em Educação. Sistematizamos o resultado da nossa busca abaixo, em ordem cronológica, com o registro das principais questões teórico-metodológicas e o que os autores discutem no trabalho, relacionando-se com a nossa temática de discussão. Destacamos que dos 4 trabalhos encontrados de acordo com as nossas palavras-chave e para os parâmetros definidos, somente uma tese, efetivamente, trata da discussão a que nos propomos, sobre o adoecimento docente associado às condições de trabalho na pós-graduação brasileira.

Nesse sentido, antes de apresentar a síntese dos trabalhos encontrados, é preciso destacar que consideramos uma quantidade muito aquém do esperado a respeito da temática. Por um lado, podemos inferir que há pouca produção em termos de teses e dissertações nesse contexto em específico. Por outro, a própria plataforma, o Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, apresentou trabalhos fora do escopo desejado, sendo duas dissertações que discutem prioritariamente a Educação Básica. No entanto, como é um meio oficial de obtenção de dados do governo federal, que reúne textos de todos os PPGs, mantivemos a busca pelo Catálogo, conforme a síntese que segue.

Tabela 2 – Síntese dos resultados encontrados na busca via Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, que são efetivamente discutidos na dissertação.

TRABALHO 1 (T. 1) – <u>Tese</u> intitulada ‘EXERCÍCIO PROFISSIONAL E ADOECIMENTO DE DOCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR’.
Autoria: Denise Werner da Cunha Leal (orientada) e Rafael Bastos Costa de Oliveira (orientador).
Foi publicada no ano de 2019, no contexto do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Petrópolis (UCP).
Questões teórico-metodológicas: como referencial teórico, Leal (2019) se utiliza de autores que partem do materialismo histórico-dialético, como Ricardo Antunes e Valdemar

Sguissardi, além de aportes teóricos que discutem a saúde do trabalhador. O trabalho adota abordagem qualiquantitativa e, em um primeiro momento, realiza uma revisão de literatura para discutir o processo de trabalho, o sistema capitalista, o neoliberalismo e a relação trabalho e educação. Em seguida, parte-se para uma pesquisa de campo que envolve a investigação dos afastamentos de saúde dos docentes investigados, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), por meio do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS-UFF). Para isso, são analisados relatórios de perícia médica e os registros de licenças para tratamento de saúde, bem como são aplicados questionários e realizadas entrevistas semiestruturadas com os docentes investigados.

Principal discussão: a tese discute o adoecimento físico e mental de docentes da pós-graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF), em específico do Programa de Pós-graduação em Educação da instituição, a partir dos afastamentos de saúde de tais professores. Para isso, leva em consideração o contexto sócio-histórico atual, pensando as transformações ocorridas nas Universidades com a lógica neoliberal nos últimos anos, especialmente a partir da década de 1990.

TRABALHO 2 (T. 2) – Dissertação intitulada ‘PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE À LUZ DA TEORIA CRÍTICA FRANKFURTIANA - BARBARIZAÇÃO E RESISTÊNCIA’.

Autoria: Nelma Roberto Gonçalves Mendes (orientada) e Estelamaris Brant Scarel (orientadora).

Foi publicada no ano de 2021, no contexto do Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO).

Questões teórico-metodológicas: trabalho de natureza teórica, que se fundamenta na perspectiva do método dialético, à luz da Teoria Crítica frankfurtiana. Para isso, utiliza-se de autores como Adorno e Horkheimer, autores frankfurtianos, bem como referenciais que discutem o neoliberalismo e seus impactos no mundo do trabalho e na educação, como Ricardo Antunes, Luiz Carlos de Freitas e István Mészáros.

Principal discussão: a pesquisa discute a precarização do trabalho docente na Educação Básica, bem como trata do que considera os principais desafios postos para a Educação Pública, buscando apontar a necessidade da realização de alguns enfrentamentos na contemporaneidade. Para isso, discorre sobre a relação entre trabalho, educação e indústria cultural. A pergunta que é mote da pesquisa é a seguinte: como a Teoria Crítica frankfurtiana contribui para resistir e confrontar os aspectos que caracterizam a precarização do trabalho e a barbarização na educação pública?

TRABALHO 3 (T. 3) – Dissertação intitulada ‘O IMPACTO DO MAL-ESTAR DOCENTE NO PROTAGONISMO DO PROFESSOR’.

Autoria: Marlova Gross da Silva (orientada) e Gilberto Ferreira da Silva (orientador).

Foi publicada no ano de 2021, no contexto do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle (UNILASALLE).

Questões teórico-metodológicas: como fundamentação teórica, esta dissertação partiu de autores como Esteve (1999), Nóvoa (2002), Codo (2006) e outros. Além de um levantamento bibliográfico, a pesquisa contou com entrevistas e grupo focal. Os sujeitos da pesquisa foram professores de uma escola pública, localizada na região metropolitana de Porto Alegre, os quais atuam nos Anos Finais do Ensino Fundamental. A autora se utilizou de Bardin (2011) para realizar a Análise de Conteúdo.

Principal discussão: a pesquisa discute as condições de trabalho docente, no contexto dos Anos Finais do Ensino Fundamental de uma escola pública, localizada na região metropolitana de Porto Alegre, e sua relação com as repercussões de tais condições na prática pedagógica dos docentes.

TRABALHO 4 (T. 4) – Tese intitulada ‘A TRAMA FAUSTINA DA CAPTURA DO TRABALHO DOCENTE DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL PELO CAPITAL: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS’.

Autoria: Juliane Aparecida Ribeiro Diniz (orientada) e Daniela da Costa Britto Pereira Lima (orientadora).

Foi publicada no ano de 2023, no contexto do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Questões teórico-metodológicas: possui perspectiva teórica que parte do materialismo histórico-dialético. Além disso, adota o estudo de caso como parte dos procedimentos metodológicos, utilizando o caso da Universidade Federal do Tocantins, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), como lócus de discussão. Para analisar o contexto da referida universidade, no escopo da pesquisa, utiliza-se da abordagem qualitativa, com pesquisa exploratória, bibliográfica, documental, tendo em vista o trabalho de campo, com coleta de dados por meio de questionários e discussão analítica-descritiva.

Principal discussão: a pesquisa discute as condições de trabalho docente da graduação no contexto do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, na conjuntura da Universidade Federal do Tocantins – UFT, diante do mundo atual do trabalho, a partir da análise das seguintes categorias: as questões de infraestrutura e de materiais disponíveis para a Educação a Distância (EaD); as relações de emprego estabelecidas, como forma de contratação e regime de trabalho; e os efeitos dos contextos laborais aos quais os trabalhadores docentes do Sistema UAB estão submetidos, incluindo os riscos de adoecimentos.

Fonte: Elaboração própria (2025).

O Trabalho 1 (T. 1), intitulado ‘Exercício profissional e adoecimento de docentes de uma Instituição Federal de Ensino Superior’ é o único encontrado que tem os mesmos recortes que esta dissertação, porque trata de uma pesquisa que investiga as relações entre as condições de trabalho docente na pós-graduação brasileira e o impacto dessas condições, de trabalho intensificado e baseado na produtividade e produtivismo, na saúde das professoras e professores. Assim, a tese de Leal (2019):

[...] aborda a questão do adoecimento físico e mental dos docentes da pós-graduação de uma Instituição Pública de Ensino Superior no estado do Rio de Janeiro, a partir das transformações no espaço universitário decorrentes da expansão da lógica neoliberal ocorridas especialmente a partir do Plano Diretor da Reforma do Estado em 1995. Em razão das novas formas de organização e da natureza específica do seu

trabalho, os docentes estão adoecendo tentando fazer cumprir as exigências que lhes são impostas pelo modelo de universidade que está em vigor, exigências essas que vão muito além do cumprimento de metas de produção científica. (Leal, 2019, p. 5)

A Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) pesquisada é a Universidade Federal Fluminense (UFF) e os docentes investigados estão vinculados ao Programa de Pós-graduação em Educação da referida instituição. É válido destacar que, assim como nossa pesquisa, Leal (2019) parte de uma perspectiva sócio-histórica, compreendendo que dada a essencialidade da categoria trabalho na nossa condição de humanidade, o sistema capitalista, ao desfigurá-lo, impacta a estima e a saúde dos trabalhadores. Nesse sentido, Leal (2019) investiga os afastamentos de trabalho em virtude de processos de adoecimento na UFF, por meio do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS-UFF), com o objetivo de buscar as principais causas desses afastamentos.

Assim como nesta dissertação, Leal (2019) compreende que o trabalho docente na pós-graduação é parametrizado pela produção acadêmica. Mais que isso, é impactado pelo produtivismo, movimento característico da lógica neoliberal na prática universitária, que privilegia, muitas vezes, a quantidade em nome da qualidade, já que se baseia em parâmetros econométricos. A pesquisa da autora, que está dividida em nove capítulos, realiza uma revisão de literatura, para tratar do sistema capitalista como contexto maior, bem como discorre sobre as mudanças no mundo do trabalho e a relação dessa categoria com a educação, além da Universidade que atende aos interesses de mercado, nesse sentido. Para isso, como referenciais teóricos, utiliza textos de Ricardo Antunes, Gaudêncio Frigotto, Valdemar Sguissardi, entre outros.

Com abordagem qualiquantitativa, Leal (2019) indica que seu trabalho se insere na área de Educação e Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente. Além dos referenciais já mencionados, a autora se utiliza de autores da área da saúde. Destacamos que, neste ponto, nossos trabalhos não convergem, pois nesta escrita, nos preocupamos com as condições de trabalho dos docentes e utilizamos majoritariamente de referenciais da área da educação. De toda forma, reconhecemos que nosso trabalho é mais inicial e de apropriação da discussão do adoecimento docente na pós-graduação a partir da área educacional, o que difere do aprofundamento maior, por se tratar de uma tese, e do trabalho de campo de Leal (2019).

A autora indica em seu trabalho que:

No universo das unidades universitárias da UFF localizadas em Niterói, identificou-se a Faculdade de Medicina, Faculdade de Engenharia e Faculdade de Educação como os principais locus de afastamento docente com mais de 120 dias de duração, ou seja, periciados por Junta Oficial em Saúde. O perfil desse grupo mostrou predominância feminina, idade em torno dos 50 anos, tempo médio de

serviço de 20 anos. (Leal, 2019, p. 151)

Como já mencionado, isso se deu através de uma investigação inicial no Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal, no contexto da UFF (SIASS-UFF). A partir disso, Leal (2019) optou por realizar o recorte para a Faculdade de Educação daquela instituição, responsável pelo Programa de Pós-graduação em Educação. Com 58 docentes no referido PPGE, a dificuldade encontrada pela autora consistiu no contato inicial, via e-mail. Ao todo, entrevistou 19 docentes, diante dos empecilhos encontrados e dos professores excluídos do levantamento, tendo em vista que buscou aqueles que tinham 20 anos ou mais de docência.

Leal (2019) dividiu a pesquisa em três etapas e optou por analisar os afastamentos de saúde não apenas pela perspectiva dos ‘afastados’, mas também da equipe multiprofissional da Perícia Médica que concede esses afastamentos no contexto da UFF, composta por médicos, assistentes sociais e psicólogo. Assim,

A primeira etapa constitui-se [constituiu-se] de um estudo retrospectivo baseado nos dados pesquisados no módulo Siape-Saúde do SIASS levando-se em consideração dados referentes aos técnicos administrativos e docentes periciados da UFF. As segunda e terceira etapas configuram um estudo prospectivo. A segunda etapa investigou os docentes da Pós-Graduação FEUFF [Faculdade de Educação da UFF] com 20 ou mais de docência, e se desenvolveu com aplicação de questionário com perguntas fechadas e entrevista semiestruturada. Esse grupo de docentes era formado por profissionais que aderiram à pesquisa voluntariamente, não importando se já haviam sido ou não afastados por Licença para Tratamento de Saúde. A terceira etapa adotou questionário com perguntas fechadas e entrevista com perguntas semiestruturadas destinadas a médicos peritos e profissionais assistentes sociais, psicólogos que compõem a equipe multiprofissional. Atualmente, a DPS [Divisão de Perícias em Saúde] é composta por oito médicos peritos, três assistentes sociais e um psicólogo. (Leal, 2019, p. 66)

Diante disso, segundo Leal (2019), buscou-se investigar a questão do adoecimento não apenas físico, mas mental, com base nesses afastamentos em virtude de tratamento de saúde dos docentes estudados, articulando-se esse sintoma – o adoecimento – com a intensificação da atividade profissional. Isso, vale destacar, entendido no contexto da pressão pela publicação e produtividade imposta pelas agências de fomento e avaliação. A autora traz relatos que são ilustrativos desse cenário de produtivismo, individualismo e competitividade, característico da pós-graduação. Conforme Leal (2019), os docentes do PPG em Educação da UFF indicam que:

[...] o foco das reclamações registradas nas entrevistas consiste no fato de que as produções intelectuais sejam analisadas quantitativamente, em detrimento da qualidade, além de não poder produzir sobre temas e assuntos que gostam de

estudar, e de estar sempre preocupados em produzir algo para publicar em determinada via de divulgação, com Qualis definido. [...] É fonte de preocupação o clima instaurado de competitividade e individualismo, acirrados na medida em que os recursos financeiros e o reconhecimento acadêmico não são para todos. (Leal, 2019, p. 144, destaque nosso)

[...] **Apesar de não concordarem com os critérios de avaliação adotados, os professores se adequam e aceitam as exigências que aí estão postas**, mesmo sacrificando horas de convívio familiar, horas de lazer e descanso, além das férias, feriados e finais de semana comprometidos com o trabalho. (Leal, 2019, p. 145, destaque nosso)

Pensando o campo da Educação, no qual o conhecimento é construído em outro tempo, diferente daquele das ciências ‘duras’, não é razoável que o ritmo de publicação privilegiada, em periódicos, seja tão acelerado em prol de maior quantidade de publicação, pois isso pode prejudicar a qualidade acadêmico-científica dessas produções. Isso contribui não apenas para fragilidades do campo, como também instaura, conforme Leal (2019) um clima de competitividade e individualismo nos PPGs. Além disso, ainda que se critique os critérios avaliativos impostos pela CAPES, é preciso reiterar que, ao contribuir com essa metodologia, ao se render a ela, quase que como forma de sobrevivência no âmbito da pós-graduação e aceitar o cenário como inevitável, “[...] ficamos prisioneiros do sistema que criticamos, participamos da concorrência que condenamos, aprimoramos a avaliação que nos subjuga. Excedemo-nos nas horas de vida dedicada ao trabalho – vida morta.” (Trein e Rodrigues, 2011, p. 785).

Vale destacar que, de acordo com a pesquisa desenvolvida por Leal (2019, p. 146), “Sobre o binômio saúde/doença, houve uma certa resistência por parte dos participantes em falar sobre sua saúde”. Na verdade, em um cenário em que os quadros de adoecimento são naturalizados sobremaneira, como é o caso da pós-graduação brasileira, alguns dos docentes pesquisados relataram, quase que com orgulho, as horas excedidas e não remuneradas de trabalho aos fins de semana, ao perder o horário de almoço ou ao trabalhar até depois do expediente. Isso expressa a materialização do sujeito neoliberal, funcional ao capital, relacionando-se com o processo de subjetivação contábil e financeira descrito por Dardot e Laval (2016). Esse quadro reforça a nossa tese de que o debate sobre as condições de trabalho docente na pós-graduação brasileira e o adoecimento desses profissionais nesse contexto é necessário.

Como considerações finais, Leal (2019) aponta que:

O aumento da produtividade imposta pelas agências de fomento, expresso pela intensificação da atividade profissional influencia diretamente a saúde dos profissionais docentes de ensino superior, especialmente os que estão vinculados aos

programas de pós-graduação, o que ficou explícito nas narrativas dos docentes da FEUFF entrevistados. [...] **As narrativas apontam para profundas mudanças na universidade, preocupações extremadas com a produção acadêmica e sua publicação e trabalho cotidiano intensificado.** Dificuldade para dormir, ausência de rotina, resistência para aderir às atividades físicas regularmente, ansiedade, estresse, e uso de medicações antidepressivas e ansiolíticas passaram a ser naturalizadas no meio acadêmico. O compromisso e dedicação à carreira e aos alunos ficou claramente evidenciado, mesmo que para isso haja comprometimento da vida familiar, das horas de descanso e das férias. **Também ficou patente, que o professor não gosta de falar sobre sua saúde e afastamentos causados por doenças.** A quase totalidade desse grupo se submete à psicoterapia e/ou fisioterapia. (Leal, 2019, p. 151-152, destaque nosso)

Diante desse cenário de mudanças na Universidade, que estão associadas ao contexto neoliberal, que influi sobre as instituições e induz um funcionamento baseado na lógica gerencial e empresarial, o importante se torna produzir, a despeito dos impactos que isso possui. Leal (2019) destaca esse ideário e avança no sentido de que falar sobre saúde não é um tópico que os professores investigados se sentiam confortáveis em comentar. Ademais, a autora destaca, a partir dos relatos da junta médica que concede os afastamentos por motivo de saúde, que os afastamentos docentes se diferenciam das demais categorias profissionais. Isso porque se sentem mais estigmatizados e se preocupam com a queda da produção acadêmica, buscando outros meios, quando doentes, antes do afastamento (Leal, 2019). Como discurremos em momento anterior, trata-se da seguinte máxima: publicar e perecer.

No que se refere ao resultado do Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, as duas dissertações encontradas fogem do nosso escopo, pois tratam da Educação Básica, não da pós-graduação. O Trabalho 2 (T. 2), intitulado ‘Precarização das condições de trabalho docente na educação pública: análise à luz da teoria crítica frankfurtiana - barbarização e resistência’, é um texto no qual Mendes (2021) realiza uma discussão majoritariamente teórica, tratando da precarização das condições do trabalho docente na escola, partindo de uma perspectiva crítica, frankfurtiana. Apesar de estarmos inseridos em um contexto social maior, do neoliberalismo, no qual a escola se encontra muito influenciada pelo ideário capitalista, a autora compreende que é fundamental pensar a educação em uma perspectiva política, resistindo às ofensivas do sistema societário atual, como categoria docente. Para isso, Mendes (2021) utiliza autores como Adorno, Horkheimer, Luiz Carlos de Freitas, Ricardo Antunes, entre outros.

Mendes (2021) destaca o trabalho docente como um importante aliado no que se refere ao confronto contra a barbárie e a padronização características da estrutura social dominante, que impactam as escolas. Por isso, para ela, é mister que tal trabalho seja indissociável de um processo autorreflexivo, sobretudo no contexto da ideologia neoliberal e de consequente

reforma empresarial da educação. A existência de currículos padronizados, de incentivo à competição e de meritocracia são elementos dessa conjuntura, que, por sua vez, necessita, conforme Mendes (2021), de resistência por parte da classe trabalhadora da educação pública.

Já no Trabalho 3 (T. 3), intitulado ‘O impacto do mal-estar docente no protagonismo do professor’, Silva (2021) toma como contexto a Educação Básica. Em específico, a partir de uma investigação com professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental de uma escola pública localizada na região metropolitana de Porto Alegre – RS, a autora busca, após realizar um levantamento bibliográfico e se apoiar teoricamente em autores como José Manuel Esteve, António Nóvoa, Wanderley Codo e outros, compreender de que maneira o mal-estar docente interfere na prática pedagógica dos professores investigados, realizando inclusive um destaque para o trabalho docente no contexto da pandemia e no seu pós.

Assim como na dissertação aqui apresentada, Silva (2021) também discutiu o adoecimento ligado à questão da sobrecarga do trabalho, ainda que sua linha de pesquisa estivesse voltada às práticas educativas e seu enfoque enquanto nível de ensino seja diferente deste texto. A autora compreende a subjetividade como ponto central na constituição da profissionalização docente e indica o contexto neoliberal como propulsor dos processos de adoecimento, dada a desfiguração e sobrecarga de trabalho no contexto laboral escolar. Além disso, Silva (2021) buscou no Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES o material bibliográfico desejado, de trabalhos que versassem sobre a questão do mal-estar docente, na fase de levantamento da bibliografia.

O trabalho mais recente encontrado na busca e de acordo com os parâmetros definidos, data do ano de 2023. No ano de 2023, uma tese de doutoramento, produzida por Diniz (2023) discute cuidadosamente as condições de trabalho de docentes no contexto do Sistema Universidade Aberta (UAB), a partir de um estudo de caso, referente à Universidade Federal do Tocantins (UFT). O trabalho é intitulado ‘A trama faustina da captura do trabalho docente do Sistema Universidade Aberta do Brasil pelo capital: o caso da Universidade Federal do Tocantins’ e faz menção à tragédia de Fausto, na qual a personagem, ávida por cada vez mais conhecimento, vende a alma para o demônio Mefistófeles, personagem da Idade Média que representa a encarnação do mal.

O título de tal tese já indica, de antemão, a linha de raciocínio traçada por Diniz (2023): o capital, com sua característica de reprodução que tende sempre ao infinito, seria o próprio Mefistófeles, que oferece o ‘bem’ desejado por Fausto, que seria o docente da UAB no caso investigado, mas, em troca, exige sua alma. Nesse contexto, que é construído de forma bem literária pela autora para explicitar a situação de exploração demasiada do

trabalhador por meio do seu trabalho, pelo capitalista, Diniz (2023) objetiva discutir como o capital contemporâneo impacta as condições de trabalho dos docentes dos cursos de graduação do Sistema Universidade Aberta do Brasil, na conjuntura da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Para alcançar o objetivo proposto, Diniz (2023) dividiu a pesquisa em quatro ‘atos’, expressos por capítulos. O primeiro momento de pesquisa se traduziu em um estado da arte, no qual a autora buscou, em diferentes fontes, unidades bibliográficas diversas, com os seguintes termos: ‘trabalho docente’ e ‘Sistema Universidade Aberta do Brasil’, e também ‘trabalho docente’ e ‘Sistema UAB’, utilizando o operador booleano ‘AND’. Assim, com termos abrangentes, foram encontrados 207 trabalhos, entre artigos, anais de congressos, teses e dissertações, dos quais foram selecionados 30, que foram discutidos pela autora. O recorte temporal foi do ano de 2006 a 2019, tendo em vista que o Sistema UAB foi criado em 2006, no 1º governo Lula da Silva.

Além desse levantamento empírico, houve, no capítulo seguinte, um debate voltado para a pesquisa documental, momento no qual foram discutidos documentos como a legislação da estruturação da Educação a Distância no mundo e no Brasil e a constituição do Sistema UAB. No terceiro capítulo, teve início a pesquisa de campo, com a elaboração e aplicação de questionário dirigido aos docentes formadores e aos docentes tutores presenciais e a distância atuantes no primeiro semestre de 2021, naqueles cursos de graduação da Universidade Aberta do Brasil, no contexto da Universidade Federal do Tocantins, a saber: Química, Música, Física, Matemática, Administração Pública e Biologia. Tal formulário foi realizado via Google Forms, tendo em vista o contexto pandêmico no momento de escrita da tese. A partir disso, Diniz (2023) realizou a parte descritiva da pesquisa.

Apesar de a discussão proposta por Diniz (2023) estar vinculada à Educação a Distância e ao contexto da graduação, podemos compreender as mudanças nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no bojo do contexto neoliberal e naquilo que ele requer das instituições. Ao passo que existe um incentivo à educação online, como foi por meio de uma política pública do governo federal, com a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil em 2006, podemos pensar como hoje, com os desinvestimentos no Ensino Superior Público, isso pode ser camuflado por meio da oferta de um ensino à distância sob o discurso de democratização e interiorização de cursos de nível superior. Nesse sentido, o trabalho docente, conforme Diniz (2023), é invariavelmente afetado. Como a categoria trabalho é, também, central em nossa discussão, temos tais aproximações categóricas, no âmbito do Ensino Superior, que é mais específico.

Na pesquisa, segundo a autora:

[...] identificou-se que os docentes formadores e docentes tutores presenciais e a distância do Sistema UAB/UFT possuem relações de emprego precarizadas e consoantes à lógica do capital flexível-financeiro-neoliberal. Quer dizer, são selecionados por meio de processos seletivos em detrimento aos concursos públicos e atuam por intermédio de um termo de compromisso flexível, temporário e intermitente; com remuneração realizada por meio de pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa e pauperizada em referência ao salário mínimo e ao piso salarial dos profissionais do magistério público da educação básica; e com ausência de plano de carreira, de estabilidade, de garantias sociais e de direitos trabalhista e previdenciário. (Diniz, 2023, p. 254)

No que se refere às condições materiais, como infraestrutura, e imateriais, como plano de carreira, existe uma grande fragilidade dos docentes que atuam na UFT, nos cursos atendidos pelo sistema UAB e, portanto, que ocorrem de forma online. Diniz (2023) aponta que os docentes atuam com equipamentos e internet próprios, em horários, muitas vezes, noturnos, e que conciliam essa jornada de trabalho no Ensino Superior com a da Educação Básica. Além disso, são contratados mediante uma bolsa de estudos e sem direitos trabalhistas e previdenciários, por isso, existe um regime de trabalho mais precarizado. Conforme Diniz (2023), há a prevalência de docentes tutores em relação aos docentes formadores e conteudistas, um indício de que pode haver uma atuação mais instrumentalizada no ensino ofertado.

Nesse contexto de condições degradantes de trabalho, Diniz (2023) indica ainda que:

Estes fatos podem, possivelmente, ocasionar danos à saúde, ao bem-estar e à qualidade de vida, como também aumentar os riscos de adoecimentos e de padecimentos nos docentes do Sistema UAB/UFT. Assim, buscou-se conhecer as razoáveis doenças, mal-estares, enfermidades e padecimentos que, na percepção dos docentes do Sistema UAB/UFT do semestre 2021/1, estivessem conexos à docência nos cursos superiores públicos a distância. Neste sentido, **notou-se que os problemas posturais e o estresse foram os mais destacados pelos docentes do Sistema UAB/UFT, seguidos de distúrbios da visão, de dores e lesões no corpo: mãos, braços, ombros, costas e pescoço, de dores de cabeça e de esgotamento/cansaço emocional.** Por outro lado, os adoecimentos menos avultados foram os problemas cardiovasculares e hipertensão, as neuroses diversas e os distúrbios do aparelho fonador. (Diniz, 2023, p. 254-255, destaque nosso)

Ou seja, assim como nesta dissertação, Diniz (2023) compreende que existe uma relação entre processos de adoecimento decorrentes de condições de trabalho ligadas a processos de intensificação e precarização característicos do modo societário neoliberal, no contexto do Ensino Superior. Apesar disso, a autora analisa um caso específico, da UFT, no âmbito da EaD e tratando da graduação. Segundo ela, a saúde do trabalhador é afetada e se expressa a partir de quadros de estresse, dores no corpo e distúrbios de visão. É válido

destacar que esse é um caso muito específico, no qual os docentes, sejam conteudistas ou tutores, atuam de suas casas, arcando com todos os ônus associados a esse contexto. Assim, Diniz (2023) destaca que é um trabalho extremamente precarizado, marcado pela flexibilização.

Tendo isso em vista, o sistema UAB, conforme Diniz (2023) surge como política pública com o discurso oficial de ampliação do acesso ao Ensino Superior por meio de parceria tripartite, entre União, Estados e Municípios. Contudo, ao não oferecer estrutura física e autonomia didático-pedagógica para os docentes-bolsistas, além de não possuir orçamento próprio e contínuo específico para o financiamento das atividades do Sistema, acaba intensificando o processo de precarização do trabalho dos professores que nele atuam. Assim, temos que:

[...] a proposição política de ampliação da educação universitária e de democratização de acesso ao nível educacional superior, materializados pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil, **não provocou modificações mais profundas e equitativas na distribuição de vagas, de turmas e de cursos universitários no domínio dos diversos espaços regionais brasileiros, nem mesmo transmutou o formato de entrada, de cumprimento do processo formativo das graduações e de saída dos estudantes.** (Diniz, 2023, p. 262, destaque nosso)

Isto é, apesar do discurso oficial utilizado pelo governo federal para criação do Sistema UAB, Diniz (2023) destaca que tal Sistema não alterou a condição de desigualdade na oferta de vagas e de cursos universitários no Brasil, inclusive entre as regiões. Segundo ela, a região norte do país, conforme dados oficiais, é a menos atendida pelo Sistema UAB, sendo o estado pesquisado, de Tocantins, o que teve decréscimo de matrículas na modalidade EaD, no referido contexto, motivando tal investigação por meio de estudo de caso. Assim, mesmo com a característica da educação online ser realizada de forma mais ampla, Diniz (2023) destaca que se manteve a tradicional dinâmica regional da educação superior pública presencial no âmbito do Sistema UAB.

Diante da breve descrição e análise das unidades bibliográficas encontradas no Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, podemos considerar que, de fato, de acordo com os parâmetros pesquisados, o número de trabalhos encontrados está aquém do esperado. Podemos inferir a ocorrência de eventuais e possíveis lacunas na busca do Catálogo, por falhas da plataforma em si ou por falha no processo de busca, o que sempre é uma variável. De toda maneira, optamos por utilizar o meio mais seguro de obtenção de trabalhos publicados nos PPGs brasileiros, tendo em vista a fidedignidade dos dados.

Além disso, por mais que tenhamos realizado o levantamento bibliográfico levando em consideração a mudança de paradigma avaliativo da CAPES, ocorrida no período 1996/1997, considerando o impacto na atividade laboral docente com o consequente produtivismo acadêmico, o trabalho mais antigo encontrado foi de 2019 e, o mais recente, de 2023. Dessa maneira, o recorte temporal dos trabalhos encontrados, de 2019 a 2023, mostra-se bastante restrito.

Nesse contexto de 4 trabalhos encontrados, apenas 1 possui os mesmos recortes desta dissertação: a tese que discute os processos de adoecimento docente daqueles sujeitos que atuam no PPG em Educação da UFF, diante dos afastamentos de saúde (T. 1). A outra tese encontrada (T. 4) também discute questão parecida, mas em um caso muito específico, o de docentes do Sistema UAB na UFT. Contudo, como nosso recorte é para a pós-graduação, o T. 4 possui enfoque na graduação e, por isso, difere do nosso. Os demais trabalhos, 2 dissertações (T. 2 e T. 3), voltam sua discussão para a Educação Básica, então foram ainda mais brevemente descritos e discutidos.

Se consideramos que a questão do adoecimento, em especial o mental, é um tabu no âmbito da pós-graduação brasileira, o baixo número de teses e dissertações com essa discussão, e a partir da perspectiva sócio-histórica, é um indicativo desse fenômeno, o que já aponta, de antemão, a necessidade de mais investigações nos PPGs em Educação, que versem sobre as condições de trabalho docente na pós-graduação brasileira, em um contexto neoliberal, e processos de adoecimentos desses profissionais.

Nesse sentido, considerando que o trabalho de professores e professoras dessa etapa de ensino é marcado pelo individualismo, produtivismo, competitividade e culto à máxima performance. Nesse contexto, no qual há impactos à saúde desses profissionais relacionados a processos de intensificação e precarização do trabalho via produtivismo acadêmico, temos que a discussão desta dissertação trata de um debate ainda pouco pesquisado nos PPGs em Educação. Por isso, trata-se de um debate mais que necessário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo 1, realizamos uma contextualização sobre o modo de organização neoliberal no Brasil, bem como sua condição dependente capitalista, o papel da educação nesse contexto, especialmente no Brasil, e a forma como a pós-graduação brasileira se forjou nessa conjuntura, a partir das suas políticas públicas correspondentes.

Já no capítulo 2, discutimos a categoria de trabalho e seus contornos no atual momento sócio-histórico, entendendo-se que essa discussão se faz fundamental quando discutimos o trabalho docente, bem como tratamos da pressão produtiva como norma na atividade laboral de professores da pós-graduação brasileira realizada pela CAPES, que impacta a saúde desses trabalhadores.

Por fim, no capítulo 3, apresentamos um levantamento bibliográfico específico, diante da nossa discussão sobre a relação entre as condições do trabalho docente na pós-graduação brasileira e o adoecimento desses profissionais, buscando entender se e como têm sido realizado esse debate necessário.

Ao longo deste trabalho, procuramos demonstrar o neoliberalismo como racionalidade, que possui uma especificidade própria. Esta pode ser definida, sobretudo, a partir da influência do ideário neoliberal sobre a subjetividade dos sujeitos, em um processo no qual os indivíduos se entendem como um capital e, portanto, estão sempre em busca de sua reprodução máxima. Tal processo, conforme Dardot e Laval (2016), é denominado de subjetivação contábil e financeira, sendo responsável pela materialização do sujeito neoliberal, ou seja, funcional ao capital, que se entende como se fosse ele próprio uma empresa.

Compreendemos que esse movimento é complexo e refinado, bem como indicamos que o neoliberalismo não é sujeito, pois o debate, a partir de nossa perspectiva teórica, é centrado nas classes sociais. Ainda assim, entendemos que tal movimento, de toda forma, impacta a saúde dos sujeitos, de forma mais ampla, porque o capitalismo, ao retirar a característica de essencialidade do trabalho, desfigura-o, desumanizando o homem e tirando aquilo que é próprio de sua humanidade. Partindo da premissa de que trabalho é trabalho, chegamos à questão do trabalho docente na pós-graduação brasileira.

Especificamente, defendemos que existe um processo de intensificação desse trabalho, o que foi corroborado com os dados da Enquete Nacional do ANDES – SN sobre as condições de trabalho e saúde docente nas universidades públicas federais, estaduais, municipais, institutos federais e CEFETs (ANDES-SN, 2023) e pelos autores com os quais trabalhamos teoricamente. Apesar dos dados da Enquete do ANDES – SN não tratarem especificamente, do trabalho docente na pós-graduação, eles nos ajudam a refletir sobre o trabalho no Ensino Superior, já que dados para o recorte da pós-graduação são mais escassos.

Partindo do Estado neoliberal, temos que as instituições são impactadas, tal como os sujeitos de tais instituições. Dessa maneira, pelo papel que a educação formal cumpre na nossa sociedade, as instituições de ensino replicam os interesses das classes dominantes, a

despeito das resistências existentes de docentes e discentes. O que está em jogo é a formação ideológica, técnica e subjetiva dos sujeitos. Nesse contexto, o trabalho docente, cujo papel perpassa pelo processo formativo de outros sujeitos, é impactado e, por meio das políticas públicas, vai se conformando de maneira muito específica aos condicionantes impostos à sua categoria de trabalho.

É importante destacar, no entanto, o lugar social, acadêmico e teórico do qual partimos: a educação. Estamos em um Programa de Pós-graduação em Educação e pensamos a formação humana e de professores a partir desse espaço. Por isso, quando trazemos a questão da subjetividade, não objetivamos extrapolar a área educacional, abrangendo a questão pelo viés da saúde. A partir de uma perspectiva sócio-histórica, buscamos localizar nossa discussão em termos do materialismo histórico-dialético, tendo como preocupação a categoria trabalho, suas modificações ao longo do tempo, bem como o docente da pós-graduação brasileira, sobretudo em um contexto de não-discussão dos processos de adoecimento experienciado neste meio, como se eles não existissem ou, pior, como se fossem naturais ou inerentes a esse cenário.

Assim, compreendemos que existe um contexto maior, de neoliberalismo, que impacta a experiência social de todos os sujeitos. No caso brasileiro, precisamos, ainda, delimitar que o capitalismo assume sua forma dependente e, por isso, ocupa determinado lugar no mundo e na divisão internacional do trabalho. Este, dessa maneira, é superexplorado e expropriado, no nosso caso, a partir de uma articulação entre burguesia internacional e burguesia local. Compreendemos que, diante disso, não apenas o neoliberalismo possui a especificidade de modelar a subjetividade dos indivíduos, de maneira geral, mas que a forma dependente capitalista é a especificidade desse modo de organização social, quando tratamos do contexto brasileiro.

Como nosso objeto é o trabalho docente e optamos por discuti-lo a partir da pós-graduação, utilizamo-nos das políticas públicas educacionais pertinentes a essa etapa de ensino com o intuito de demonstrar a atuação sistemática do Estado neoliberal nos seus encaminhamentos. Nesse sentido, a partir dos Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPGs), debatemos a forma que a pós-graduação brasileira foi assumindo com o tempo. Desde a sua criação formal, no âmbito da ditadura militar, é entendida a partir de uma perspectiva instrumentalizadora, a serviço do capital. Dessa maneira, os docentes que nela atuam são exigidos de maneira muito específica.

Diante disso, indicamos que existe um processo de precarização específico desses trabalhadores, que é induzido e impulsionado pelo modelo avaliativo da CAPES, expresso

pelo produtivismo acadêmico. Existe, a nosso ver, uma norma que rege a pós-graduação brasileira: a pressão pela produção e publicação em meios privilegiados academicamente, os periódicos. Isso se expressa na periodicocracia, apontada por Vilaça e Palma (2013).

Não buscamos, neste trabalho, negar a importância da produção acadêmico-científica, tampouco negar a importância dos processos avaliativos, mas apontar que, a partir do modelo de avaliação adotado pela CAPES a partir do biênio 1996/1997, com enfoque quantitativista, houve uma certa inversão de valores no que diz respeito à função da Universidade em seu sentido social mais amplo. Atualmente, com as métricas avaliativas da CAPES, temos elementos extensamente mercantilizados, com o privilégio da quantidade da produção sobre sua qualidade. Compreendemos que, diante disso, a pós-graduação se traduz como sendo enxuta, produtiva e imparável.

Ainda, destacamos que a dinâmica produtiva na pós-graduação se apresenta da seguinte forma: publicar e perecer. Em outras palavras, os docentes dessa etapa de ensino precisam publicar determinada produção acadêmica, em um contexto de produtivismo acadêmico, no qual o individualismo, a competitividade e a meritocracia são valores naturalizados. Isso sugere impactos à sua saúde. Apesar disso, os processos de adoecimento desses profissionais nesse espaço são tidos, muitas vezes, como inerentes a esse contexto, como algo natural. Então, temos que a pressão pela produção e o produtivismo acadêmico ‘cercam’ a pós-graduação e os docentes que nela atuam, com o modelo avaliativo da CAPES como uma espécie de combustível para esse fenômeno.

Diante do exposto até aqui, compreendemos que as condições de trabalho docente nessa etapa se apresentam de forma desfavorável, através do que apontamos como sendo a intensificação e precarização do trabalho docente na pós-graduação brasileira. Isso está, a nosso ver, associado ao adoecimento de professores e professoras. Nesse caso, entendemos que os sujeitos adoecem como reação ao sistema capitalista, que desfigura a essencialidade do seu trabalho. Em um cenário de competitividade, individualismo e máxima performance na pós-graduação, defendemos que a precarização do trabalho docente ocorre via produtivismo acadêmico.

Apesar disso, ao buscar por trabalhos que versassem sobre as condições de trabalho docente na pós-graduação e os processos de adoecimento desses profissionais, a partir do levantamento feito no Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, localizamos apenas quatro trabalhos. Desses, somente uma tese se relaciona com essa discussão propriamente, um estudo de caso de um PPG em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Outra tese localizada versa sobre um estudo de caso sobre o trabalho docente no contexto do

Sistema UAB na Universidade Federal do Tocantins (UFT), mas voltado para a graduação. As duas dissertações encontradas, por sua vez, tratam sobre a Educação Básica.

Destacamos a importância de tal levantamento empírico e da nossa pesquisa ser bibliográfica. Somente a partir desse percurso teórico-metodológico, pudemos constatar, a partir da empiria – teses e dissertações nos parâmetros pesquisados –, que existe uma lacuna no debate teórico a que nos propomos. Por isso, consideramos que é fundamental não apenas a discussão das condições de trabalho docente na pós-graduação e sua relação com processos de adoecimento de professores e professoras no contexto acadêmico, como também mais pesquisas que tratem dessa questão. Trata-se de um debate mais do que necessário. A partir disso, poderemos compreender melhor como isso se dá na pós-graduação brasileira, de forma mais sistemática e nítida.

As relações entre as condições de trabalho de professores e professoras no contexto neoliberal não é direta e não está dada. Tampouco se trata de uma questão trivial, de maneira que sua discussão e o seu desvelamento são passos fundamentais para o enfrentamento maduro e consistente em relação à desfiguração do trabalho docente e aos processos de adoecimento experienciados na pós-graduação.

Pontuamos, como considerações finais, que a escassez do debate, que tratamos nesta dissertação, como um movimento de pesquisa no contexto da Academia, denota uma lacuna de pesquisa e é um ponto de atenção. Isso porque compreendemos que é necessário questionar o porquê desse apagamento ou de uma suposta ‘falta de interesse’ em uma temática tão cara, necessária e urgente para o cenário, tanto da Universidade como instituição, como para o próprio funcionamento acadêmico-científico do campo da educação.

Na nossa área, o movimento de aligeiramento de pesquisas em prol da maior quantidade de publicações, no contexto avaliativo da CAPES em relação aos PPGs, pode trazer prejuízos à produção do conhecimento no sentido teórico-conceitual e epistemológico, para além daqueles prejuízos aos sujeitos responsáveis por essa produção, os docentes, que se sujeitam a condições desfavoráveis de trabalho diante da pressão pela produção, naturalizando-a. Ainda que possa haver críticas perante a isso, quando há, o discurso fica longe da prática.

Diante disso, retornamos ao nosso foco, que é o adoecimento docente na pós-graduação brasileira como resultado de um processo de intensificação e precarização desse trabalho, traduzido no produtivismo acadêmico. No espaço institucional da Academia, tal profissional parece fadado a seguir uma normativa sem questionamentos e debates,

justamente em um ambiente no qual isso não deveria acontecer, dada sua característica de criticidade.

O aspecto da crítica, torna-se, nesse caso, um recurso meramente retórico diante da aceitação do modelo avaliativo quantitativista, que é basilar do funcionamento da pós-graduação, como algo inevitável e incorrigível. Ratificamos, nesse contexto, a necessária problematização da naturalização de uma competição desmedida entre pesquisadores, baseada no individualismo e na meritocracia, na qual o currículo *Lattes* mais robusto, que ‘chega’ antes aos espaços institucionais do que o próprio pesquisador, importa mais do que a qualidade e relevância sociais daquilo que se está sendo produzido. Publicar e perecer não deve ser a única saída.

Compreendemos que, a partir de mais produções, problematizações e reflexões como esta nos Programas de Pós-graduação pela área que pensa a formação docente, que é a educação, trataremos dessa questão a partir de outro viés. Assim, a reação ao estranhamento do trabalho mediante à ofensiva neoliberal poderá se dar de formas politicamente engajadas, para além do adoecimento. Em pesquisas futuras, pretendemos dar continuidade a esses estudos, em um trabalho de campo e com um maior amadurecimento teórico, a fim de contribuir com este importante, fundamental e necessário debate.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Júlio César Lopardo; FILHO, José Marçal Jackson. Trabalho, saúde e formação política na Enquete Operária de Marx. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 15, n. 1, p. 13–31, jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/T96hSMz4h88vbPqrMxjKXqf/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23. Disponível em: <https://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/giselle.souza/politica-social-ii/texto-1-balanco-do-neoliberalismo-anderson>. Acesso em: 01 set. 2024.
- ANDES-SN – SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **Condições de Trabalho e Saúde dos(as) Docentes que atuam nas Universidades Públicas, Institutos Federais e CEFETs – 1ª etapa**. Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA). 2023. Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/Beregeno/PDF4/Relatório-%20EN-saúde-docente.pdf>. Acesso em: 09 set. 2025.
- ANDRADE, Érico. **À beira do colapso?** A falência dos modelos atuais de pesquisa e pós-graduação. Blog Boitempo, 2025. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2025/08/29/a-beira-do-colapso-a-falencia-dos-modelos-atuais-de-pesquisa-e-pos-graduacao/?fbclid=IwdGRjcAMhS5xleHRuA2FlbQIxMQABHpEZP9pWb4wYJG1A-uR-YjLRrQ8MliwHyCDGIFurUVHeHj755_2ZZpLIwvCn_aem_9VbyvCF-nxOLCB_kt6B4qw. Acesso em: 01 set. 2025.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Adoecimento. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancellari; VIEIRA, Livia Fraga. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: <https://gestrado.net.br/adoecimento/>. Acesso em: 01 out. 2025.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Parecer nº 977/65 – Definição dos cursos de pós-graduação**. Brasília, 1965. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/parecer-cesu-977-1965-pdf>. Acesso em: 23 ago. 2025.
- BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/composicao/comissao-de-integridade/relatorio-comissao--integridade-do-cnpq.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2025.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Sobre as áreas de avaliação**. Brasília, 2014. Disponível em:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao#areas>. Acesso em: 16 ago. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Avaliação da Pós-graduação**. Brasília, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao#:~:text=Conhe%C3%A7a%20alguns%20detalhes%20da%20sistem%C3%A1tica,ou%20doutorado%20pode%20ser%20fechado?>. Acesso em: 17 ago. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Pós-graduação não parou na pandemia**. Brasília, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/pos-graduacao-nao-parou-na-pandemia>. Acesso em: 16 de nov. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **História e evolução: o sistema de avaliação da pós-graduação**. Brasília, 2021a. Disponível em: <https://intranet.capes.gov.br/noticias/9464-historia-e-evolucao-osistema-de-avaliacao-da-pos-graduacao#:~:text=Composto%20por%20figuras%20emblem%C3%A1ticas%20da,notas%20que%20vigoram%20at%C3%A9%20hoje>. Acesso em: 16 ago. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **SUMÁRIO EXECUTIVO PNPG 2011-2020**. Brasília, 2021b. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/09022022_SumrioExecutivoPNPG20112020.pdf. Acesso em: 23 ago. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **CAPES adotará classificação de artigos na avaliação quadrienal**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-adotara-classificacao-de-artigos-na-avaliacao-quadrienal>. Acesso em: 16 ago. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Fichas de Avaliação Acadêmico e Profissional Educação Referente ao Quadriênio 2025-2028 – Educação – Área 38**. Brasília, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colégio-de-humanidades/ciencias-humanas/copy_of_EDUCACAO_FICHA_2025_2028.pdf. Acesso em: 16 ago. 2025.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 1995. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan1.pdf>. Acesso em: 07 set. 2024.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Florestan Fernandes: capitalismo dependente e classes sociais no Brasil. In: **Ciclo de conferências – O que somos e para onde vamos: clássicos e contemporâneos do pensamento crítico-social brasileiro**. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NjGVnOZrlfc>. Acesso em: 07 set. 2024.

COSTA, Camila Furlan da; SILVA, Sueli Maria Goulart. Novo neoliberalismo acadêmico e o Ensino Superior no Brasil. **Revista Eletrônica de Administração (REAd)**, v. 25, n. 3, p. 6-35, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-2311.251.89569>. Acesso em: 22 set. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, Juliane Aparecida Ribeiro. **A trama faustina da captura do trabalho docente do Sistema Universidade Aberta do Brasil pelo capital**: o caso da Universidade Federal do Tocantins. 2023. 296 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14054325. Acesso em: 13 out. 2025.

ENQUETE Nacional – ANDES Sindicato Nacional. **Condições de Trabalho e Saúde dos(as) Docentes que atuam nas Universidades Públicas, Institutos Federais e CEFETs (1ª etapa)**. Documento online, 2023. 21p. Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/Beregeno/PDF4/Relatório-%20EN-saúde-docente.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

ESTEBAN, Maria Teresa; PINA, Bruna de Souza Fabricante. Silenciamento e diálogo na avaliação escolar. **Revista Teias**, [S.l.], v. 22, n. 67, p. 420-433, out./nov. 2021. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/teias.2021.52977>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/52977>. Acesso em: 28 jul. 2025.

FARIAS JÚNIOR, Raimundo Sérgio de. “Publish or perish”: o produtivismo acadêmico e o adoecimento docente. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 14, n. 28, p. 644-663, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3142>. Acesso em: 9 set. 2025.

FERNANDES, Florestan. **O Capitalismo Dependente e a Teoria da Revolução Burguesa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Circuito Fechado**: Quatro Ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Globo, 2010.

GIL, António Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2022**: divulgação dos resultados. Ministério da Educação. Brasília: INEP, 2023. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

KUENZER, Acacia Zeneida; MORAES, Maria Célia Marcondes de. Temas e tramas na pós-graduação em educação. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 93, p. 1341-1362, set. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000400015>. Acesso em: 31 ago. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEAL, Denise Werner da Cunha. **Exercício profissional e adoecimento de docentes de uma Instituição Federal de Ensino Superior**. 2019. 182 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Teologia e Humanidades, Universidade Católica de Petrópolis (UCP), Petrópolis, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7653714. Acesso em: 16 out. 2025.

LEHER, Roberto. Florestan Fernandes e a revolução brasileira. In: **edição “Resgatando os clássicos”**: iniciativa do mandato do então vereador da cidade do Rio de Janeiro, Renato Cinco (PSOL). Rio de Janeiro, RJ, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QjkXa53VTXA&t=0s>. Acesso em: 09 set. 2024.

LEITE, Janete Luzia. Produtivismo acadêmico e adoecimento docente: duas faces da mesma moeda. In: FERREIRA, André Vasconcelos et al. (org.). **Precarização do Trabalho e Saúde Docente nas Universidades Públicas Brasileiras**. Fortaleza: EdUECE, 2015. p. 72-78. Disponível em: <https://blogs.multimeios.ufc.br/saudedocente/files/2016/12/039139-ADUFC-LIVRO-PRECARIZAÇÃO-DO-TRABALHO-DOCENTE.pdf>. Acesso em: 09 set. 2025.

LEITE, Janete Luzia. Publicar ou perecer: a esfinge do produtivismo acadêmico. **Revista Katálysis**, v. 20, n. 2, p. 207–215, maio 2017. Acesso em: 20 jan. 2024.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 23, n. 2, p. 73-91, 2010. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/13987/10570>. Acesso em: 24 jun. 2024.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos (1844)**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MENDES, Nelma Roberto Gonçalves. **Precarização das condições de trabalho docente na educação pública**: análise à luz da teoria crítica frankfurtiana – barbarização e resistência. 2021. 108 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Escola De Formação De Professores E Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia, 2021. Disponível em:

https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11093452. Acesso em: 16 out. 2025.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOSKOVKIN, Vladimir. Rastreado as origens do “publicar ou perecer” [Publicado originalmente no LSE Impact Blog em julho/2024] [online]. **SciELO em Perspectiva**, 2024. Disponível em:

<https://blog.scielo.org/blog/2024/07/31/rastreado-as-origens-do-publicar-ou-perecer/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

MOURA, Aline de Carvalho; CRUZ, Andreia Gomes da. Ensino Superior e produtividade acadêmica em tempos de pandemia. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, [S. l.], v. 6, p. 222–244, 2020. DOI: 10.12957/riae.2020.51813. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/51813>. Acesso em: 23 ago. 2025.

NETTO, José Paulo. In: **O Método em Marx** – curso ministrado no contexto do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, 2002. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=jWamCheyxKM>. Acesso em: 05 set. 2025.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a Educação.

Interface – Comunicação, Saúde, Educação [online]. 1997, v. 1, n. 1, p. 83-94. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32831997000200006>. Acesso em: 23 jun. 2024.

REIS, Jonatan Fernando da Silva. **Educação Básica e neoliberalismo**: o desempenho acadêmico a partir de experiências de licenciandos do IM/UFRRJ. 2023. 52 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, 2023.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2022. p. 17-46.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. Introdução. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (orgs.).

Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2022. p. 9-16.

SANCHES, Teresa. **Autoritária e modernizante, reforma universitária completa 50 anos**. Site da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2018. Disponível em:

<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/autoritaria-e-modernizante-reforma-universitaria-compl>

eta-50-anos#:~:text=Conhecida%20como%20a%20Lei%20da,e%20o%20desenvolvimento%20do%20pa%C3%ADs. Acesso em 20 ago. 2025.

SANDEL, Michael J. **A tirania do mérito**: o que aconteceu com o bem comum? 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. 350 p. Tradução de Bhuvi Libanio.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. **Pedagogia do mercado**: neoliberalismo, trabalho e educação no século XX. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Trabalho intensificado nas Federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2009. Disponível em: https://vsguissardi.com.br/wp-content/uploads/2022/08/o_trabalho.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

SGUISSARDI, Valdemar. Produtivismo acadêmico. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancellari; VIEIRA, Livia Fraga. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: <https://gestrado.net.br/produtivismo-academico/>. Acesso em: 04 set. 2025.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil?. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mXnfvHV7q5gHBRkDSLrGXr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SGUISSARDI, Valdemar. O trabalho docente na educação superior no Brasil. Heterogeneidade, insegurança e futuro incerto. **Integración y Conocimiento**: Revista del Núcleo de Estudios e Investigaciones en Educación Superior de Mercosur, v. 6, n. 2, p. 142-162, 2017. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/view/18695/19110>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; GIUSTI TREVISOL, Márcio; DE LOURDES PINTO DE ALMEIDA, Maria. Da institucionalização do Sistema de Pós-graduação ao Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020): desafios e perspectivas. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 21, n. 71, 2021. DOI: 10.7213/1981-416X.21.071.AO07. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/28229>. Acesso em: 01 set. 2025.

SILVA, Amanda Moreira da. **Dimensões da precarização do trabalho docente no século XXI**: o precariado professoral e o professorado estável-formal sob a lógica privatista empresarial nas redes públicas brasileiras. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

SILVA, Maria das Graças Martins da; TRINDADE, Dioneia da Silva. Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010: retrospectiva e perspectivas. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 19, n. 39, p. 187-195, 2012. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/386>. Acesso em: 01 set. 2025.

SILVA, Marlova Gross da. **O impacto do mal-estar docente no protagonismo do professor**. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade La Salle, Canoas, 2021. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11245800. Acesso em: 13 out. 2025.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O CONSENSO POR FILANTROPIA: como uma fundação privada estabeleceu a bncc no brasil. **Currículo Sem Fronteiras**, Online, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n2.11>. Acesso em: 15 set. 2024.

THATCHER, Margaret. **Interview for Sunday Times**. London, 1981 (May, 1st). Disponível em: <http://www.margareththatcher.org/document/104475>. Acesso em: 27 jun. 2024.

TREIN, Eunice; RODRIGUES, José. O mal-estar na Academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Revista Brasileira de Educação [online]**, v. 16, n. 48, p. 769-819, set./dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000300012>. Acesso em: 24 out. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE. **Origem do nome *Academus***. 2011. Disponível em: <https://www7.unioeste.br/mediawiki/index.php/SUP:ACADEMUS:Origem#:~:text=Origem%20do%20nome%20Academus&text=A%20Academia%20foi%20constru%C3%ADda%20nos,onde%20originou%20o%20nome%20Academia>. Acesso em: 17 nov. 2025.

VILAÇA, Murilo Mariano; PALMA, Alexandre. Diálogo sobre cientometria, mal-estar na academia e a polêmica do produtivismo. **Revista Brasileira de Educação [online]**, v. 18, n. 53, p. 467-500, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000200013>. Acesso em: 24 out. 2025.